O POUSO DA ÁGUIA

Eduardo Campos

O POUSO DA ÁGUIA

(História, Folclore e Literatura)

Fortaleza
2000

Sumário

Pouso da Águia 7

O Último Romântico 29

O Despertar do Baldão e das Máquinas 45

A Sociedade dos Caixeiros e a Revista “Phenix”..... 59

O Tom Froçado do Recrutamento 67

O Inspirado Decifrador de Ruas 79

O Ceará de Secos e Molhados 91

Medicina Popular, Escatológica e Extravagante 107

Dos Quipos à Influência das Medições Balísticas 129

Caldeirão:Subsídios à Redefinição de sua História 141

Pacatuba: Breve Memória 149

O Portugal Nosso de Cada Dia 161

POUSO DA ÁGUIA*

A seca de 1919 veio de surpresa, a se abater cruel sobre Camocim.

Já pelo mês de abril, mais cedo que se esperava, esvaíam-se as esperanças de ter a região uma quadra abundante de chuvas, o desejado "inverno" cearense, pois o próprio dia de São José, 19 de março, passara sem respingos. Logo, mas logo mesmo, já andavam flagelados pelas ruas, gente paupérrima, uns desvalidos a esmolar de porta em porta.

Ano difícil, de muita decepção, pois se esperou muito da Comissão da Seca, tantas vezes anunciada em razão dos benefícios prometidos.

A Comissão, tendo à frente o engenheiro Arrojado Lisboa, entrou na cidade em caravana de quatro automóveis, número de veículos jamais visto ali em conjunto, com tantas autoridades importantes para acudir.

Conversaram muito, discutiram providências, mas de positivo ficou apenas – pasmem! – a instalação de um único cata-vento, que, posto a funcionar, passou a povoar Camocim, dia e noite, de indesejáveis estridências, verdadeiros gemidos, em seu pouco desempenho de encher pequena caixa d'água.

No ano seguinte, o tempo mudou para melhor, e Deus foi misericordioso. Vieram as chuvas, e a década, que parecia anunciar-se mais tranqüila, sofreu outro abalo. Dessa vez no comportamento ético da comunidade...

Quando oficiava a Missa da Meia Noite, ponto culminante de visita pastoral que empreendia, o Bispo da Diocese

* 20 Horas de Pinto Martins em Camocim, em 1922, no raid New-York-Rio.

de Sobral, Dom José Tupinambá da Frota, teve o desprazer de testemunhar a um tumulto na igreja, decorrente de maldosa brincadeira.

Alguém, subrepticiamente, ligara com alfinetes as abas de saias de duas simplórias senhoras, e em ato contínuo, assustou-as, alertando-as da presença de "um bicho". Enquanto as duas tentavam em vão arrancar, engodadas pelas roupas, espavoriram-se as demais mulheres, e não faltaram idosos desmaiando e crianças disparando em choro.

O vigário José Augusto, que nem gamão gostava de jogar, fez tudo para conter a multidão, o que só conseguiu a muito custo, quando o brilho da missa já se apagara por completo. Pelo resto da vida ficar-lhe-ia dorida mágoa, e a promessa que impôs a si mesmo na hora, de jamais oficiar naquela igreja outra missa da noite de Natal.

Mas o fato foi ficando esquecido, lembrado apenas no anedotário da cidade. E já no ano seguinte o episódio estava esquecido, e havia coisas boas e novas a aplaudir.

1921 viu a pacata cidade (a estatística era de cinco presos por ferimentos e nenhum por homicídio), com os seus 17.271 habitantes aplaudir o Sr. Nicolau Carneiro, proprietário da Casa Bancária Nicolau Carneiro, pela iniciativa de construir moderno cine-teatro, o Fênix.

Na platibanda, encimando-a, o proprietário ajustou belíssima águia, a exibir ao bico vistosa lâmpada No salão de espetáculos a Sra. Clotilde Carneiro, a partir da inauguração do prédio, passou a organizar "shows" animadíssimos com a participação de suas aplicadas alunas de catecismo.

Como era o melhor salão de entretenimento, ali também se davam as festas carnavalescas, as mais divertidas do lugar, e que ficariam na verdade na memória dos contemporâneos.

Mas o novo ano, o de 1922, transcorreu a toda certeza para deixar a sua marca na vida da cidade. Tudo levava a crer, desde o limiar de janeiro, que sucederiam dias de muita movimentação para a cidade.

O Banco Auxiliar Agrícola publicava aos jornais expressivo balancete assinado pelo presidente, Moysés C. Rocha. A casa bancária, em visível progresso econômico, opulentava-se com o capital de 500:000$000. O Gabinete Camocinense de Leitura estava a concluir um período administrativo em que se deram seguidas sessões lítero-musicais, e pelo seu secretário, José de Paschoal Sobrinho, convocava os associados à eleição da diretoria, prometido o "sufrágio o mais livremente possível."

A Prefeitura Municipal passa a exercer a cobrança do imposto predial com mais severidade, e pela primeira vez estão listados em jornal todos os proprietários de terrenos da cidade. Os valores pretendidos aos munícipes, a incidir sobre cercas e terrenos, vão-se publicando nas edições do "Camocim Jornal", devendo pagar mais os proprietários Belarmino Carneiro, José Felinto Cavalcante, Ernesto D. Albuquerque, Antônio Gouveia etc., etc.

Precisava a edilidade, em 1922, "correr atrás do prejuízo" como comentado no clube, pois o déficit da repartição, em 1921, assombrara com o total de 1:865$620, o quinto maior do Estado.

Mas o comércio, viam os observadores mais atentos, tomava alento e importava, fazendo entrar pelo Porto (naturalmente também para os municípios vizinhos), para comemorações e festas da região, 1.477 caixas de cerveja! Como se vê, já se bebia bastante por então, mas não menor o interesse pelas letras, o que na verdade compensa.

Desse modo a Biblioteca do Clube, por exemplo, tinha 688 livros, dos quais 30 em francês, 10 em inglês, 3 em alemão. e 2 em latim. A média de consultas na biblioteca, esse ano, foi a mais alta do Ceará, ou sejam 925 leitores/mês.

Dirige a Prefeitura Municipal o Sr. Moysés Cavalcante Rocha. Em ofício ao então Presidente do Estado, Prof. Justiniano de Serpa, refere ao famoso cata-vento instalado pela IFOCS, sem serventia e oprobrioso.

Tornado imprestável, restava por então como um trambolho erguido em plena praça da Matriz. Em troca,

em acudimento, peticionava ao Presidente a cessão de dois novos moinhos de vento, fora de uso no Açude Serrote.

Camocim – escreve no ofício – não tem ainda cadeia pública, e lhe fazem falta, urgente, novo cemitério (o existente na cidade está lotado), e sistema de iluminação pública.

O grande pintor Raimundo Cela (para alguns nascido em Sobral), a esses dias em Paris, participa do Salão dos Artistas Franceses. E toma decisão que envaidece a cidade: "Ao voltar ao Brasil, vou morar em Camocim."

As empresas privadas, em seus vários segmentos de atuação mercantil, usam geradores elétricos. Desse modo há trechos da cidade iluminados e podem funcionar o Cine-Fênix e a sua águia reluzente e bela, a ofertar aos freqüentadores da casa a fortíssima luz de sua lâmpada..

Camocim não deixa de ter problemas com o porto, e talvez por isso aqueles anos dourados de movimentação, que começaram a perder seu impulso no período da guerra de 1914, como que apressam o derruimento de suas possibilidades de comércio pelo mar. Os que chegam aos anos vinte passam a sonhar com as perspectivas da aviação posta a serviço da humanidade, e o aproveitamento das condições bem propícias para a descida de aviões na enseada do porto, circunstância a abrir – quem sabe? – possibilidade de permanente escala de aviões.

É que a aviação por esses dias progride no país, com o advento da Escola Militar de Aviação (1919), estabelecimento, no ano seguinte, já a formar sua primeira turma de aviadores.

A facilidade de ligação de países e cidades vai-se tornando mais próxima da realidade. E com os repetidos "raids" o Brasil parece ir-se conscientizando de mais cedo ou mais tarde a aviação tornar-se realidade também comercial.

Todos esses fatores contribuíram para Camocim vibrar de satisfação, em 1922, quando se aventou a possibilidade de Euclides Pinto Martins, ilustre filho da terra, colocar sua cidade natal na rota do "raid" New York – Rio.

Neste cenário, a 2°, 55',17" de latitude e 2°, 23',51" de longitude Camocim, que acompanhava o "raid" de Pinto Martins, passou a torcer para efetivar-se o sonho de ver em seu porto, numa escala de conveniência afetiva, o "Sampaio Correia II".

Pelo dia cinco, depois de tanta controvérsia, na cidade corre de mão em mão um boletim com alvissareira notícia:

> O "Sampaio Correia" virá definitivamente a Camocim"

Depois do título, a comunicação ansiosamente aguardada pela população:

> "O nosso amigo Snr. A. Fernando Barros, acaba de receber do vitorioso e ilustre aviador Pinto Martins o seguinte telegrama: "Belém, 3 – Antônio Barros – Camocim; Abraço-te agradecendo tuas expressivas saudações extensivas meu amigo Hinton e demais viajantes "Sampaio Correia". Rogo comunicares "Camocim-Jornal" e povo que passaremos aí uma noite. Avisarei partida Maranhão."

Alvoraça-se a população. Pensamento unânime domina a todos: receber muito bem, e cobrir de homenagens o valoroso filho da terra. Cada qual a seu modo tem programa próprio para homenageá-lo. As senhoras da sociedade já pensam em consultar o vigário sobre a viabilidade de promoverem festa em homenagem ao valoroso filho da cidade, que retorna coberto de glórias, acompanhado de destacados companheiros. Aquele "raid" na verdade não é New York – Rio... mas New York – Camocim.

Na casa do juiz de Direito da comarca, Dr. Faustino de Albuquerque, ao transcurso de animada rodada de café, começa a esboçar-se o programa de recepção a Euclides Pinto Martins, a partir – é consenso geral – da constituição de comissão especial que deverá encarregar-se do ordenamento de todas as providências.

O Juiz de Direito sugere que as decisões sejam tomadas de comum acordo, evitada a nomeação de um presidente etc., etc.

Desse modo o grupo designado para receber o aviador *e a luzida* comitiva, como fazem questão de mencionar, dando-lhes o que de melhor possam oferecer, de pronto é composta dos senhores:

Horácio Pessoa, Antônio Fernandes Barros, Tobias Navarro, José Coelho – filhos da terra – e mais o Juiz Faustino de Albuquerque, que aquiesce, confessando-se honrado em *integrar tão distinta comissão.*

Na oportunidade Tobias Navarro oferece o seu palacete para hospedar os ilustres aviadores, acrescentando responsabilizar-se também pelo banquete a ser servido em hora a combinar.

O presidente do Sport Clube lembra a conveniência de a comunidade prestar aos azes do "raid" em sessão cívica, pondo desde logo o salão do clube à disposição.

O Sr. José Cândido Araújo, que acaba de incorporar-se também à conversa, lembra: .

– E o presidente da sessão está escolhido. O senhor, Dr. Faustino.

E esse, na réplica, em que todos concordam:

– E o orador, o meu caro amigo. Ninguém dirá melhor das nossas emoções !

E depois da sessão? – quis saber alguém.

Coube a Tobias Navarro dar a sugestão, também aprovada: – "Não se pode dispensar uma partida de danças, um baile, de coroamento à recepção!"

Mas nem tudo corria como desejado pela população.

Pelo dia 17, quando já tinham todos por acertada a chegada do "Sampaio Correia II" no dia 19, a cidade (sem que ninguém soubesse explicar a fonte da notícia) ficou abalada pela informação do cancelamento da escala em Camocim.

Logo apareceram os descontentes e alguns poucos lembrando maldosos.

– Ora, se depois que foi embora daqui, já adulto, nunca mais pensou ao menos nos visitar, por que se lembraria agora disso?

Para a Comissão Organizadora tudo não passava de boato, e se o aviador, homem respeitável, telegrafara pessoalmente a confirmar a passagem por Camocim, não cabia mais nenhuma dúvida.

Conquanto não houvesse assumido a presidência da Comissão, em nome dessa o Juiz Faustino de Albuquerque sempre se destacou, liderando seus companheiros, empenhado em serenar os ânimos, e, a seu modo, a explicar os fatos:

– Nada foi suspenso até o presente momento, por isso vamos continuar tomando as providências para homenagear amanhã o nosso herói. Dessa forma – contava e recontava a quantos o procuravam – não deve deixar de ser feita a ornamentação com palhas, palmas de coqueiros como vocês dizem, ao longo de todo o percurso, a começar da Praça 7 de Setembro.

Por outro lado. – fazendo concessão à sua costumeira seriedade, acrescentava sorridente –, até um porcão já está cevado para o banquete. Confiram aí com o companheiro Tobias.

Mas enfim, na tarde do dia 18 de dezembro, o agente da Capitania do Porto, em Camocim, o Sr. Oséas Pinto, recebeu a comunicação oficial de que o avião “Sampaio Correia II” levantaria vôo do Maranhão no dia 19, e na mesma data, pelas 12 horas, estaria chegando afinal a Camocim.

A cidade entrou em ebulição outra vez.

Em verdade iam todos, até que enfim, ainda que debaixo de alguma dúvida, esperar não fosse tão longa a noite e que pelo amanhecer tudo já estivesse pronto, sem mais nada faltar aos arranjos de ornamentação do percurso dos azes do “raid”; e estabelecidas as providências para a hospedagem dos companheiros de Pinto Martins, que ele e os demais, como combinado, deveriam ficar na residência mais nobre da cidade; onde se iam abater as aves e o porco, e

preparados os peixes que entrariam no cardápio, precedidos por caprichado consomé.

E não só isso via-se já tarde da noite, mas a seleção de peças musicais animaria os pares no sarau-dançante, como anunciado, a mais cobiçada festa já promovida em qualquer tempo nos salões do Sport Clube.

Queriam todos que a noite passasse. Queriam mesmo?

Não os que se azafamavam, por exemplo, no palacete de Tobias Navarro, onde o trem de cozinha ia diligenciado pela dona da casa, incansável em orientar as empregadas, mandando-as cuidar de arear os talheres, enquanto tocava outras para passar um pano de algodãozinho na coleção de pratos de sua louça decorada com flores e ramagens, cobrindo os ruídos, o arrastar de metais e panelas, com repetidas recomendações:

– Cuidado, meninas, isso é louça inglesa, não é tigela não, essas coisas de mercado ou feira!

De verdade, assim como os talheres, as poncheiras, as biscoiteiras, os centros de mesa, os vasos, tudo ali era de boa procedência, e os cristais, de especial, tinham sido adquiridos na França.

Mas não faltariam ao grande almoço, banquete como a todo instante referido, os vasos de barro, umas tantas terrinas, onde a dona de casa planejava servir a quituteira da terra não só para contentar o paladar sertanejo do conterrâneo famoso, mas também ao de quantos, sem ter assento à mesa, deveriam também, pelas varandas e corredores, e quintal, compartilhar das iguarias.

Não faltariam também farofas de ovos, outras mais aceboladas, e pirões, inclusive feitos em caldo grosso, bem apurado o cozido, onde se iam destacar, visíveis, ovas de camurupim... E para a sobremesa uns deliciosos queijos de manteiga e coalho, e nas compoteiras brancas entronado o doce de coco, onde afundavam, espetados, uns tantos e perfumados cravos da Índia. E mais recipientes contendo doces de mamão e banana, nesse a fruta cortada, as rodelas naufragando ou parecendo boiar em calda tintada de

vermelho, coisa de chamar a atenção... E mais? Sim, e mais os tabuleiros de cocadas preta e branca, sem falar nos bolinhos de milho ao alcance da mão e vontade de cada um.

Não haveria de faltar, anote-se nessa seqüência, a tradicional goiabada "Coelho", o legítimo e apregoado doce "cascão", conseguido graças à providência gentilíssima do Juiz de Direito, filho de Pacatuba, onde o fabricavam.

Pelas demais residências não menor o movimento, moças e senhoras ultimando a revisão nos trajes que deveriam exibir, conferida ênfase especial, sem dúvida, ao indumento da noite.

Por então em moda em Camocim os vestidos leves, quase lisos, de pouca estampa.

Não chegara ainda o tempo dos decotes generosos, por isso tinham todos os trajes pediam golas redondas com espaço suficiente para adornar o pescoço, a se sobressair ainda assim espertado e belo.

E as mangas?

Na maioria consentidas meio curtas (mas não cavadas), devendo a porção do pano cair suavemente e grácil do ombro, deixando os braços a descoberto. E fingindo apertar os pulsos, viam-se grossas pulseiras, nem todas de ouro mas em maioria, tão de fingir, que podiam passar por autênticas.

Alguns vestidos compunham-se de duas peças.

Na parte superior do corpo assentava-se a blusa longa e solta, a descer até abaixo dos quadris, e antes de aí chegar, atacada com o aperto de cinto fino, de pano, seguro por fivela de madrepérola.

Para baixo, desmetendo-se da blusa que só de leve realçava o contorno dos seios, abatia-se a saia lisa, frisada às vezes, num e noutro caso a se encompridar até ir repousar, em roçagar gracioso nas pernas, a um palmo acima se muito dos tornozelos.

Os homens estariam, a toda certeza, de terno escuro, de cabeças cobertas, pois ainda predominava a moda do

chapéu de palhinha – a calhar para proteger o seu usuário dos rigores do sol na praia, principalmente à hora em que chegaria o avião.

Nem todos iriam à rua participar da recepção, assim indumentados. convém esclarecer, pois havia quem preferisse o chamado chapéu moldado em massa, e também dito "do Chile", em razão do material utilizado em sua confecção, conquanto já o produto fosse fabricado no país pela "Ramezzoni".

Por cima dos passeios transitavam pessoas a todo instante.

E para os lados do porto, era o referir de todos, ninguém conseguira dormir à noite, que desde a Praça 7 de Setembro até o centro da cidade, não pararam de andar operários e colaboradores mais esforçados a ultimar os vários arranjos de rua, pregando cordões e mais cordões com bandeirinhas de papel – azuis, verdes e encarnadas , que despertavam lembranças, contentando, em quantos gostavam de se divertir na quadra junina

De manhã, quando se abriram as portas e janelas, entornou-se pela rua o odor doméstico de cozinhas em atividade ao preparo de café que em todas as casas seria servido mais cedo, já que todos estavam ansiosos para tomar lugar na rua.

Havia pressa nas pessoas em chegar à rua, e sem que houvesse telefone, nem bilhete passado de uns a outros, logo se animaram todos à notícia de que estaria chegando a Camocim por mais tardar pelas dez horas, um trem atopetado de curiosos que acudiam a testemunhar também a passagem do "raid" de Pinto Martins.

Davam-se comentários os mais diversos, e especulava-se quanto ao número de passageiros transportados no comboio. "Viajam mais de duzentos", dizia-se.

Duzentos? Muito mais, queriam outros. E na verdade, quando a composição ferroviária estacionou em Camocim, viram todos que ao redor de quinhentas pessoas desciam dos carros, e, apressadas, iam engrossar a nume-

rosa platéia que desde cedo se formara ao longo das ruas para esperar o desfile.

O comércio fechou as portas pelas nove horas. E desse modo mais caixeiros curiosos vieram aos passeios já tomados de tabuleiros armados e de vendedores de pirulito e capilé. Por então o sol abria forte, e raro quem não se queixasse de sede e cansaço.

– O pior é que ninguém pode sair do lugar, que arrisca perder..

Perdia mesmo. E todos queriam estar bem situados na rua, e até com oportunidade de apertar a mão de Pinto Martins, ou pelo menos ver "bem de perto" a fisionomia dos gringos, os americanos da caravana.

A senhorita Carmélia Rocha Melo, morava em Granja, e conquanto estivesse ali havia apenas uma hora (viera como passageira do comboio especial), sentia-se pouco à vontade em razão de não ter encontrado a uma com quem consertara, com antecedência, fazer par e freqüentar a todos os acontecimentos, particularmente o baile à noite.

Nada disso ocorreu, pois a saltar do trem foi envolvida pela multidão que se deslocara para receber a amigos e simples conhecidos, uns e outros recomendados por pessoas importantes, e que, em muitos casos, estavam desembarcando em Camocim pela primeira vez.

Desse modo resignou-se em ficar com alguns casais, também desamparados, e optar por tomar posição ao longo do passeio. O ponto em que se situava era estratégico, talvez o mais conveniente para acompanhar os acontecimentos.

Em casa Pedro Maciel chegou à janela. Sentia-se extenuado.

Não havia meio de concluir o soneto prometido ao presidente do Sport Club, peça literária que declamaria logo mais à noite em homenagem a Pinto Martins. Não agradava ter de falar em águias num dos versos, pois a tanto poderia o auditório lembrar-se da fênix, fênix ou águia do cinema local? E o momento cultural que lhe cabia viver sabia-lhe muito grave e importante. Por isso estava a se

exigir bastante de si mesmo, e de sua inspiração tão louvada na cidade.

Esteve olhando e vendo os que passavam, a alguns informando que logo por diante estariam todos juntos; mas não explicou que demorava em casa naquele estafante trabalho de aperfeiçoar soneto, cujo título, que lhe ocorrera de madrugada, parecia muito bom: "Singrando o Azul." E não é que o céu estava mesmo azul, sem nuvens, não obstante o mormaço irradiado?

Retornou à mesa de trabalho, e para si mesmo, enlevado, leu pausadamente os primeiros versos:

"Vinde até nós, condores que do espaço
Baixais, após fendê-lo heroicamente,
Vinde, que o nosso coração fremente
Quer vos cingir n'um fraternal abraço...

Águias que pelo Azul, serenamente..."

Ah, aí ele largava as águias, e não mais importava o pássaro da lanterna do Cine-Fênix...

Vendo o dia chegar às 11 horas, resolveu suspender a composição do texto. Depois de alertar a empregada, dirigiu-se para a rua, a não mais conter o pasmo. Jamais vira tamanha multidão na cidade... Meu Deus, murmurou, estavam todos de olhos *pregados* no céu.

Baixinho, repetiu mentalmente parte do soneto que havia decorado.

"Vinde até nós, intrépidos voadores,
Do ar e do empíreo azul dominadores,
Receber nossas justas orações!"

De uma das janelas avarandadas do Sport Clube, também o professor Júlio Cícero Monteiro não queria acreditar no que via.

– Meu Deus! De onde saiu tanta gente?

O presidente da agremiação, a seu lado, depois de cobrar a opinião sobre o arranjo dos ambientes (sala de sessão e salão de danças) para os eventos da noite, concordou:

– Não, nunca vi também tanta gente em Camocim!

E mais uma vez o professor e estudioso de assuntos dialetais, admirado em todo o Ceará, colaborador da revista do Colégio Nogueira, em Fortaleza, com a palavra arrematou sua avaliação sobre o clube:

– Tem-se tudo aqui impecável. Você me conhece, sabe que me dou por exaltado admirador do clube, na verdade a sala de visitas da cidade. Este salão – e já retornando ao interior do prédio, cheio de admiração – é suntuosamente espaçoso e bem ventilado. O ar viaja em todos os sentidos... Ventilador? Nem falar nisso! E as cortinas, homem? Como se destacam, como requintam a decoração!

– E o candelabro? – cobrou o outro, vaidoso.

– Ah, ponto alto do nosso bom gosto! Fosse à venda, por acaso, ninguém na cidade teria os cobres suficientes para lhe pagar o justo valor...

– Nem o Tobias Navarro?

– ... nem o Tobias, que ele me perdoe. – E noutro tom – Belíssimo ornato de fino cristal, peça importada da Europa nos tempos das vacas gordas.

E se encaminhando mais para a intimidade aconchegante do edifício, todo a recender a óleo de Peroba recém-passado nos móveis, tornando-os lustrosos, comentou:

– Só não vi ainda a sala de estar onde as mães das senhoritas vão permanecer a aguardar o final do baile. Mas creio que tudo, para meu gosto, está arrumado com distinção. E estas mesas? Muito bonitas, e mais ainda quando se cobrirem de toalhas de linho, bordadas... Fazem fama as toalhas bordadas do nosso clube..

– É bom pôr sentido nelas, vigiá-las, para não a carregar alguém, de “souvenir”.

Alertado pelo vozear mais intenso que subia da rua, o professor apressou-se:

– E vamos, que pelo visto a *águia* já está perto de pousar.

– É um verso?

– Verso é com o Pedro Maciel, que deve estar caprichando em casa.

Já soara o meio-dia, e agora a multidão derramada pelas ruas em direção ao Porto, já não se continha. Agitava-se, incomodadas as pessoas, e sem o saber perturbando os outros também. Cadeiras haviam sido trazidas à pressa às calçadas, para que nelas se assentasse uma ou outra senhora mais idosa, principalmente em idade avançada. Em coro os impacientes reclamavam do atraso da chegada do "raid", como se tudo fosse possível prever a contento.

De repente, alguém como aquele obscuro marinheiro sem nome, da história, que do alto da gávea deu as boas novas a Pedro Alves Cabral, gritou:

– Avião! **O Avião!**

Os relógios marcavam 12h 20 min.

Longe, bem ao longe pelo lado oeste da cidade, agora todos, ainda que apertando os olhos a forçar concentração visual, podiam destinguir algo assim qual um pássaro de desenho colorido em ilustração de livro de Júlio Verne. E pássaro era, mas diferente sem dúvida, e tinha as asas abertas, a emitir estranhos sons, um quer que fosse de rumorejante e cadenciado ruído, surdo talvez, que parecia irradiar-se por todo o firmamento.

– **Pinto Martins! Ele!**

E aquela coisa imprecisa, que antes não era nada, ou quase nada, tornou-se de repente realidade.

Veio rápido se aproximando até ficar cada vez mais perto, e a tanto, em determinado instante, brecando a velocidade, circunstância que em todos deu a impressão de planar, possível momento (contar-se-ia depois) em que os tripulantes, do alto, quiseram mesmo demorar a ver mais à vontade a cidade, admirados do numeroso contingente humano que se espremia embaixo, abrasado pelo sol.

E se movendo como guiado pelas mãos de Deus, o avião deu passada vagarosa, e se afastou, e quando todos imaginavam ir-se dali embora, eis que o surpreendente pássaro metálico veio contornando a enseada, e baixando, baixando, perdendo altura, e baixando, e baixando ainda mais, e mais, renteando a superfície líquida, já por então os motores rugindo de modo diferente, mais rumor que ruído, algo que vinha cessando, mas só parou de todo quando a nave – eram exatamente 12h 25 min – tocou n'água, e se pôs a deslizar suavemente.

No cais a canoa principal de recepção, tendo a bordo os membros da Comissão, já se aprestava a partir.

E quando a aeronave imobilizou-se, ancorada, daí a alguns segundos, embandeirando os hélices, largou o barco em sua direção, e no mesmo rumo igualmente partiram – quem diria existissem tantas embarcações ali! – outras, e mais outras, mais de vinte, que pareciam apostar corrida, a ver quem chegava primeiro.

Foi tal o atropelo, o corre-corre, a pressa de estar à vista dos aviadores, que um dos barcos, embora mais de raspão, colidiu com o avião, provocando reclamações do próprio Pinto Martins:

– Cuidado.! Não podem encostar!

Só então o grande herói pôde estender as mãos ao Juiz de Direito, e ouvir as apresentações dos demais membros da Comissão, enquanto até a eles chegava, em borborinho ao longe os gritos de "Viva o Brasil!" –"Viva a América do Norte! "– "Viva Pinto Martins"– "Viva Camocim"!

– Venha conosco, senhor aviador – convidou o Juiz.

Mas antes de aquiescer, o piloto voltou-se para o avião, e em inglês solicitou também a presença dos companheiros, mas compreenderam todos que, por enquanto, apenas o Comandante Walter Hinton e o jornalista estrangeiro, que se assinava Bye, estavam disponíveis.

Desse modo chegaram ao cais, onde só a muito esforço os que se encontravam ali, impacientes, eram contidos. E sem perda de tempo, o jornalista Raul Rocha – "uso

a minha palavra por delegação da douta Comissão de Recepção"– dirigiu-se a Pinto Martins, dando-lhe as boas vindas em nome do povo de Camocim, e mais não precisava acrescentar "que aquela gente toda que acorrera ali, falava melhor do que cem discursos; e nada mais eram eles que a própria cidade irmanada por um só sentimento, a manifestar sua alegria e seu reconhecimento à empolgante bravura de seu indômito filho!"

Não pôde dizer mais, que os mais afoitos, sem delongas, queriam tocar as vestes do aviador, não obstante contidos pelas vozes enérgicas de Antônio Fernandes Barros e Tobias Navarro.

Alguém, com rara inspiração, sugeriu:

– Comecemos o desfile!

Enquanto se dava um arremedo de organização, a Comissão conduziu o aviador, o jornalista e o comandante do "Sampaio Correia" pelo corredor humano que, relutante, ia-se abrindo, dando-lhes passagem.

Até chegar a residência do Sr. Tobias Navarro, o percurso foi coberto com indizíveis dificuldades. Por momento, ainda que breve, aqui e ali, à saída da Praça 7 de Setembro, as duas alas de povo, quais muralhas, pareciam encontrar-se ameaçando esmagar os que se enfiavam pelo seu meio.

E novamente a voz autoritária de Tobias Navarro, avisando de modo a acalmar os ânimos, a ansiedade dos mais exaltados:

– Na casa, na casa, todos poderão falar com ele!

De verdade, dez minutos depois se tanto, vencendo a tamanha desorganização provocada pelo excesso de pessoas curiosas, o aviador assomou na varanda da casa em que se ia hospedar, e erguendo os braços para os céus, de modo carinhoso falou quase aos gritos:

– Pronto, gente, estou aqui! Sou todo de vocês!

E ali ficou por considerável espaço de tempo, acenando a uns e a outros, e sempre sorrindo, muito embora todos percebessem que ele também se cansara.

Depois das 13 horas o próprio Tobias Navarro surgiu na varanda e se desculpando, avisou:

– Espero que compreendam. Chegou a hora do almoço. Herói também come.

Ou por estarem todos muito sofridos pela longa espera, ou em decorrência do forte calor que fazia, o sol a abrasar mais que em outros dias, os que ainda persistiam em permanecer na rua foram-se desanimando a pouco e pouco. Mais alguns instantes, só restavam algumas pessoas diante do prédio, na maioria funcionários da Prefeitura, convocados para ajudar.

Às 14 horas, sentaram-se à mesa os convidados ao banquete, esses que em toda parte se chamam de pessoas gradas. Era a *primeira mesa*... E empós breve oração de graças proferida pelo vigário, começou o banquete que se foi estirando até pelas 16 horas, quando então veio a sobremesa, servidos o doce de coco, a goiabada, o queijo, o pé-de-moleque... As saúdes não se queriam acabadas, nem as declamações, umas tais ditas com incontrolável emoção, e recitadas certamente não muito a gosto dos homenageados... mas dos da terra, esses tomados de cerveja ali servida a fartar, os copos espumantes, louros, carregados em bandejas forradas de papel crepom.

Afinal, a tarde escoou-se, e não se demorou recolher a um quarto Pinto Martins. Mas todo mundo reparou que o aviador ficou no cômodo menos de uma hora.

A todo instante o requisitavam para dar impressões, e voltar a informar sobre o desastre do primeiro avião, a chegada depois a Belém, a partida do Maranhão...

Já passavam das 17 horas quando vindo visitar o aviador, o Padre José Augusto manifestou desejo de conhecer de perto o "Sampaio Correia II". Em realidade, jamais entrara numa aeronave. Portanto, daria tudo para não perder a oportunidade... Pinto Martins houve-se gentilíssimo, indo ele próprio, seguido do Sr. Antônio Barros (a quem todos deviam parte maior do êxito daquela comemoração), satisfazer a vontade do reverendo..

Quando o pequeno grupo voltou do ancoradouro, caía a noite.

Pedro Morel, depois de relutar bastante, encontrara afinal inspiração para escrever o último terceto do soneto:

"E agora um "hurrah" que atravesse os povos
Aos nossos bravos hóspedes, aos novos,
Aos novos Montgolfiers, novos Gusmões!"

A sessão no Sport Clube, como esperado, cumpriu-se com tamanho êxito.

Logo encerrados os cumprimentos e comentários em torno dos discursos e soneto declamado, a banda de música (contratada também como orquestra de dança) deu início ao programa musical do baile. Logo, mas logo mesmo, o salão, sob os reflexos do esplêndido candelabro de cristal, orgulho e nobreza de Camocim, literalmente tomou-se de ávidos dançarinos, arrebatando elogios o indumento das senhoras, a própria distinção e elegância dos senhores e rapazes de bom partido.

Pinto Martins sempre que solicitado, dançava.

Por diante, depois de alguns momentos, a reclamar o calor que na verdade aumentara com o número de convidados presentes à festa (mais de trezentos), seguido pela Srta. Noêmia Araújo, Pinto Martins foi à janela refrescar-se.

Na condição de amigo da família, à moça o aviador cobrou notícias dos parentes, como estavam os amigos que deixara ali ainda solteiros, se pretendiam morar em Camocim. Foi então que recordou a esposa, dando-a por muito preocupada com a viagem que empreendia.

– Hoje mesmo, à tarde, em momento de folga, escrevi-lhe uma carta.

Depois confessou:

– Gosto muito de família! Você não sabe como achei bons os momentos vividos hoje na sua casa. Me emocionei quando peguei sua irmãzinha Judite e a atirei para o ar.

Parece que ainda a escuto reclamar: *"Me solta, Euclides, me solta!..."* Tão magrinha, tão boazinha....

A moça ainda perguntou:

– Que fim levou aquele seu belo cão, o "Rover"?

– Ah, nem falo... Eu era doido por ele. Trouxe-o dos Estados Unidos. Deu certo não! O clima aqui era meio hostil para ele...

Atualpa Barbosa Lima aproximou-se:

– Interrompo?

– De modo algum.

Queria contar, explicou. D. Luizinha Pessoa – foi narrando –, minha boa amiga, está grávida. Empolgou-se tanto hoje, com a sua chegada, que prometeu em alto bom som: *"Meu filho vai ser homem, e vou colocar nele o nome de Euclides. E vai ser aviador*".

Riram-se todos. Mas Pinto Martins considerou: "Olhe, promessas às vezes dão certo. Faço votos para d. Luizinha ter belo filho varão, se chame Euclides, e quando crescer torne-se melhor aviador do que eu."

Quando soou a meia-noite, parou de tocar a orquestra enquanto o presidente do Clube, acompanhado da esposa, veio para diante de todos avisar:

– Está na hora da ceia.

Que ceia! Súzie Sanford Ramos jamais deixou de relembrar esse momento (contaria muitas décadas depois), instante em que pontificou o desfilar de pratos, acompanhados de "Medoc", o tinto francês a correr farto, mesmo depois de servida a canja – na realidade um consomê – contida em xícaras de duas asas, ai!, finíssimas peças de porcelana inglesa, das quais se desprendia odor convidativo, a despertar desejos incomedidos.

Depois de servir-se, quando recomeçaram as danças, Pinto Martins convidou Súzie Sanford Barros para se entreterem ao som de conhecida polca que começava. A moça, acanhada, disse-lhe:

– Só se você me segurar com força.

A festa animou-se até de madrugada, mas o aviador teve de recolher antes de vê-la terminada. A continuação do "raid", com a partida de Camocim, estava anunciada para as 7 horas.

Em razão disso, depois de tocar a alvorada, a banda, a afinada **Lira Camocinense**, postou-se diante do palacete do milionário Tobias Navarro. Mas não demorou acudir até ali outra multidão não inferior em número a que se juntara no dia anterior.

Mais uma vez Pinto Martins fez questão de aparecer em público, e dizer mais um "alô" para os seus conterrâneos.

À frente de passeata, que se seguiu. quase tão ruidosa qual a do dia antecedente, exatamente às sete e meia, Pinto Martins e os seus companheiros dirigiram-se para o ponto de embarque.

Tocava a banda de música o dobrado "Saudades da minha terra"; pessoas choravam, e mais outras, comovidas, acenavam lenços, às despedidas.

Às 8h 16 min, depois de mais despedidas, e últimos acenos partiam de bordo da aeronave... O "raid" New-York – Rio de Janeiro, por circunstâncias afetivas, historicamente acabava de incorporar a cidade Camocim, com toda a sua boa gente, à majestosa trajetória de seu filho mais ilustre.

Logo o avião partiu subindo, subindo a alçar vôo, e cada vez mais longe foi ficando, tão distante indo dali que não tardou, para tristeza de todos, sumir.

Agora estavam todos cientes: a verdadeira águia, bela, a reluzir, partira de Camocim.

O
ÚLTIMO
ROMÂNTICO

O mundo andava pelas últimas horas da tarde, quase noite, no dia 6 de agosto de 1938.

Pelo Benfica, em transcorrente domingo em que as opções de lazer fluíam poucas, quem se não havia retirado da cidade para contemplar a paisagem serrana de Maranguape – então em moda, a atrair a endinheirados de cidade, como os da família Gentil, e tinha pouco dinheiro no bolso, em condições de estudante, passeava de ônibus, feliz.

Corria o veículo cheio de sons pela avenida, indo e vindo, a desfilar pela frente do Educandário Santa Maria, e em todos marcando presença, a se fazer lembrado pelo seu longo e sugestivo nome desenhado em ambos os lados: "Rio de Janeiro".

Era opção de passeio que a mocidade podia desfrutar aos domingos, o veículo troando músicas, de costume lotado, a passagem cobrindo a viagem redonda, ida e volta.

O carro servia-se de receptor de rádio e mais dois alto-falantes, esses embutidos no tecto, de onde parecia derramar-se o som.

E ia e vinha, a rodar desde às 14 horas, largando por onde passava, ao longo da avenida encalmada, os musicais de programa radiofônico, novidade àqueles dias.

E de repente – que horas mesmo davam? as dezessete da tarde?

Possível fosse mais avançado o esmorecer do dia.

A voz do locutor, que mais lembrava a do locutor José Limaverde, a um repente interrompe a seqüência musical para registrar pesaroso a fatalidade, "ouçam!" e está quase gritando. Em desastre, "segundo informação fidedigna" – vai narrando aquela voz grave, tocada de sentimento –, vitimado em virada de carro no qual viajava (automóvel ou ônibus?), na curva do Cágado, entre

Maranguape e Fortaleza, faleceu o esperançoso jovem e poeta Sinobilino Pinheiro...”

Notícia, logo repetida de boca em boca, a tecer e retecer igual pasmo, e a enlear a todos com igual emoção e pesar.

Perplexos, os sócios do Centro Estudantal Cearense.

Então, verdade mesmo que já não existia aquele moço de rosto redondo, bigodinho bem aparado, a exibir às faces presumíveis vestígios da puberdade?

O Sinó? sim, o Sinobilino Pinheiro, jovem de boa cabeça, fácil no improviso?

Que dizem? – indagam os menos informados, querendo agora saber de tudo – E era poeta? Como? Escrevia sonetos?

Muitos que o admiravam de perto, ajuntavam: “Fazia sonetos como poeta dos antigos, dando gosto à leitura...

E logo prostravam-se todos, mecambúzios, quando esclarecida a idade: “Tinha só vinte anos...”

Cidade pequena, a Fortaleza desses dias, burgo de 150.000 habitantes, vizinhos solidários. Por isso todos se conhecem, e quem menos identifica as pessoas, pode mencionar já o ter visto um dia, no ponto do bonde, em sala de classe, saindo do colégio ou comprando novidades às livrarias... E o seu retrato ia-se fazendo, retocado pelas virtudes que exercitava: católico praticante, moço portanto de bons princípios, muito temente a Deus, e bastante apreciado pelos maristas do Colégio Cearense. E mais que isso: modelo de firme caráter...

Para quem estudava no Ginásio São João, então o colégio da moda instalado na Aldeota (bairro antes chamado Outeiro) – a reunir nas classes destacada plêiade de moços aplicados –, tinha muito o que lembrar nessa hora...

Na revista “Amò-ara” do próprio educandário, a andar agora de mão em mão, estava registrada a grande homenagem que os alunos haviam prestado ao poeta que partia, concorrida sessão literária em decorrência do aparecimento de “Xerém”, seu primeiro livro de poesias.

A propósito do acontecimento, quem não se lembrava do artigo por então escrito pelo estudante Orlando Mota, amigo e admirador de Sinobilino?

Aí referido:

"A tendência do poeta de "Xerém" é cantar a vida e a sua beleza. Aguardamos pois a sua radiosa e definitiva entrada nas fileiras daqueles que, como pássaros, alegram a monotonia do mundo."

Não demorou a cidade toda avisar-se da infausta ocorrência.

O mestre de português, Luís dos Santos Colares, que conhecera de perto o inditoso moço, repetia para o irmão Otacílio Colares: "O Ceará perde uma grande vocação literária para o soneto..."

Estivera com ele no Colégio Cearense, ouvindo-o discursar e a dizer sonetos que só um espírito bem formado em letras, seria capaz.

Podia o professor de português recordar, com agrado, o que escrevera antes, com inspiração, Sinobilino Pinheiro, a relembrar suas modestas origens, as coisas simples que continuavam a influenciar a sua vida. Nele, no poeta, o passado importava, assumia peso especial:

> "As histórias da Carochinha e de Trancoso que eu ouvi, ao colo materno, os contos ingênuos do Cônego Schimid, repassadas de romantismo, cheios de conselhos e lições aos que sofrem na vida; as páginas emocionantes de Pinheiro Chagas nas "Tristezas à Beira Mar", o choro e a nostalgia das "Primaveras", de Casemiro de Abreu, e os enredos de amor, que José de Alencar escreveu para as almas simples..."

Ah, ia pensando o mestre de português, como o consideravam respeitosamente os seus colegas de geração, que mente bem formada, que criatura humana o Sinó!

Ah, desespero.

Que vem a ser isso? Porventura angústia, aquele súbito reconhecimento de que algo, a que se muito preza, de repente se esvai, e irremediavelmente está perdido?

A toda certeza uma sensação angustiante que, de modo inesperado, trespassava de emoções e angústias os amigos mais íntimos de Sinó Pinheiro: José Pires Sabóia, Orlando Mota, Melo Lima, Abelardo Gurgel Costa Lima...

O livreiro e editor José Edésio de Albuquerque, corria o comentário, sentira-se mal ao impacto da notícia.

> "Então? Verdade que desapareceu o Sinó?"

E dizer que o parecia estar vendo, pois assim o depara há poucos dias nas oficinas na tipografia, ali atento e diligente a cuidar da revisão de novo livro, "Evangelização". E sabe de que mais lembrou? De verbete que, cunhado como legenda, o poeta tomara ao apóstolo João para ilustrar a página de rosto da obra:

> "... ainda tenho muitas coisas a dizer-vos, porém não as podeis compreender agora..."

Em clima de comoção pública, principalmente dos jovens, com toda a asperidade e vazio deixados por quem se ausenta de inopino, viajou o poeta, enquanto já pelo dia 11 o seu editor vai a público anunciar que em face do "lamentável acidente", e a tomar conhecimento de que o "Centro Estudantal Cearense" se animava a prestar homenagem "ao seu ilustre associado, erigindo-lhe uma herma em praça pública", tomara a decisão de entregar os exemplares de "Evangelização" àquela sociedade, "para que o resultado do mesmo seja revertido a tão elevado fim."

Poucos entendiam que àquele momento desaparecia o último romântico da cidade, quem abominava a "mulher pirata de avenida", a satânica criatura que, a seu entender; desprimorava as virtuosas, que ele, para amar, não precisava necessariamente possuir o objeto amado.

Por oportuno um parêntese, amor não se faz sem paixão, e paixão por mais educado e contido seja o coração de quem ama, arrebata-o a dos incendiários.

Toda paixão, constate-se desde já, se consome a si mesma. Antropofágica, cruel.

No amor, ao menos assim: eterna busca, cuja ânsia para alcançar e possuir importa mais que o desejo tornado realidade.

Pierre, no mais saboroso dos romances de cordel, assentado à mesa, à convite do Rei, defronte da apetecida refulgência de sua amada Megalona, não se moveu sequer uma vez para tocar no prato, à refeição. Nem ele nem ela, tão embevecidos, entretecido de paixão, permaneceram ambos a se olhar e a se ver um ao outro mutuamente durante a eternidade que durou o jantar, parecendo pouco.

Paixão? Que será?

Por acaso o vinho dos amantes, que à inspiração de Baudelaire pareceu o "brilho das auroras", por onde "sem rédeas, freios e esporas / Vamos, cavalo sobre o vinho / Para um céu feérico e divino!"?

Os apaixonados carregam corações "varados d'Amargura" conta Rodrigues de Carvalho nos versos de "Ouvertura".

E à feição dos árabes, acrescenta, "na volúpia e na dor... / Buscando a luz do Amor – miragem da Ventura, / Que foge à proporção que o viajor avança."

A idéia que nos fica dessa comoção de sentimentos irrefreáveis, é a de apaixonados sonhadores impregnados de romantismo.

Romantismo um quer que seja a envolver as criaturas e em cada uma definindo emoções que, para o poeta Manoel Albano Amora, nada mais que ocorrente "estado que suspende o homem aos céus / E ele fica ali quieto a cismar, a amar, a sonhar..."

Tudo, volta a insistir o poeta, porque "A felicidade da vida cabe toda num só enlevo/, Romantismo é destino dos simples iluminados."

Com essa sensibilidade poetas da década de trinta, em Fortaleza, contemplam o amor, objeto de paixão tão fugidio quão etéreo. E em certo momento esse quer que seja que a todos enebria, nada mais é que a identidade inatingível, misteriosa, de Manya, do "Poema" de Antônio Girão Barroso, tão aparentemente real, mas que se esvai na impossível localização geográfica dos sentidos.

"Tu vens de Deus, do Ocaso,
Onde a primavera desceu eternamente
E os lírios não fenecem nem fenecerão..."

Mas o apaixonado maior, que está em Sinobilino Pinheiro, tem confidente de seus sonhos e suas poucas esperanças: o diário que escreve quase todos os dias e onde lança, esculpe será melhor dizer, a exaltação e mágoas por um amor que parece cada vez mais fugidio, distante. Mas o poeta o alcança, ainda que a se considerar desmerecedor de tamanha dádiva:

"Quando ela passa, às vezes, de tardinha,
E olha assim, com ares de princesa,
Ao ver a sua heráldica beleza,
Eu me acabrunho ante a feiura minha.

"Parece-me que a velha natureza
As coisas não dispôs como covinha.
Enquanto do esplendor ela é rainha
Eu sou escravo triste da tristeza.

Mas creio dos contrários na harmonia:
Se, de tudo que é meu, fulgura apenas,
O fogo da paixão que me devora,

Ela, que a alma de luzes me alumia,
Tem nos cabelos um rufar de penas
E os tons dourados de um raiar de aurora!"

Em carta que escreveu e nunca mandaria às mãos e ao coração da Amada, confessa sem rebuços:

> "Oh! Como eu me sinto cada vez menor diante do vulto glorioso do Deus amor... Como eu noto que, contra as leis da matemática, uma coisa maior pode caber perfeitamente dentro de uma menor. Um sentimento infinito, largo, fantástico, como o que me povoa o ser, dentro das quatro paredes de um coração do tamanho de uma mão fechada. Sinto que nada sou, pó miserável e suspenso sonambulicamente na ventania do Destino, porém escuto as compassadas sinfonias que estranho pianista vai executando no interior do Castelo dourado de meu ser, e me fico a pensar que todos os meus nervos, todas as veias do meu corpo, todos os neurônios, todas as células, todos os globos e potências, se transformaram em força criadora de uma energia intensamente espiritual e infinitamente crescente no sentido vertical das grandes realizações. Então, você aparece bela e formosíssima na minha imaginação como a única responsável por essa inversão, na maneira de viver..."

Pois bem, coincidentemente poetas dos anos trinta, em Fortaleza, e assim são os dois antes citados e Sinobilino Pinheiro, cultuam o amor inatingível, esse incontrolável, metafórico e misterioso sentimento inserido na paisagem aquietada e atlântica da urbe atochada de formidável silêncio que deixa transitar, à noite, fazendo ouvir-se no interior das casas, o soar das pancadas do relógio Coluna da Hora, da Praça do Ferreira.

> "Ah Fortaleza cidade encalmada, desapressada, lânguida"!

Prosperam aí, por então, uns verdes desconturbados, paisagem que penetra o mar, por onde navegam sereias enquanto vai ficando um rastro de concursos amorosos, para trás, pela terra, em dias que transitam no calendário consagrados à Fé, a ver desfilar anjos em procissão.

A sociedade elegante vai exibir-se no Clube Iracema e Clube dos Diários.

Católicos lêem "O Nordeste", jornal dos padres e de Deus, cujo diretor; respeitável professor, persevera na poesia: Andrade Furtado. E os que querem lazer, movem-se em direção ao Cine Majestic, casa de espetáculos que atrai multidões esse ano, 1935, com as assombrações do filme "Zombie, a Legião dos Mortos".

E há também o Cine Moderno, pequena mas acolhedora sala, e se tem ainda de opção o Teatro José de Alencar, que para comemorar o aniversario de Severino Sombra, encena a "Alvorada", vitoriosa peça de Carlos Câmara.

No chamado Campo do Prado, ao som de banda de música porfiam times de futebol: Fortaleza e Flamengo, e no intervalo do jogo, enquanto os baleiros vendem passas e confeitos, dão-se as corridas das quais, no páreo principal, vai despontar vitoriosa a esperta égua Faúna.

A PRE-9, instalada nas proximidades da Praça do Ferreira, atrai a mocinhas e estudantes... E na cidade, para os mais requintados, não faltam festas culturais. A Casa de Juvenal Galeno, de exemplo, abre as portas a quatro escritores que, nesse ano, publicaram livros: Gonzaga Lima, Lauro Ruiz de Andrade, Virgílio Brandão e Carlos Cavalcante. Sobem ao palco, ali, sob aplausos, os paraninfos dos homenageados: Murilo Mota, Yaco Fernandes, Fran Martins e Leota.

Mas não está ali, nem na emissora de rádio, nem na avenida ou no cinema, para angústia do poeta Sinobilino Pinheiro, a "mulher X"... Menciona o próprio poeta, em anotação de Diário.

Vê-la-ia logo depois, e isso o faria imaginar-se ele próprio e a doce amada na figura de simples e humana

criatura viajando de bonde... E mais, vê-la-ia em todos os lugares quando se enclausurava no silêncio do quarto onde estaciona para escrever, sabendo que ela até podia fugir do mundo, mas jamais se ausentaria dos desvãos de seu coração.

Passados tantos anos, mais de meio século, sabe-se por agora, o que o poeta escrevia a respeito:

> "Amo a mulher X, que pode se chamar Maria, e existe, e eu conheço, e é bela e jovem, porém ignora os meus sentimentos e gosto...
> Por isso, na intimidade domiciliar, reduto de suas ansiedades, firmou no papel as tantas reflexões que, varando o tempo, chegam até nós com as ressonâncias de coisas que nunca deixam de existir:
> "...o homem precisa ser austero, para fligir do ridículo. Tal sou eu. Nunca disse uma frase de amor à mulher alguma.
> "... não sou do tipo moderno, que sirva ao paladar feminino dos nossos dias. Deveria haver nascido no tempo de Carlos Magno. Sou um exilado, ao menos no tempo. No espaço, talvez..."

Nessa quadra, o poeta escreve o seu poema "O Amor que não morre", publicado no segundo número da revista "Alvorada", do Colégio Cearense:

"Se tiveres na vida a pouca sorte
de encontrar uma mulher que te sorria,
não creias nesse amor, nesse sorriso,
que é pura e simplesmente fantasia!

As almas nobres como tu, Poeta,
que buscam a Perfeição, a Luz, a Glória,
devem fugir à lúbrica influência
dessa amizade efêmera e irrisória.

Devem marchar de fronte alevantada,
nas águas turvas da incompreensão,
para não macular com lama impura
os inconsúteis véus do coração.

O Grande Amor, o Amor que nunca morre,
é o que vive no templo da Esperança,
o que a gente idealiza, aspira, anseia,
Amor que se deseja e não se alcança!"

A primeira paixão do poeta é a jovem e meiga Gasparina. De fala mansa, o olhar claro e aquiescente. Mesmo para ela, que o entendia, a retribuir-lhe os sentimentos do coração, jamais disse. "Tenho amor por você..." e o próprio bilhete que lha escreveu, em formato de poesia, jamais foi enviado.

"Gasparina
Nossos gênios são diferentes
Nossas naturezas não se combinam
Você não me compreende
Eu não compreendo você
E, onde os gênios são diferentes, as naturezas
não se harmonizam, e não há muita compreensão,
Não pode haver Alegria,
E nunca haverá Felicidade.
Creia que fui sincero para com você
Mas é sumamente perigoso forçar a natureza,
Ponto final.

Sinó Pinheiro."

O rompimento, sem ato declaratório, dera-se dias antes, quando o poeta viu sua possível amada Gasparina trabalhando como "estrela" – registra em seu Diário –, "ao lado de José Andrade", e ai acrescenta bastante ressabido:

> "Francamente, não me senti bem com isto! Sou ciumento das coisas que zelo. E hoje, refletindo na maneira como o Andrade a tratava em palco, coisa aliás de que não posso fazer um mau juízo, tenho uma tristeza a me roer o interior. Nunca me vi tão abatido moralmente como hoje. Estou quase resolvido a escrever uma carta a Gasparina! acabando tudo, e pedindo permissão para esconder a causa, ou melhor as causas. Creio ser minha obrigação."

Espírito sensível, não feito para os novos tempos que corriam, o poeta dimensionava a pessoa amada inserida em modelo de paixão que só ele, em seus impulsos místicos, absorvia-o ardorosamente puro:

> "Pairar acima da terra" – era o seu desejo – "acima da matéria acima dos homens, ouvir as melodias celestiais com os ouvidos da alma, contemplar a beleza dos Astros e acenar-lhes do meio do caminho, suspenso nas alturas; amar com o Amor Extraordinário, que é Éter, um tipo de mulher bonita; fugir à vulgaridade humana, ao quotidiano drama, à diária farta carnavalesca e ficar no Espaço, formidavelmente transubstanciado, eis em resumo, o que eu quis dizer no alexandrino "A Vertigem das Alturas", escrito hoje."

Na verdade, a muitas olhou sem ver o poeta, e amou, mas só amou mesmo, em o saber, a criatura perfeita que idealizara, e a incrustara em seu próprio coração.

A Amada, a criatura ideal desse poeta assumidamente feio, circunstância que apreciava assinalar, na realidade estava conformada à sua confissão ao Diário:

> "E tu, mulher, que tem vivido dentro em mim como um anjo tutelar; tu, que não me amaste,

> talvez porque nunca tive a coragem de fazer uma declaração amorosa, tu que és a Mulher X que desafiou a celebração matemática do Pires (José Pires Sabóia), e a inteligência do Orlando (Orlando Mota), tu que possuis um nome tão caro ao mais caro dos meus amigos (Haroldo Torres), tu que me inspirastes todas as poesias do "Xerém", que és a razão de ser de meu sentimento artístico, irás depor uma coroa no meu túmulo a 2 de novembro?"

Aí inserida pela primeira vez a chave do enigma que o poeta propõe, a morte. A leitor desavisado lembrança lúgubre de perecimento físico, poderia parecer metafórico devaneio, ainda que mórbido, de poeta apaixonado. Mas o vocábulo não é gratuito, não se encaixa nas reflexões como figura de retórica. Mais tarde, por diante, nesse mesmo Diário em que lastreamos essa apreciação, escreveu:

> "E a morte, com um demônio negro, enorme e hediondo, passou pela minha imaginação".

Pelo mês de abril, aos vinte e um dias (fluía a terça-feira...), no Colégio Cearense, para os alunos do terceiro ano, o poeta pranteou a morte de Tiradentes. E na mesma data, familiar recém-chegado de Senador Pompeu, veio trazer-lhe o que imaginava boas novas dos pais.

Mas é desalentado, em declarado pessimismo, que o poeta anota:

> "Recebi carta de casa, anunciando o nascimento de uma garota. Não sei se foi alegria ou tristeza, o que senti. Com as amarguras da vida, não sei bem se tem futuro a gente nascer Morrer é melhor."

O poeta está desamparado, tem virose romântica que lhe acode fora do tempo, quando raros os que na flor da

idade se sentem magoados com a vida, com os homens, e de modo particular com os incertos caminhos do amor. Está de "estranho mal", sucumbido por enorme e intraduzível sentimento que, de modo eloqüente, mas sombrio, vai gizar em belo soneto:

"Na verdade, Maria, estou doente,
e eu sinto tão cruel esta doença
que chego, às vezes, a perder a crença
no Deus que é bom, que é justo e onipotente.

Procuro alívio para a Dor imensa,
para a Amargura que me turba a mente,
mas tudo faz com que essa Dor aumente,
mas nada encontro que essa Dor me vença.

Às vezes rio, para ver se assim,
vou conversando os outros na ilusão
de que a vida tem flores para mim.

Às vezes canto, porém canto em vão,
pois só com a Morte poderá ter fim
este mal de que sofro, – esta Paixão."

Como dizia Antônio Bezerra, em disfarçar amarguras e saudades: "Era o passado, passou..."

Aquela Fortaleza dos anos trinta está cada vez mais distante dos nossos dias. Não se derruíram apenas os sonhos, mas a própria realidade que testemunhou paixões, versos, e o florescer intelectual de juventude que não tardaria a perder os seus talentos mais encarecidos, de exemplo Haroldo Torres e o próprio Sinobilino Pinheiro.

A Fortaleza física a pouco e pouco ia-se despojando também dos seus pontos de referência: Politeama, Cine Majestic, Intendência, Coluna da Hora...

A geração que se sentou nas classes do Colégio Cearense e do Ginásio São João, e animou os movimentos

do Centro Estudantal Cearense na década de 1930-39, cedeu lugar aos da geração dos anos quarenta, a do Grupo Clã. Muitos desses saíram do Ceará, como Yaco Fernandes, José Pires Sabóia... E os que ficaram – como vem a pelo lembrar os irmãos Orlando e Murilo Mota – não se exercitaram às letras publicando livros, à época.

Nesse quadro pouco animador, foi-se apagando a lembrança de Sinobilino Pinheiro. Ignorá-lo-iam logo depois as antologias que se organizaram: "Terra da Luz", em 1956; "Antologia Cearense", imediatamente empós essa, em 1957.

Contemporâneos de Sinobilino Pinheiro, em discursos de posse da Academia Cearense de Letras, não o lembram também.

E vem afinal, não em tempo, a publicação do "Diário" do próprio poeta, trabalho inédito e retido por tanto tempo, zelosamente, nas mãos de seu grande amigo, José Pires Sabóia, que só em 1988 o entregou à curiosidade do grande público.

Graças à sua leitura pude conduzir o leitor nessa viagem aos anos trinta, quanto a cidade de Fortaleza era mais provinciana, e por isso mesmo mais encantadora do que hoje... Dias em que aos domingos o ônibus "Rio de Janeiro", em que tantas vezes passeei, desfilava pelas ruas da cidade, transmitindo músicas da PRE-9, ainda que, como naquele aziago 6 de agosto de 1938, para dizer à cidade, e tendo-a sob comoção, que acabara de alçar vôo o seu último romântico...

O Despertar do Balcão e das Máquinas

Para entender o presente impõe-se-nos compreender o passado. O ontem explica o hoje, que em verdade nada nasce, nada cresce e nada se robustece – nem mesmo as entidades de classe – sem os antecedentes de sua história, de certo a própria moldura social em que se elaboram os seus primeiros passos.

Por isso, não estou em 1996.

Aliás não estamos, hoje, nem os senhores nem eu, mas em 1929. E desse modo animados pelo que nos acontece em volta, pela cercadura de acontecimentos, de pessoas e coisas, não obstante a frívola influência da moda, a exibição de possíveis melindrosas e almofadinhas, avaliadas sob debique da crítica de sociedade tradicionalista; e do vezo pela eleição de moças bonitas para rainha e princesas de Fortaleza, exercício mundano que toma conta de todo o Brasil, numa hora em que a sua sociedade parece apostar, mais que em qualquer outra coisa, nas eleições de rainhas e misses.

Pois bem, a procura de um tipo feminino realmente bonito e expressivo, no Ceará de 1929, foi aos sertões, mas acabou encontrando em Fortaleza a sua representante eleita.

Correm dias de muita alegria política e grandes banquetes. Não se contam apenas quantos automóveis vão desfilar no acompanhamento de enterros, mas quantos talheres serão postos à mesa, como indicadores sociais que já assinalam banquetes de considerável participação, em decorrência de freqüentes homenagens na cidade, desde a posse do presidente Matos Peixoto, agraciado com lauto banquete – como se escrevia amiúde – realizado no Teatro José de Alencar.[1]

Nessa curiosa estatística gastronômica, o banquete de 150 talheres, ocorrido a 6 de junho em homenagem ao pre-

sidente do Estado, que teve direito, como consensual à época, a tradicional discurso denominado "brinde de honra".

Outro ágape, de menor comparecimento mas assim mesmo referido por todos, soma 75 talheres, e efetiva-se em julho, em homenagem a Antônio Fiúza Pequeno e a Pedro Riquet, delegados do Comércio cearense junto à administração central do Banco do Brasil, na Capital Federal.

Mas importante mesmo, para os que vivem do comércio e começam a adivinhar as possibilidades da abertura de fábricas, é a conscientização dos homens de negócio, algo que já foge à compreensão da simples atividade de balcão.

Não se diz por então "empresário" ou "capitão de indústria", mas homem de negócios, capitalista, o que quer dizer homem de capitais, que o comerciante bem sucedido é aquele que se basta com o seu próprio dinheiro.

Somos todos, em considerável maioria usufrutuários da chamada indústria rural, que nada mais representa que o aproveitamento nada racional dos recursos agrários, já discutidos amplamente, como vem ocorrendo, em importantes congressos de prefeitos, o de 1922, no governo de Justiniano de Serpa, e o mais recente, pela última semana de fevereiro.

Ao sair de casa para a memorável sessão de instalação da Federação das Associações e Comércio e Indústria do Ceará, da qual será aclamado presidente, Antônio Diogo de Siqueira sabe, a toda certeza, não bastar o esforço já desenvolvido com bastante aplicação pela Associação Comercial de Fortaleza, fundada, em segunda fase, em 1897, nem pelas suas congêneres quais as de Camocim, Sobral, Iguatu, Quixadá, Baturité, Senador Pompeu.

É preciso unir os interesses e propostas de trabalho do Centro de Exportadores, Centro de Importadores, da Sociedade Cearense de Agricultura, da Fênix Caixeiral, da Associação dos Merceeiros...

Mas vale adiantar: inquietante a situação do país.

A política cambial obstinadamente posta em prática pelo governo central, a cada dia que passa fica mais distante de encontrar a desejada solução para a crise do café, circunstância que concorre para afligir os cafeicultores de São Paulo, que começam a se desesperar a assistir, como realmente está sucedendo, nesse 1929, a mais uma colheita monumental ávida por mais subsídios do governo federal, e esse, já bastante combalido a braços com o endividamento externo, tudo na vã tentativa de manter intocável o carro-chefe das exportações do Brasil.

Todo o esforço do poder público quebranta-se com a copiosa quantidade de grãos de indesejado recorde de colheita desamparada de recursos do Tesouro.

E para fechar esse quadro de urgentes necessidades de aportes financeiros, sem que ninguém perceba está bem próximo o calamitoso "crash" da bolsa de Nova Iorque, que logo mais repercutirá de modo catastrófico no Brasil, desalentando a economia do café.

Mas enquanto isso, a moda dos anos vinte, continua chegando ao Ceará através das revistas "Fon-Fon", "Caretas", "O Cruzeiro"... E filmes de cinema – começam a ser vividas as novas emoções do cinema falado – a pouco e pouco vão ampliar, por diante, os novos instrumentos de lazer do fortalezense.

Os bigodes já não são espessos, e enrolados nas pontas. O chapéu, e tem de ser Ramenzoni, cobre a cabeça dos mais ilustres e circunspectos senhores, que é bastante elegante tirá-lo, em gesto de teatral delicadeza urbana em homenagem às senhoras.

Ninguém o dispensa, convém dizer; nem mesmo os da classe menos aquinhoada. Nenhum cavalheiro, por exemplo, deixa de usar o chapéu de palheta, que se diz no Ceará de palhinha.

Palhinha do Chile, acrescente-se.

Sapatos, de duas cores, roupa escura, essa puxando agora para os tons alegres, claros, azul-fechado de preferência, ou no máximo, marrom-claro. No bolso do

paletó o lenço branco borrifado de perfume, colônia inglesa. As pontas têm de estar arrumadas para o alto em forma de bico.

Antônio Diogo de Siqueira e seus companheiros de diretoria, Antônio Fiúza Pequeno, Pedro Riquet e Luiz Gonzaga, como que combinados, vestem ternos escuros, e, à vista de todos, exibem passados lenços brancos no bolso de cima do paletó.

Desse jeito vão parando na roda dos amigos e convidados especiais a entreter conversa. E enquanto não dá hora de começar a reunião – que também vai propor a eleição, por consenso, da primeira diretoria –, um dos assuntos não é outro senão o da inauguração da "Fábrica Mirian", auspicioso empreendimento industrial que, no Ceará, parte para a extração de óleo de oiticica, a descortinar um sem número de aplicações em todos os setores da atividade fabril; para tintas, principalmente, como referem os mais entendidos, e até para o preparo de cosméticos.

Em outra roda de conversadores, que fumam os apreciados cigarros "Olga", "Yolanda" e "Acácia", reponta o problema do Matadouro Modelo, cuja exclusividade de abater rezes para o consumo dos habitantes da capital, ergue protestos da comunidade que, indócil, chega a organizar manifestação pública na qual o jornalista Djacir Menezes tem oportunidade de verberar, veemente, os abusos cometidos. Tão grave a situação que o próprio presidente Matos Peixoto vai à praça falar aos manifestantes, dizendo-se impossibilitado de conseguir solução imediata para o rumoroso caso, em virtude daquele estabelecimento industrial estar de posse de contrato, juridicamente perfeito, com o governo.

E a aumentar as decepções do povo, corre a notícia de resolução do Supremo Tribunal de Justiça a decidir "contra a pretensão dos marchantes particulares...", que pretendiam abastecer a cidade. Em conseqüência, o preço da carne verde sobe a resultar em alta considerada extorsiva pela população.

Em novembro o quilo de carne vendia-se à população a 2$000 o quilo... Em dezembro, já custava o quilo 2$400.

Sabe-se pouco – é comentário geral – sobre o inquérito instaurado a propósito da maroteira flagrada nas Folhas de trabalhadores da Inspetoria de Obras Contra as Secas, um escândalo para a época, pois detectados ali, na folha de pagamento, numerosos trabalhadores fantasmas que alinham despesas e prejuízo do tamanho de mil contos de reis...

Fortaleza, sob opinião dominante nessa hora, é cidade assumidamente católica, e de bons princípios, mas não precisava chegar ao exagero de dar de presente de aniversário – em nome das lideranças comerciais –, ao amado pastor dos cearenses, D. Manuel da Silva Gomes, –, um automóvel marca "Sedan Jown Essex", o modelo mais luxuoso à venda na capital, a exibir o radiador uma plaqueta de ouro significando a lembrança.

Comenta-se ainda a repercussão da solenidade de inauguração do Aeroclube Cearense, de modo particular elogiados os discursos pronunciados na ocasião pelos jornalistas Jáder de Carvalho e Perboyre e Silva.

E novamente o comentário é sobre os concursos de beleza. Como não bastasse a eleição de Misse Fortaleza, Maria Nazaré da Silveira, sufragada com 10.884 votos, em março, já em maio – lembra comerciante presente à conversa – a Srta. Stela Bezerra é coroada rainha dos estudantes. Também eleitas vão fazer companhia à rainha as princesas Rachel de Queiroz e Auri Moura.

Em 1928, o tempo, isto é, período representado pelas variações meteorológicas, como é de nosso interesse evocar; trouxe dias difíceis para o comércio com seca parcial, infelizmente não reconhecida pelos órgãos públicos... Mas agora a capital vive o percurso de 150 dias de chuvas, e que consagra o resultado pluviométrico de 1.297,7 milímetros.

Por conta – quem poderá dizer – desses dias tão bonançosos, a Igreja registrou o nascimento de 2.907 criatu-

ras e presidiu a 614 matrimônios. Mas as Parcas, as tiranas Parcas, como referem os poetas, ceifaram numerosas vidas: 2.795, total maior do que o verificado no ano anterior; cuja marca indesejável ficou em 2.523...

A fundação da Federação das Associações de Comércio do Ceará e Indústria quer apressar providências em favor do desenvolvimento do Ceará. Não basta a boa vontade do Presidente Matos Peixoto em outorgar reconhecimentos de utilidade pública a instituições agrícolas e as de empregados no comércio... A ajuda mais declarada anda por caminhos mais objetivos, como por exemplo, a prometida (e depois concedida) isenção de impostos para a firma C. N. Pamplona & Cia.

Outras conquistas se alinham nesse diapasão.

Obstada a entrada no estado de sementes de café e até de mudas vivas de cafeeiro, em virtude do "cerococus paraybensis". O governo começa a estimular a exploração de carnaubais nativos. A fábrica de calçados Frederico Pontes & Cia. é também contemplada com isenção de impostos.

Há prêmio em dinheiro par quem plantar mamona no Ceará, em área nada inferior a 40 hectares. E passam a ser punidos os agricultores ou desidiosos que cortarem oiticicas pelos sertões...

É preciso empreender mais de modo particular para dar resposta a um impertinente e leviano engenheiro, no caso o Sr. Coelho Brandão, que, pelas páginas de "O Jornal", do Rio de Janeiro, publicou artigo (transcrito pelo "Ceará", em Fortaleza, com grande repercussão e revolta) no qual escreveu que "empreender em obras no Nordeste é derramar água nas areias do Saara".

A criação de secretaria de Estado, nessa hora, com espaço reservado com mais abrangência para as atividades da indústria rural e comercialização de produtos (proposta inclusive que visa à facilitar a venda de insumos e implementos agrícolas) vai à frente com a postulação que acaba sensibilizando o poder público.

A reivindicação, nesses moldes, é atendida pelo presidente Matos Peixoto a 4 de outubro desse ano (1929), através da Lei 2.727, criando a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, cuja função arrima-se no funcionamento mais ordenado da Junta Comercial e numa importante Diretoria Geral de Estatística, com a finalidade de "incrementar a produção agrícola", e acessar a aquisição de máquinas, implementos, adubos, inseticidas etc., etc. por parte dos agricultores.

Tudo isso, infelizmente, conquanto tenha custado tanto às lideranças comerciais do Ceará à época, vai durar pouco, que a República Velha está por um fio.

Já no próximo ano, nesse contexto, o de 1930-, e quem diria? com a Revolução de 30 vitoriosa, a assumir a interventoria do Ceará o Dr. Manuel Fernandes Távora, em aziago decreto de número 13, do governo provisório então estabelecido, extingue a Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, e mais adiante, por outro decreto, de número 43, exonera de uma só penada todos os membros da Junta Comercial.[2]

E mais, e o que é realmente grave, risca de seus procedimentos administrativos a liberdade de decisões, outorgada pelos artigos de 2 a 9, em vigência desde 1892.

O governo é forte, e vai manobrar a Junta Comercial a seu modo, até ser baixado – como adverte – novo regulamento para a repartição.

Creio que o ilustre auditório que me acompanha com atenção e educada resignação, poderia me interromper e perguntar: mas por que tamanha ênfase para contemplar esses fatos do quotidiano? Por que mais ontem do que hoje, do que o agora, de interesse imediato?

É que sob meu particular modo de entender, a cada dia que se passa, mais e mais devemos nos animar em perseverar para não perder a nossa ancoragem nos dias passados, que o passado é que certamente pode explicar com bastante fidelidade a lealdade às nossas idéias matrizes, ao sonho de fazer e de construir para o futuro, quan-

do o sonho ainda não é nada, e se entremostra até mesmo frágil, ou fugidio, mas tão vicejante para vingar e prosperar no tempo, não obstante as incompreensões e o pessimismo de alguns.

A inventariar o passado da Associação Comercial do Ceará, em livro publicado em 1991, o historiador Geraldo da Silva Nobre, deteve-se em capítulo instigante: "O Mistério dos Nomes". E aí mencionado a ancianidade daquela prestigiosa entidade de classe, a remontar – conforme pesquisa do historiador José Bonifácio de Sousa, aos idos de 1867, quando então aprovado o seu primeiro estatuto, passível de reforma, como estipulado, só a requerimento de dois terços de seus associados".[3]

Na verdade, a esses dias, a Associação Comercial sem dúvida alguma, e em primeiro grau de interesse, cuidava dos problemas de dois setores, os de importação e exportação, bastando ver que para essa finalidade se constituíam em maior número as principais firmas comerciais do Estado, quais a Casa Inglesa, Kalkmann & Cia., Albano & Irmão, Luís Sand, Luís Ribeiro da Cunha & Sobrinho etc., etc.[4]

Pelo que pode ver à leitura de bem elaborado artigo do Sr. Pimenta Lira – "Origem e Finalidades da FACIC" – trabalho inserido em "folder" comemorativo do quarto aniversário de inauguração do Palácio do Comércio (1944), sente-se que pelos inícios de sua primeira reunião a 7 de agosto de 1929 (a instalação solene só ocorreria no dia 6 de setembro), a Federação não lograria de imediato a adesão de todos os possíveis associados, como desejável. Pode-se admitir que os exportadores e importadores estabelecidos na praça de Fortaleza e que representaram já duas importantes entidades classistas, resistiram em adotar o novo modelo de trabalho da FACIC, cujo objetivo primordial, qual referido no artigo ora mencionado, era "formar um órgão de ação coletiva, de influência mais ampla, com uma força suprema e revigorada, a ser irradiada em todos os recantos do país. Felizmente" – conta ainda o mesmo articulista – "todos compreenderam e aplaudiram

a esse esquema traçado com vistas tão elevadas, e ninguém se opôs a contribuir para a formação das receitas auferidas por meio de pequeníssima porém rendosa taxa sobre a importação e exportação de utilidades mercantis."[5]

Como se depreende, por anos e anos de luta foi sempre muito vivenciada a trajetória do trabalho das lideranças comerciais do Ceará, que, para efeito de localização histórica, associativamente essa ação começa em 1867, e só depois, após "longos anos de silêncio" – como registrou o Barão de Studart em "Datas e Fatos para a História do Ceará – Ceará – Estado, e restaurada com o revigoramento da Associação Comercial, a 17 de outubro de 1897.[6]

Mas em todo esse percurso de ação do comércio, seja o da antiga Associação Comercial, de 1867, seja a dos dias de 1913, ou de 1929, já com o advento da Federação das Associações de Comércio, Agricultura e Indústria, o comércio – repisamos – sempre se houve no encorajante desempenho de seu papel não apenas de colaborar para o desenvolvimento do Estado, mas também de participar ativamente em favor do aperfeiçoamento de sua gente.

Seja que horas marque o nosso relógio do tempo, o que subjetivamente nos trouxe hoje aos dias que se foram, e que rememoramos; seja o de nossa realidade por agora, o do instante presente, a atividade pública de nossas entidades classistas, em seu todo, sempre esteve enobrecida por edificante e constante dedicação ao aprimoramento das relações mercantis do Estado.

Agora estamos em 1996.

Já se não dão mais banquetes de 150 talheres, mas de mil. O lenço, no bolsinho do paletó, praticamente foi abolido. A sala de dança é por agora um gigantesco terreiro de forró para três mil pessoas. Raríssimos os cavalheiros de chapéu, como raríssimos os pianos, como móvel de adorno e aplicação artística, nas casas de família. E continuamos a perseverar no vezo das eleições de misses, e cada vez mais o lar parece estar ficando fora das casas, perdendo aquele

sentido de intimidade e resguardo dos anos vinte. Mas deparamos a realidade fabril, de mais distritos industriais e mais indústrias gerando emprego e riqueza.

E hoje chegamos até aqui, para esta solenidade, parceiros da mesma jornada; receptadores da ação dos meios de comunicação e sentindo, que, a cada dia que se passa, mais nos inserinos todos na fascinante e desafiadora aldeia global, o mundo, em que se abatem os muros físicos e os ideológicos se nivelam, e os parecem ficar mais próximos uns dos outros.

Mas nesse instante de grande significação histórica, em que se "navega" pela Internet, nunca foi tão fácil e imediato o acesso ao conhecimento democratizado. Mas nunca, por outro lado, também, a pobreza veio para tão perto de nós, não só pela vizinhança das favelas com seiscentos mil habitantes, mas por poder comparecer às telas de TV nos dramas do dia-a-dia, que trazem ao interior de nossas casas e de nossas consciências, não de todo sensibilizadas para a dor alheia, a extrema aflição dos que vegetam na miséria.

Por isso, os que empreendem em instrução do nível da FACIC, devemos mais do que nunca nos preparar para aquele "salto qualitativo", a que se referiu ex-presidente desta Casa, o Sr. Raimundo Viana, quando aqui discorreu, em 1994, em oportuno seminário sobre o desenvolvimento do Ceará,[7] salto qualitativo convém repisar, no sentido de ensejar a necessária mudança do "quadro de subnutrição, de miséria que existe no Ceará", e que convive, infelizmente, – somos nós que acrescentamos –, com a opulência dos que ainda não aprenderam a repartir com mais piedade.

Pois bem, nada disso, nem mesmo esse discurso é novo. Em verdade, repetimos – e o fazemos conscientes de nossa responsabilidade – o humaníssimo conceito de trabalho social das lideranças comerciais do Ceará, através dos tempos, ora a defrontar a miséria deflagrada pelas injúrias de anos calamitosos, ou a repelir a inaceitável situ-

ação de homens escravizando a seus semelhantes, ou a desidiosa ação de maus governantes, tendo sido sempre a sua perseverante bandeira de cruzada.

O comércio do Ceará tem passado, e história.

História na qual um de seus principais capítulos, sem a menor sombra de dúvida, é o impostergável desempenho da FACIC a favor do Ceará e seu povo.

História, aduza-se para terminar; – que se fez ontem; faz-se hoje; far-se-á sempre.

Bibliografia Consultada

[1] Leonardo Mota, "Datas e Fatos para a História do Ceará". In Revista do Instituto do Ceará, Tomo LXVIII, Ano LX, Edit. Inst. do Ceará, Fortaleza, 1954, pp. 204-243.
[2] DECRETOS DO GOVERNO PROVISÓRIO, Tipografia Minerva, Fortaleza, 1931, p. 17.
[3] Geraldo da Silva Nobre, "Historicidade da Associação Comercial do Ceará", Stylus Comunicações, Fortaleza, 1991, p. 38.
[4] Idem, o. c., p. 40.
[5] "Origem e Finalidades da FACIC", "folder" comemorativo do quarto aniversário de inauguração do Palácio do Comércio, 1944.
[6] Geraldo da Silva Nobre, idem, o. c., p. 95
[7] Pronunciamento In "Pensamento Empresarial do Ceará" (Visões do Desenvolvimento), Fundação Demócrito Rocha, Fortaleza, 1994, p. 19.

Palavras do autor por ocasião do67º aniversário da FACIC – 8.08.1996.

A Sociedade dos Caixeiros e a Revista “Phenix”

Sob o próprio alcance jurídico das relações entre patrão e empregado, antigamente, e de modo especial na legislação portuguesa, não tinha lugar definido o caixeiro, i. é., aquela tradicional figura de vendedor intermediante na prática do exercício comercial praticado ao balcão de lojas ou armazéns.

A legislação positiva, a respeito, como quer o "Conselheiro do Povo", até o século passado estava ainda consignada na Lei de 30 de agosto de 1770 (parágrafos 12 e 13), que mandava pagar ao caixeiro, ao primeiro ano, 72$; ao segundo, 95$; e ao terceiro, 120%, além de o empregador o prouver com vantagens de casa, cama e mesa.

Antônio José Rodrigues de Oliveira, autor do mencionado manual, aduz: "Pode-se dizer que esta legislação nunca teve lugar no Brasil, pois que nem se fez nunca dependente de matricula na aula de comércio a admissão de caixeiros, e o vencimento dos salários foi regulado à avença das partes, ou quando não havia ajuste, conforme o uso, e com respeito aos préstimos do caixeiro." (Antônio José Rodrigues de Oliveira, 1884, pp. 555, 556).

Os criados domésticos não apenas pareciam mas na verdade eram melhor beneficiados, funcionando as relações laborais, mesmo no Brasil, ao final do século, debaixo das convicções jurídicas das Ordenações (Liv. 4. tit. 29, 30 até 35) (idem, p. 558).

Tenho por universal esse deplorável desinteresse pelo caixeiro. Em páginas de rara inspiração ficcional, na novela "A casa do gato que joga a bola", Balzac faz transitar a figura de modelo/balconista, como presumo de fato devia de existir em Paris à época do autor. Na verdade na novela eram três os empregados de atender ao balcão, ocorrendo de o segundo-caixeiro não perceber salário. Mas todos ga-

nhavam pensão e dormiam acudidos, vem hora de acrescentar, numa infecta água-furtada, de atmosfera superaquecida. (Balzac, 1978, p.89).

No Ceará, mais precisamente em Fortaleza e a nosso interesse por agora, a situação do caixeiro, pelo final do século passado, não dissentia do quadro que se acaba de sugerir. Em rigor, corria desamparado das leis e sujeito – o que o devia magoar mais – a tratamento discricionado por parte da sociedade a que servia.

O resumo da história da "Phenix Caixeiral", que se pode ler no apêndice da publicação de seu estatuto, aprovado em 1930, vale pela confirmação daquele estado de coisas, senão vejamos:

> "A idéia da criação da "Phenix Caixeiral" provém do estado de quase servilismo em que se encontrava a Classe dos Empregados do Comércio, no ano de 1891. Os comerciantes, em sua generalidade, denunciavam-se por sua falta de cultura, porquanto apenas tinham em vista o intuito grosseiro dos tempos coloniais, que tanto prejudicara a civilização portuguesa. Com isso sofriam as duas classes: enquanto os patrões formavam a massa dos contribuintes do Erário Público, os seus empregados permaneciam escravos da vontade daqueles . .." (...) "Aproximava-se a época da abertura da Assembléia Legislativa do Estado e todas as classes de Fortaleza, mas ou menos bem representadas, tinham sido convidadas para o ato popular. Incultos e ignorantes, como seus patrões, arredios do convívio republicano, condenados ainda ao destino comuns às massas proletárias, os caixeiros resolveram reagir, ou melhor, resolveram dizer; alto e bom som, às demais classes sociais e aos poderes públicos, que era tempo de se dar uma nova diretriz à

> humilde Classe dos Auxiliares do Comércio a fim de que os futuros gestores da fortuna móvel do Ceará não fossem apenas meros exploradores dos seus semelhantes".

Intentaram com êxito essa reação Miguel Teixeira da Costa Sobrinho, Bemvindo Alves Pereira, Heráclito Domingues da Silva, Raimundo Cabral, Januário Augusto Fernandes e César A. da Silva, fundando, a 24 de maio de 1891, a Sociedade "Phenix Caixeiral".

A 1º de agosto desse ano já se davam aulas de comércio na sociedade. Em 1905, os sócios podiam freqüentar a sua própria sede social, à qual se juntaria outro importante edifício, inaugurado em 1915. Em 1918, por Decreto Federal – 3.523 – alcança o seu merecido reconhecimento como sociedade de utilidade pública.

Vale registrar que a atitude dos caixeiros de Fortaleza não é fato isolado, único, na moldura da convivência social da coletividade.

Muito antes, por volta de 1872, o Clube Cearense atingia, ao referir de Raimundo Girão, "o ápice do nosso aprimoramento social, com seus salões sempre a *giorno*, com os seus jogos de recreação, a figura dos seus dirigentes, o fausto de suas partidas dançantes... Mas o acesso à sua intimidade era controlada: "Proibida a entrada nos salões do Clube a pessoas estranhas ..." Por tal motivo aconteceu de o guarda-livros Antônio Costa Sousa, que demorava ali ocasionalmente, ser informado que, de acordo com as normas da casa, não podia permanecer no recinto. Envergonhado, o jovem retirou-se e o fato serviu de motivo imediato à exploração de prevenções que aos poucos se vinham somando contra a agremiação "plutocrata"...

Não custou se juntarem ao guarda-livros ofendido outros homens de comércio, e a 28 de junho de 1884 já existia uma nova agremiação – Clube Iracema – e conhecida a sua primeira diretoria. (Raimundo Girão, 1950, pp. 33, 34).

A "Phenix Caixeiral", dentro dos objetivos de seu programa de trabalho, em certo momento de sua bem sucedida trajetória – os anos que vão de 1910 a 1925 – conheceu desempenho exemplar, valorizando privilegiadamente o balconista (o caixeiro), profissão a liderar as condições de admissão a sócio, e na qualificação estatutária entendido como tal "os caixeiros de balcão, armazém ou escritório, em casas propriamente ditas, isto é, mas que se ocupem da compra e venda de mercadorias de qualquer natureza, cujo comércio seja lícito." (Parágrafo 1~ do artigo 6).

A sociedade mantinha Escola de Comércio, biblioteca (em 1930 ostentava 3.000 volumes), campo de cultura física, concedida, por óbito, 1:5000$000, mantinha uma policlínica, assistência judiciária, mausoléu no cemitério São João Batista, onde se depositavam "os restos mortais dos sócios falecidos", e uma Escola de Instrução Militar. *(In* Estatutos da Sociedade "Phenix Caixeiral", 1930).

Em 1930 a entidade dispunha de cinema, abria sua sede para espetáculos de teatro (ali se representavam as peças de Carlos Câmara e se exibiam transformistas e acrobatas); Cooperativa de Crédito, escola de instrução militar e campo para a prática de cultura física.

E coroando toda essa atividade, mencione-se: a circulação pelo menos por 5 anos (vi exemplares de todo esse período) a revista "Phenix", fundada por J. Augusto Lopes Filho, e da qual a edição de janeiro-fevereiro de 1916 (número: XXIX) conta como a idéia dessa publicação se converteu em realidade.

"Não foi exatamente em fevereiro, mas num dos últimos dias de outubro de 1911, que brilhou no espírito lúcido de José Augusto Lopes Filho, o Juca, o Nolasco de Barros, a idéia de fundar uma revista que fosse órgão dos alunos da escola de comércio da Phenix Caixeiral, e pudesse manifestar o grau de cultura adquirida nos curtos intervalos de lazer de que a vida do comércio é tão avara...

Estreitaram as mãos para o cumprimento desse objetivo "os talentos de Estêvam Mosca, Gustavo Frota, Dario Pessoa, Raimundo de Paula Vianna e outros.

Os recursos foram, em parte, supridos pela própria diretoria da sociedade, mas a trajetória do projeto da revista enfrentou várias contundências. Afinal, em 1916, a bem cuidada publicação podia festejar o seu quarto ano de existência, contando com a colaboração de Mozart Catunda Gondim, Gustavo Frota, Afl. (de Gondim) Castro (pernambucano, que se incorporou aos sentimentos culturais do Ceará), Gonçalves dos Santos, Genuíno de Castro, Paula Vianna Cristiano Cartaxo, Ulysses Bezerra e Luiz de Castro.

A poesia domina as páginas da revista, desde 1912. E não são raros os contos – apreciáveis para a época – notadamente o "Picador", de Mozart Catunda Gondim ("Phenix", ano IV número XXIX, pp. 5, 6, 7 e 8), "Infecção", história curta de G. de Castro (idem, pp. 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24), "Calvário das Mães", pequeno conto de Gustavo Frota ("Phenix", ano V número XLII, pp. 9, 10, 11, 12 e 13).

Colaboram em "Phenix", dentre outros, Epiphanio Leite Álvaro Maia, Daniel Augusto Lopes, Gustavo Frota (esse com inúmeros poemas, inclusive o extenso "Poema Íntimo" inserto no número XXIII, ano III, abril de 1914), Gil Amora, Estêvam Mosca, Mário Linhares, Paes de Castro etc., etc.

"De letras e artes" a revista "Phenix" era muito bem servida, como se pode ver pelo alentado número de poetas e prosadores, alguns de pouca assiduidade, como Irinêo Filho, Dolor Barreira e Clóvis Monteiro.

Em rigor a revista, como se pode imaginar pela proposta inicial, nasceu para acolher trabalhos de estudantes (naturalmente caixeiros) matriculados na escola da sociedade. Mas desde o primeiro número rara a colaboração que se pode atribuir a um iniciante das letras... Em regra, como o leitor deparou nas referências anteriores, os trabalhos literários, em sua maioria insertos na revista, tomam a assinatura de pessoas de indiscutível talento, gente oriunda – por exemplo – da "Cruzada dos Novos as-

sociação beletrista, animada principalmente de efêmera duração – que se constituía de treze associados, tendo chegado a editar uma revista de 13 páginas. Fizeram parte do "Inferno, dentre outros, Estêvam Mosca, Martins de Aguiar, Carvalho Júnior, Gustavo Frota e Genuíno de Castro. (In "Phenix", ano V, número XLI, p. 8).

Em todos os sentidos era aguerrida e exemplar a "Phenix Caixeiral". Ao acaso destaco o balancete da tesouraria da associação, referente ao mês de setembro de 1912. Nele vai-se averiguar a vigorosa arrecadação de 1:530$000 (apenas do mês) de mensalidades cobradas aos associados. De aluguéis, nesse período, a tesouraria recebeu 160$ 000; de juros – e não é pouco! – 58$000. E registra um saldo positivo – não obstante as elevadas despesas na rubrica ensino (1:047$000). Numa projeção, a se tirar pelos algarismos de setembro, no ano de 1912 a "Phenix Caixeiral" teria arrecadado de mensalidades dos sócios pelo menos 18:000$000.

Registros da Revista "Phenix"

Cinemas

Rio Branco – O nosso público tem ultimamente afluído ao Rio Branco, dando-lhes casas à cunha e grandes enchentes. A partir da exibição da deslumbrante fita de arte SPARTACO, vem essa conceituada casa oferecendo a seus habitues programas que primam pela excelência dos filmes exibidos. A freqüência do "Rio Branco" é como sempre a mais seleta e a sua orquestra uma das mais bem organizadas. (Abril de 1914)

Cassino Cearense

Atlantis foi o sucesso do mês para o Cinema Júlio Pinto; não quer isto dizer que fossem de menos valor outros filmes: todos sabem o rigor e capricho com que se faz a escolha dos filmes que só têm de exibir nessa casa. (idem, ibidem).

POLYTHEAMA

A Empresa Rola & Irmão, proprietários dessa casa de diversões, acaba de fazer grandes reformas no POLYTHEAMA, e dotando-o de inúmeros e confortáveis melhoramentos. Empreendedores e ativos, os Irmãos Rola não encaram despesas e sacrifícios para enriquecer a nossa linda capital com um Cinema-Teatro luxuoso e elegante, como se fazia mister à aristocrática fidalguia da nossa urbs. (Janeiro e fevereiro, 1915).

NOTÍCIA LITERÁRIA

"A 'Cruzada dos Novos', que se trata de reorganizar atualmente, inicia-se sob os melhores auspícios, e o seu futuro parece-nos dos mais promissores. Quanto a programa, nada podemos adiantar; porém sabemos que realizará pelo menos uma sessão mensal, num dos nossos clubes, no nosso Teatro ou nalgum dos nossos logradouros, com preferência do Passeio ou do Parque da Liberdade: essas sessões terão apenas a assistência dos sócios e dos representantes da imprensa local, havendo sempre um copioso *lunch* ou um *seven ó clock tea,* fazendo-se além disso música sempre que for possível." (Março de 1916).

"HOTEL DO SALVADOR" – TEATRO

"Com extraordinário êxito e grande acolhimento foi levado a efeito no teatro Polytheama essa representação ultracômica, original do consagrado comediógrafo Carlos Severo.

O autor lança mão de um desses vários postos de estalagem que se encontram derramados por nossos subúrbios, rotulados de hotel X... etc..., conforme o nome de seu proprietário, e pinta ao vivo, em altos e baixos relevos, em coloridos alegres e tons arroxeados, um vasto painel onde se vêem acremente criticados e ridicularizados todos os atos, defeitos e presunções de nossa sociedade.

Joaquim dos Santos, Alberto Menezes, Eurico Pinto e o Sr. Fróes, sem desmerecimento do valor de seus com-

panheiros de arte que já se revelam bons amadores – são perfeitos e verdadeiros artistas que nada deixam a desejar e nem fariam vergonha a qualquer artista desses consagrados pelos centos teatrais. (idem, ibidem).

Companhia Cristiano de Sousa

Acha-se em nossa Capital a conceituada Companhia de Operetas e Revistas "Cristiano de Souza", que vem trabalhar no Teatro José de Alencar. A sua estréia far-se-á com a hilariante revista "Pra Burro". (Setembro, 1913).

Finados

No dia 3 deste, consagrado à comemoração dos mortos, a "Phenix Caixeiral", precedida pela sua banda de música, que executou diversos trechos fúnebres, encorporada, fez uma romaria ao Cemitério de S. João Batista, em visita aos túmulos de seus consócios já falecidos. O orador oficial, nosso colega Leandro Lira, produziu na ocasião substanciosa oração análoga ao ato. (idem, ibidem).

Empresa de Turismo – A Transoceânica

De seu digno representante e banqueiro neste Estado, o ilustre Sr. Cel. João Salgado, recebemos ditado, o ilustre Sr. Cel. João Salgado, recebemos diversos folhetos acerca das excursões que essa poderosa e acreditada instituição faculta aos seus clientes. A Transoceânica é uma instituição modelar criada para facilitar aos turistas viagens e passeios cercados de todas as comodidades e confortos a um preço relativamente barato. (setembro de 1915).

Para Ter a Pele Bela (Anúncio)

Uma colher de chá de ANTIGAL, do dr. Machado, misturada em meio cálice d'água fria e tomada no meio do almoço e outra dose no jantar, constitui um excelente meio de tratamento interno para as senhoras que têm a pele com espinhas, pruridos, escamas, eczemas etc. Com este simples tratamento, terão a pele bela e rosada. Não requer dieta. (abril de 1916).

O TOM FORÇADO DO RECRUTAMENTO

Ao serem extintos, por volta de 1831, os corpos da milícia, constituídos de guardas municipais e ordenanças, surgiu a Guarda Nacional (a 18 de agosto), tropa auxiliar do Exército. O serviço desse corpo era desempenhado de modo pessoal, ressalvadas as exceções ditas em lei, como, por exemplo: quem contava menos de dezoito anos de idade; empregado de serviço postal; militar da ativa, senador, deputado etc., etc.

As companhias integravam-se de 60 a 140 praças. O recrutamento, de certo modo, ordenava-se já diferenciado de como fora praticado nos tempos coloniais, mas, a dado momento, renarra Eusébio de Sousa em sua "História Militar do Ceará", "prendia-se todos os homens que se encontravam na cidade. Depois, entre eles, as autoridades escolhiam os que deviam ir para as fileiras.

No Ceará, no período provincial, o recrutamento não era exercitado sem agitações e constantes protestos de quantos se julgavam feridos em seus direitos de cidadão. Então, pelos sertões, o recrutamento de indivíduos válidos efetivava-se a qualquer hora, gerando reclamações, prisões e até assassinatos.

Por volta de 1868, não raro os jornais publicaram matéria oficial relatando despachos daqueles incomodados, que apelavam das injustiças praticadas. Pelo "Pedro II", folha de propriedade do governo, em setembro de 1868, na parte Expediente Oficial, o leitor tomava conhecimento destes despachos:

REQUERIMENTOS: Manoel Rafael Alves, preso como recruta, pedindo prazo para provar isenções legais – Indeferido. Henriqueta Maria da Conceição, pedindo prazo para provar isenções de seu filho José Félix, preso como recruta. – Concedo vinte dias a contar desta data. Francisco Xavier de Lima, preso como recruta, pedindo escusa, alegando isenções legais. – Seja escuso."

Diante de tantos pedidos de isenção, circunstância que prejudicava em muito a formação de companhia para os encargos militares exigidos pela Nação, o governo, na Parte Oficial do mesmo jornal, em outubro de 1868, comunicava: ... "Aos Recrutadores da Província: – Ainda uma vez esta presidência chama a atenção para o serviço, que lhe está cometido. Há urgente necessidade de enviar reforço ao Exército em operações no Paraguai, e, entretanto, com profundo pesar vejo que, fazendo-se como recrutamento grande estrépito na província, não se aprumam indivíduos aptos em número correspondente à população dos respectivos distritos. Com infração repreensível dos regulamentos, são constantemente presas, detidas, nas cadeias e remetidas pessoas visivelmente incapazes do serviço de guerra, com isenções legais, o que indica abuso do poder confiado ao recrutador e sem um zelo pelos dinheiros públicos. Disposto a reprimir energicamente semelhantes desvios da senda legal e atender ao reclamo do governo imperial, ordeno-lhe que trate de cumprir os seus deveres com atividade e sério empenho de útil resultado..."

Não deixavam de recorrer ao Executivo os injustiçados, e, falar verdade, os que também se metiam a sabidos, intentando escapar do cumprimento do serviço militar.

No mesmo mês de outubro de 1886, a Secretaria da Presidência não parava de diligenciar despachos. Vejamos o que foi exarado, no tocante, no dia 10!

REQUERIMENTOS: – Honorato de Paula Teixeira, preso como recruta, pedindo escusa, alegando-se casado. – Prove que vive maritalmente, dentro do prazo de 30 dias. – Francisco Luiz de Castro, soldado do corpo de polícia,

pedindo escusa, oferecendo em seu lugar o paisano Joaquim José dos Santos. – Seja inspecionado de saúde o substituto."

Na secção de ineditoriais dos jornais, como acontecia na do "Cearense", um ano antes, em 1865, não faltam matérias debicando dos oficiais da Guarda Nacional e de sua discutível ação de recrutamento pelos sertões. O *bravo* oficial que, em Uruburetama, comanda os recrutadores, "espada ao lado e galões no braço", cuja cada antes, em tempos recuados, fora cercada pela policia" para recrutá-lo por inúmeras denúncias dadas, "tem como divertimento" (...) "e perversão de muitos meninos inexperientes..." (naquele tempo, veja-se!).

Primeiro por deseducação cívica, segundo pela interferência nociva de interesses políticos locais, o recrutamento no Ceará, no ano de 1868, quando mais o Império carecia de seus filhos para a guerra que enfrentava, não se processava de adesão. Desse modo, refletindo as decepcionantes condições em que se efetivava o recrutamento na Província, o jornal "Pedro II) (...7.02.1868) registrava o embarque de tropa com destino ao sul: "No vapor *Guará* embarcaram para o sul com destino ao Paraguaio 90 praças: *sendo 2 voluntários* (grifamos) para o Exército, 19 guardas designados, 35 recrutas e 34 libertos."

Os escravos alforriados, a troco de serviço que prestariam, praticamente igualavam o número de recrutados por métodos pouco ortodoxos, na constituição de contingentes armados.

Jornais da Corte, como o "Diário do Rio de Janeiro" daquele ano, a 19 de janeiro, tratavam de forma categórica o problema: "De que precisamos? De reforços militares. De que meios pode o Governo lançar mão? De dois – o alistamento de voluntários, ou o *recrutamento forçado* (grifamos)."

Nada de estranhar ocorresse pelo Brasil afora (leia-se: cidades interioranas), e, de modo particular, no Ceará,

um recrutamento mais "forçado" do que é crível imaginar ... Recrutadores excediam-se, e, em muitas ocasiões, exageravam ''diferenças'' partidárias.

Leitor do "Jornal do Ceará", em carta enviada à redação, em 3 de fevereiro do ano em causa, conta: ... mas o recrutador nomeado para aqui, nada tem feito até agora: e o que tem conseguido com suas diligências é afugentar o povo para os matos, de maneira que a coisa mais difícil hoje é pegar um guarda."

Em Pacatuba, a poucos quilômetros (28) da Capital, arbitrariedades eram cometidas pelo subdelegado do lugar, Afrânio d'Alencar Benevides (inimigo fidalgal de Juvenal Galeno), que, a se deduzir da reclamação de João da Costa Silva ("Pedro II", 3.06.1868), subia a Serra da Aratanha, indo aos sítios, como o do queixoso, e à própria casa deste, recrutar com aparato bélico, sem atentar para o fato de que abusava.

O jornal "A Constituição" não cessava de protestar desses atos arbitrários. Sob o titulo "Recrutamento e Designação", em 29.08.1865, registrou: "De diversos pontos da província nos comunicam que a vexação, do recrutamento e da captura dos guardas nacionais designados, tem quase despovoado os termos." No mesmo local: "Sabemos que é urgente a necessidade de mandar para o sul o contingente de guerra, com que o Ceará deve contribuir, e nos persuadimos que se melhor educação se desse ao povo, este não se prestaria a tão repugnante espetáculo, como é o de entes racionais trocarem suas habitações pelas das feras, entre as que vão abrigar-se, fugindo dos homens."

Mas o principal da nota é a informação: "De alguns termos sobretudo temos notícias de que a vexação tem subido a ponto de produzir desespero: de Maria Pereira sabemos que o delegado e subdelegado insuflados pelo Dr. Juiz de Direito da Comarca dão-se as mãos para perseguir seus adversários políticos, levando ao seio das famílias, a pretexto de recrutamento, o terror e o extermínio."

Nos próprios atos oficiais, como em despachos administrativos da Presidência da Província, não raros oficios deste tipo: "Ao Inspetor da Tesouraria da Fazenda. Nº 60- Haja V S. de expedir ordem à respectiva coletoria, para que pague a força da Guarda Nacional destacada na cidade de Baturité, afim de coadjuvar o serviço de recrutamento e *a pensão dos designados*." (grifamos).

Não demoraram os problemas a receber atenção do Imperador. Este, na Fala do Trono, em 3.05.1871, discorre sobre o assunto: "A lei da guarda nacional e do recrutamento militar careciam também de ser reformuladas. Que o serviço que a primeira exigia dos cidadãos não devia privá-los do tempo necessário ao seu trabalho industrial, nem ser convertida em arma de perseguição política. O recrutamento pelo sistema em vigor excluía do Exército os cidadãos mais idôneos para o nobre serviço das armas, ao passo que se prestava a ilegalidade e vexames, contra os quais nem sempre era eficaz a vontade e a ação repressiva do governo."

O alistamento, para a formação de contingentes militares, não se processava sem problemas sérios. Produzia-se a reprovável espírito de política partidária, que aproveitava a oportunidade para efetivar torpes perseguições a adversários.

O governo defrontava desse modo os vários estados de tensão emocional que, a um só tempo, verificavam-se em diversos pontos do território da Província. Não raro obrigava-se a enviar ao interior, pelos sertões, militares de sua confiança para o deslinde de situações que iam mais agudas, como transparece dos comunicados oficiais publicados na secção de despachos do Governo Provincial, qual este divulgado pelo "Jornal do Ceará", a lº de março de 1868: "... tenho a dizer que cheguei a esta vila (São Francisco) na manhã do dia 25 deste mês, e assumi no mesmo dia o comando do destacamento aqui estacionado. Antes de tudo, tratei de ouvir a várias pessoas fidedignas, *estranhas* as *lutas políticas* (grifamos), e sobre o acontecimento do dia 19

relativamente à *tomada de recrutas da cadeia* (O grifo é nossos), os quais se achavam à disposição de V Exa., recrutados devidamente pelos Alferes José Martiniano Peixoto de Alencar; recrutador deste Termo. Fui informado de que, nas condições da lei, à vista do que o alferes da guarda nacional Olindo Tristão de Salles pediu autorização ao alferes para recrutar, o que lhe foi concedido, prendendo estes seis indivíduos, e pelo Alferes Antônio Simão dois, tudo de acordo com o recrutador; a quem foram entregues os recrutados." Nesse caso, logo apareceram os padrinhos dos alistados (narra o enviado militar do Governo), o Major João Ferreira Gomes de Miranda e o Capital Eufrásio Alves Carneiro, a exigir "manu militari" a libertação dos recrutados. O movimento se generalizou e, logo adiante, já se viam mais de duzentas pessoas do lugar, arrebanhados pelos ditos oficiais. Não obstante a resistência que os recrutadores ofereceram, os inconformados invadiram a cadeia e libertaram todos os presos, mesmo os que se encontravam algemados, como ocorreu ao guarda preso José Sapateiro.

Foi período muito duro para os alistadores militares do Ceará, o ano de 1868. Em Crato deram-se, por igual, muitos motivos para desordens.

Na edição do dia 4 de março daquele ano, o mencionado jornal acolhia a noticia: "Que, tendo o Major Abdoral prendido para recrutas alguns guardas nacionais, o comandante-superior do Crato e os tenentes-coronéis Miguel Xavier e Maia tentaram obstar a remessa desses guardas."

Em fevereiro do mesmo ano a ser intensificado o alistamente forçado no Ceará, os problemas alcançaram um nível de gravidade incomum.

Com freqüência ouviam-se protestos, vigorosas reclamações publicadas nos jornais da capital, como a que acolheria no dia 7 de fevereiro o "Pedro II" em "a pedido" contra a prisão do filho do Capitão (da Guarda Nacional) Antônio de Melo Marinho, encarcerado, na cadeia pública de Ipu, pelo delegado Francisco Silvino Torres e Vasconcelos, "por antonomásia Mata-nenê."

Estava contado na nota: "A comarca de Ipu, como as de Imperatriz e Inhamuns está, há muito tempo, entregue à sanha de autoridades violentas e prevaricadoras, que ao passo que oprimem os adversários políticos com prisões, cometem excessos e desvario, que não podem ser tolerados por um governo moralizado."

Em ato contínuo vão transcritos todos os momentos daquele excesso cometido contra a pessoa do menor João de Meio Marinho, recolhido à cadeia pública do lugar; e vexada nesta de todas as formas.

E o mais longo caso relatado de arbitrariedades cometidas pelo exercício de recrutamento no Ceará, de que temos noticia.

Com a intempestiva prisão do menor João de Meio Marinho, filho do Capitão Antônio de Melo Marinho, comandante da 1ª Cia. do Batalhão nº 26 da Guarda Nacional, sediada em Ipu, deflagrou-se longo e caprichoso processo de denúncia do pai do recrutado, posicionado contra o recrutamento "manu militari", e decorrendo daí uma série de requerimentos e certificados emitidos.

Na sucessão dos documentos acode o Capitão, a 11 de fevereiro de 1868, dirigindo-se ao Comandante Superior da Guarda Nacional, a explicar que o "filho menor José de Melo Marinho" estava ainda sob o poder paterno, "pelo fundamento de se achar designado por V Sa., em virtude de decreto Imperial, para o serviço." Faz juntada do dito documento e prossegue: como de fato o "filho se acha qualificado guarda nacional, vem o suplicante requerer a V Sa. que se digne mandar pô-lo em liberdade, por quanto tal designação foi feita contra a expressa disposição do Art. do Decreto nº 3.809, de 17 de março de 1867, isto é, sem ser ouvido sobre ela o comandante do corpo, por cujo fato o suplicante protesta e usa do recurso que aí lhe é facultado, caso V Sa. não julgue de direito o deferimento da presente petição."

No mesmo documento, ora relatado, é pedido que o menor não continue "na imunda prisão", em vista do pai,

no caso o próprio postulante, ter direito a honras militares. Em decorrência seja transferido para "prisão decente, se por acaso" o Comandante Superior; "por excesso de rigor; ou prevenção, não conceder o suplicante apresentar seu filho ao Exmo. sr. Presidente da Província, para o que se responsabiliza desde já."

As 10h do dia 12, irritado com as reclamações do Capitão, o delegado (segundo denúncia escrita) "mandou abrir a grade" para castigar o preso, ameaça que fez com que a mãe do jovem fosse a cadeia "às carreiras", onde, com efeito, achou o delegado abrindo-a "com grande aparato de tropa e rompendo com palavras injuriosas contra o detido."

Não se pode considerar corressem os fatos, ora relatados, isentos de exagero. Mas vale informar que a denúncia acrescentava: além de proferir "muitos vilipêndios", o delegado mandou "retirar imediatamente a rede em que dormia o menino, e privando-o que qualquer outro (prisioneiro) lhe fizesse o favor de dar a rede."

O quadro tem tons dramáticos, assim posto. O "menino" segue então sob as ordens severas do delegado, "dormindo no chão dentro da prisão, que, segundo "informa", chove.

Essas denúncias são dirigidas ao Ten. Cel. Vicente Gomes Ferreira Torres, já a esta altura sob velada ameaça: "Espero pois que V Sa., a quem peço toda a atenção para um fato semelhante, se dignará evitar alguma desordem que possa resultar pela reprodução" do referido "insulto, mandado, como foi por mim requerido, entregar-me o menino com a guia respectiva ou ofício de remessa, a fim de ser por mim apresentado ao Exmo. Presidente da Província, por cuja entrega na Capital me responsabilizo, quer como oficial da Guarda...", etc., etc.

Todos esses acontecimentos estão publicados na edição do jornal "Pedro II", do dia 7 de fevereiro de 1868.

Na década de 1860-69, mais precisamente a 11 de fevereiro de 1865, pelo jornal "Constituição", Álvaro Leal de Miranda incumbia-se de tirar patentes da oficialidade da Guarda Nacional, "providenciando patentes de refor-

mas e passagens "de postos de Comandante Superior (pagando 380$000 de emolumentos); de Ten. Cel. (...317$000), Major (270$000) e de Capitão Quartel Mestre (90$).

O mesmo despachante cuidava de transferência do "serviço ativo para o de reserva", e de "um batalhão para outro", com os emolumentos provinciais reduzidos em 50%.

Corriam prazos: de seis meses para tirar patente de nomeação geral"; em nomeações, de regime provincial, três.

Os comandantes superiores prestavam juramento "perante o Presidente da Província; os oficiais de patente imediata, subalternos, perante aquele."

Os honorários cobravam-se à base de 5$ 000 por serviço prestado. E o escritório de despacho de patentes, providências de reformas e transferências, localizava-se na Praça do Ferreira, n^0 104.

As nomeações de Capital, Tenente e Alferes, em grau provincial, custavam respectivamente ao interessado 240, 190 e 140 mil réis, respectivamente.

"A última vez que a Guarda Nacional formou em público –"anotou Eusébio de Sousa – foi na parada comemorativa da festejada data de setembro, do ano de 1911."

O Inspirado Decifrador de Ruas

Ele ainda está lá, é o Diretor. Em cima, emblemático, o nome Clã. Mais embaixo: Revista de Cultura.

Ao lado, à esquerda, o nome do secretário da revista: Aluízio Medeiros. Os outros, que eram e ainda somos alguns de seus companheiros de jornada, remanescentes, estão acrescentados em seguida à qualificação redatores.

E éramos Artur Eduardo Benevides, Antônio Girão Barroso, Braga Montenegro, Stênio Lopes, Joaquim Alves, Eduardo Campos, João Clímaco Bezerra, Moreira Campos, Mozart Soriano Aderaldo e Otacílio Colares. Depois, Lúcia Fernandes, Milton Dias e Pedro Paulo Montenegro juntar-se-iam aos da primeira hora.

É como se vê ao n^{0} 6, em dezembro de 1948; e é quando o sentido de grupo assume a sua unidade, e cresce, omitida a conceituação inicial de Conselho de Redação, que se inaugura com o lançamento do número inicial da revista.

Ainda aí, por esses dias, o peso das angústias, o rescaldo que resultou da Guerra, a correr da peça de teatro eleita pelo diretor da revista para o primeiro livro de Clã, "O Demônio e a Rosa", de nossa autoria, em que se vai ouvir, sob o estralejar de metralhadoras, personagem sofrido pela perda da Rosa, recitar:

"Ouça... Ouça! Já começou o fuzilamento... Vem de longe... Primeiro foi em 1914. Depois em 1939... Nós todos seremos fuzilados para que alguém diga aos que vierem depois que a Rosa é bela, que a Rosa é a Esperança!".(1)

Esperança, a senha do grupo.

Era. Foi. Será.

E por então, por aqueles momentos de readaptação à Paz, nos versos iniciais de "Multidão", o poeta Aluízio Medeiros adverte:

"No pátio a ânsia
incontida ânsia
de encontrar a esperança
desejada tanto!"

E em outra poesia, dessa vez na "Cantata Para a Solidão Diante do Mar", lembra o poeta Artur Eduardo Benevides:

"Memórias entardecidas
frios caminhos de pranto
pensamentos de esperança
repouso nos amanhãs."

Pois bem, é esse o pensamento posto em dias melhores, longamente esperados e desejados, que anima os de Clã, e que vai encontrar em Fran Martins, a toda justiça, o seu principal incentivador.

A sua casa, na Rua Rui Barbosa, 1332, tornar-se-á o grande forno de nova Padaria Espiritual, onde o intelectual aprende a acreditar no homem e a conviver os novos tempos de paz e cidadania.

Nesse contexto de envolvimento e liderança, Fran Martins está para o grupo Clã como Antônio Sales, o inolvidável Antônio Sales, esteve para a Padaria Espiritual.

Com Ele, pelos anos quarenta, subiríamos os degraus centenários do antigo prédio da Intendência (ainda havia por lá um grande relógio a soar as horas do passado...), para fundara ABDE, Associação Brasileira de Escritores, Secção do Ceará.

E ombro a ombro, por dias à frente, haveríamos de traçar os planos do Congresso de Poesia, certame que despertaria a atenção do mundo intelectual brasileiro, a trazer depois, na esteira, um outro conclave, o Congresso Sem Poesia de Crato.

Mais empreenderíamos. A exemplo, o 1º Congresso de Escritores do Ceará, tornado realidade no dia 7 de setembro de 1946.

Na presidência, quem se não o próprio presidente da ABDE, o diretor de Clã?

Sua voz é que inaugura o Congresso, a dizer aos convencionais, em palavras claras e precisas, todo o nosso empenho – o dele e o de seus companheiros – à discussão dos problemas e dificuldades deparadas pelo escritor da província, pelos novos principalmente, por quantos desejavam perseverar na atividade literária.

Assistimos todos, diz o presidente do Congresso, a um "milagre de confraternização." E em seguida, peremptório, afirma: "Desapareceram as barreiras que separavam velhas correntes – aqui somos um todo, uma só obra, um só corpo."(2)

Em primoroso livro de acerto e idéias – "Estudos, 2ª Série" – dado à audiência da inteligência brasileira dos anos trinta, Alceu Amoroso Lima renega o homem "que só absorve", por sabê-lo esterilizado intelectualmente. "Não há prazer mais íntimo para a inteligência" – segue afirmando o grande pensador – "do que sugar, como as abelhas, o mel de flor em flor, o novo de livro em livro. E ficar nesse estado Gidiano da eterna disponibilidade."(3)

Dolorosamente os *disponíveis* não ajudam, porque não participam.

Daí acrescentar Alceu de Amoroso Lima, na mesma ordem de pensamentos, a necessidade de escolher, a seu referir "a terceira fase do espírito no caminho de sua afirmação."

A escolha, sublinha: "é portanto a nossa inserção na realidade. Por ela é que começamos a nos afirmar. Por ela é que mostramos o que há de livre em nós. O que há de vontade. Pois a liberdade o que é, senão a própria vontade em ação."(4)

Em sua grande escolha, o que vem ao caso falar, em sua opção da cidadania intelectual, em sua opção como escritor, é o homem estar diante dos outros como diante de si mesmo.

Esse olhar e ver; ver e compreender: compreender e amar sem desfigurações – é que torna o escritor imbricado no exercício da sua mais legítima cidadania.

Pois bem, nesse exato momento em que o Instituto do Ceará revive a nobre tradição de reconhecer e louvar os que em vida destacaram em nosso meio, a Casa do Barão, repito, austera e nobre, sente-se envaidecida por homenagear – *post-mortem* – a um escritor de invejável comportamento humanístico e que nunca ficou, graças a Deus, em disponibilidade, naquele desfrute de preguiçoso sentido gidiano, tão bem lembrado por Tristão de Athayde, mas, ao contrário, persistentemente alinhado em substancial trabalho ficcional, todo ele voltado para a compreensão e a avaliação da identidade do seu povo.

Povo, acuda-se a tempo, que sua maneira peculiar, característica de ver, de contemplar, não cenariza em suas casas mas nas ruas, nas portas de rua onde a lúdica e a dor amadurecida transmitam sob denominações de ressonâncias poéticas.

A rua, a constante temática do romancista – como destacaria o crítico Braga Montenegro em 1966, pelas páginas de seu irretocável "Correio Retardado"(5)

> "... a atitude romanesca de Fran, encontra os seus próprios desígnios, a sua singularidade criadora, na concepção do mito da Rua, não da história da rua, como seria fácil de pretender, porém na alegria da Rua, que resiste ao tempo, por isso mesmo que se manifesta numa significância mítica."(6)

A rua, entidade obsessivamente mítica- e agora já somos nós que falamos –, tem seu traçado urbano e humano, por exemplo, em "Estrela do Pastor" (1942) e em "A Rua e o Mundo" publicado dez anos depois, e que retoma o "leit-motiv" dessa periférica "mise-en-scéne" urbana, na qual, principalmente nos livros do autor que reverencian-

do, pranteamos, transitam mulheres e meninos, prioritariamente meninos, a "sociedade de meninos", como nos vem ensinar a austeridade crítica de Braga Montenegro, "emparedada" – explica – "no seu comportamento insólito" que compreende as "guerrilhas simuladas", e ate a inesperada "prática da sensualidade[7].

Mundo utópico, di-lo com igual equilíbrio o Sr. Braga Montenegro, e por onde, e por tantos motivos, os meninos – Ah os imprevisíveis meninos de Fran Martins!" – lutam "pela conservação de sua liberdade lúdica, o que é "conseqüente e legítimo".[8]

Os pobres da periferia urbana, entre nós, cultivam, sem o pressentir, o conceito islâmico de ocupação do solo, no que diz respeito à sua preferência pelas pequenas ruas tortuosas, de risco irregular.

Mas só sob essa perspectiva, que a tendência da cidade muçulmana é a favor do secreto, na observação de Fernando Chueca Goitia, e reconhecidamente pouco ciosa do espaço público como o desfrutamos nós, os ocidentais.[9]

Mas a rua, ainda no entender do autor que vimos mencionando, "é o rosto da cidade", e que faz a diferença, fisionomia que se organiza de fora para dentro, desde a rua, espaço coletivo até dentro de casa, espaço doméstico."[10]

Esse os limites sem limites da temática ficcional de Fran Martins, prioritariamente disponíveis em seus romances.

É a permeabilidade do espaço urbano, e portanto público, que enseja todos os seus dramas.

Por isso é grande, para não dizer enorme, o desespero, a angústia do condenado que está preso em "Mundo Perdido", sem poder (espero que me compreendam) "vir de fora para dentro , vir da rua" para a intimidade indesejável de sua cela.

E na verdade, paradoxalmente, ele, o preso, é quem todos os dias "sai", anda, anda ou voa, ou pensa que se esvai dali, a caminhar fora, a pisar o dolorido chão de suas memórias de homem enquanto livre.

Se como pretendia Proust – citado por Michel Guérin – o escritor é um tradutor, e a tanto "obrigado" a "decifrar"

caracteres figurados, não traçados por ele Fran Martins vê o "rosto da cidade" que está nas ruas, consciente ou inconscientemente a toda certeza decifra, apreendendo em "forma intelectual", criativa, a própria identidade do povo.[11]

A mítica da rua é poderosa e inafastável no processo criador desse decifrador de ruas e caracteres, e começa, a nossa ver, por ocasião da elaboração de seu primeiro romance, "Ponta de Rua", no qual, sem dúvida alguma, está a marca urbanística do bairro pobre, pobre e desamparado, e que ignora o seu batistério de nascimento e a presença disciplinante, e inicial, do ordenador da Prefeitura.

As casas, nesse espaço urbano de gestação promíscua, vão surgindo improvisadas; nada de esgoto, nada de água encanada. O líquido necessário para o processamento das refeições e asseio do corpo, vem de cacimba rasgada ao chão, obra de mutirão.

Mas o que antes foi espaço vazio, área devoluta em conceito burocrático, tornou-se em espaço onde mulheres não param de engravidar, e meninos, de nascer.

Logo, e não tarda, não só as casas mas os novos becos e vielas, tudo parece encostar-se, amparar-se uns aos outros. E nesse complicado enigma de habitações que se improvisam, não falta a caprichosa criatividade poética dos anônimos: o cacimbão está na Praça Três Corações; há um vizinho morando na Travessa Triste Suspiro; e alguém, pode ser algum carroceiro corroído pelo tempo, foi viver no Beco da Saudade...

A rua, em muitos momentos na obra de Fran Martins, como o leitor depara quase ao término de "Mundo Perdido", é desejada matriz, madre da vida. Pelo menos desse modo se promete a Antônio Reinaldo, o preso mais sofrido do mundo, a se conscientizar de que afinal soou a hora de sua libertação.

E quando ele atravessa a porta da cadeia, sabem o que – melhor dizer quem – vai ver em primeiro lugar? a rua, a rua inundada de luz, o sol "brilhando no céu", decisivo instante que na verdade marca em definitivo o limiar de sua liberdade.

Mais uma vez o romancista, aí, insere Antônio Reinaldo na rua, e quando pelo meio do quarteirão, ele vira-se para ver a cadeia, é como reavaliasse o seu novo poder "de vir de fora", não ser "de dentro".

A presença da rua é irrevogável.

E ele certamente mais do que ninguém percebe esse fascínio quando "enterra o chapéu na cabeça, e apressa o passo na calçada esburacada."

Ao virar o rosto, furtando-se à exiguidade do cenário no qual viveu por longos e longos anos, passa os dedos nos olhos rasos de lágrimas e dobra a esquina quase correndo."(12)

Ah, a esquina, convém mencionar, espécie de proa de embarcação, de onde o homem é capaz de descobrir a visão de muitas ruas, inesperada metáfora que parece revelar, por fim, o verdadeiro significado da liberdade.

Mesmo nas aventuras e desventuras do cangaceiro Dois de Ouro – na novela de igual nome, ponto alto, destacável da obra ficcional de Fran Martins –, a rua jamais deixa de representar a sua significação.

F. S. Nascimento em irrepreensível análise desenhada à impressão de leitura da novela ora referida, ressalta que o bandido, a retroagir "ao tempo da sua meninice, imergia o seu pensamento na Rua da Vala", da cidade do Crato, e por onde, soltos, prosperavam os meninos machos que já "abalavam a cidade nas brigas com as outras ruas e faziam o padre Climério bradar do púlpito, pedindo freio para eles."(13)

Depois de "Estrela do Pastor", onde a via pública alcança lugar bem definido – e sugere o próprio título da obra – é em "A Rua e o Mundo", editado pela Imprensa Universitária em 1962.

Essa via de desfrute dos personagens, no livro, como adverte o autor: "Era uma rua como todas as outras; apenas nela passei a minha infância."

Pavimentado o seu piso? Não, lastrada de areia vermelha, por onde nas invernias, vem contar-nos o romancista, "corre um riacho carregando para o rio o lixo" dos

quintais. E nela transpiram desagradáveis odores, evolam-se os cheiros de restos, de sobras, de lixo enfim, à semelhança do que ocorre naquele já distante romance de sua autoria, "Ponta de Rua", cuja ação transita no "Alto da Balança", em Fortaleza.

E como não existem ruas sem meninos, esses aí estão reunidos "em grupos, fazendo os seus ajuntamentos na areia. Meninos dos dois sexos – a palavra é do escritor – meninos de "treze a quinze anos, que comandam os moleques das adjacências, nas lutas com outras ruas, ou se escondem no quintal de uma casa abandonada."(14)

Rua em que Rafael, "deitado na espreguiçadeira, inventaria. Em cada casa uma vida, mas não um mistério. E eram tantas em vivendas desse casario simplório, uma a chamar a atenção por estar "pintada de azul com barra vermelha"...

Outra, adiante, de "calçada muita alta, três portas de frente, jacarés na parede..."

E por ali mulheres às janelas, de mãos amparando a perplexidade e o queixo, de "olhares perdidos no tempo, sem nada ver porque nada havia para ver...

E vento, sim, vento que a toda certeza é outro personagem dessa moldura em que se aplicam os moradores da rua; irreverente e buliçoso vento, a levantar poeira, um pó vermelho que acaba – esclarece o romancista – penetrando "nas roupas, nas narinas, nos cabelos, sem que ninguém atentasse para isso, porque aquele pó fazia parte da vida de cada um."(15)

E quando, ao final desse romance, o mais longo dos que escreveu, depois de flagrar o pai envolvido com a amante (Ah os dolorosos folhetins da vida!), Cleto passa a vivenciar outro drama, o de sua indecisão em se ir dali, deixando a rua.

Poderia fazê-lo?

Também não, que na realidade o filho solidário com a mãe atraiçoada pelo pai, passa a almejar "um mundo onde não houvesse misérias, onde os homens fossem honestos,

onde os pais respeitassem os filhos, onde as mulheres purificassem o amor. Abandonaria a rua, procuraria o mundo. A rua existia – mas o mundo, onde encontrar? "[16]

Sim, onde ver, onde deparar esse mundo?

No exercício de sua atividade ficcional Fran Martins, de modo transparente e corajoso, sempre fez a sua escolha: a de estar ao lado dos mais sofridos, da gente que preferia as desventuras do quotidiano periférico aos acenos venturosos da grande cidade, ainda que em equivocada metáfora de felicidade.

Assim, ao longo de sua exemplar existência de homem público, como mestre de Direito e Escritor, Fran Martins desincumbiu-se em contar e recontar com lealdade os dramas dos obscuros, da gente anônima, que, em qualquer tempo, jamais deixará de marcar a vida das ruas de qualquer cidade.

E assim, depois de colher tantas vitórias, bem que poderia ter repetido a Giovanni Boccacio, que escreveu em seu "Canto a Francisco Petrarca":

"Eu sou mais feliz com alguns dos meus livrinhos do que os reis com suas grandes coroas."

E parafrasear também os sentimentos expressos por Antero de Quental, em chispa de humildade e luz, em soneto clássico da língua portuguesa: "Na Mão de Deus":

"Na mão direita, na sua mão direita,
Descansou afinal meu coração."

Bibliografia Consultada

(1) Eduardo Campos, "Demônio e a Rosa", In Rev. Clã, nº 1, p. 17, Fortaleza, 1948.
(2) AFIRMAÇÃO, "Anais do Congresso de Escritores do Ceará", Edição Clã, Fortaleza, p. 20.
(3) Alceu Amoroso Lima, "Estudos 2ª Série", Rio, 1934.
(4) Idem, o.c., p. 268.
(5) Braga Montenegro, "Correio Retardado", Imprensa Univ., Fortaleza, 1966.
(6) Idem, o. c., p. *253.*
(7) Idem, ibidem.
(8) Idem, o. c., p. 254.
(9) Fernando Chueca Goitia, "Breve Hist. do Urbanismo", Edit. Presença, Lisboa, s. d., p. 70.
(10) Idem, o. c., p. 71.
(11) Michel Guérin, "O que é a obra?", Edit. Paz e Terra, Rio, 1995, p. 61.
(12) Fran Martins, "Mundo Perdido", Col. Alagadiço Novo, 2ª edição, UFC, 1985, pp 185-186.
(13) F. S. Nascimento In "Revista Clã", junho de 1966, p. 123.
(14) Fran Martins, "A Rua e o Mundo", imp. Univ., Fortaleza, 1963, pp. 371-31.
(15) O. c., p. 403.
(16) Idem, ibidem.

O CEARÁ
DE SECOS
E MOLHADOS

Há frase de adoção sertaneja, no Ceará, que define o trato de negócio e de esperança: “o fim das águas”. Raro dizer-se: “o começo das águas”. É que expirado o inverno, a se espaçarem as últimas chuvas, o sertanejo faz a avaliação contábil do que terá de cumprir: pagar dívida e visitas. Acerta as contas da “meação” do algodão, considera o que foi vendido no curso das precipitações, e trata de apurar a boa ou razoável safra que mereceu. Guarda sementes, principalmente as de milho e feijão. Nem por sonho aceita poder ser sem inverno (estação das águas) o ano por entrar. Preliba sempre um generoso período de chuvas, iniciado a mais tardar em meados de janeiro.

As sementes são fundamentais para situar novos roçados, certeza de em breve ter feijão, o superior providencial de sua dieta familiar, e milho, responsável pelas alegrias da culinária, por exemplo, dos festejos juninos, e criação rudimentar de alguma meia dúzia de galinhas capazes de assegurar a canja do doente, por ser comidinha inocente, como entendem, indispensável para as recém-paridas em seus dias de observado resguardo.

Passou junho e a tanto o nordestino já vai procurando aperfeiçoar sua maneira de perscrutar a natureza, a lhe descobrir os segredos, as intimidades ainda que escondidas, e interpretar os sinais através de procedimentos – experiências que faz – pondo a funcionar a sua incipiente e supersticiosa ciência meteorológica, a olhar e ver o posicionamento das chuvas, por onde navegam, em que direção desfilam carregadas pelos ventos; em que sítios pode-se ver a presença da umidade, se no ar ou nas coisas; mudança de temperatura e, a isso, se já transcorrem enfriados antes de agosto, ou se sobrepairando os campos em frias manhãs, flutua fantasmagórica névoa seca. E mais:

se as plantas retém muito ou pouco orvalho, e se cacimbas e poços dão de secar em mais velocidade.

Toda essa pedagogia adestrada ao exercício da árdua vida, que desfruta, aproveita até mesmo os mais ásperos pronunciamentos do ecúmeno: o que os bichos, em sua linguagem ou ações rotineiras, parecem transmitir, prescientes dos dias que por diante se avizinham.

Mas até aí o homem continua aferrado no pensamento otimista de que haverá inverno, a tecer e retecer planos para os dias molhados que aguarda logo, não tão cedo que lhe chegue a prejudicar uns restos de vazantes onde ainda vicejam uns tantos pés de jerimum, enramados, com frutos que se criam na umidade salvadora.

E dá balanço nos sinais do tempo bonançoso, que sua sabedoria e a dos vizinhos, sempre amigos, adestrou. As umarizeiras, à margem dos rios, exibem o seu carrego, sinal de que não faltarão frutos maduros despencados sobre os empoçados do inverno. As formigas, como nunca, andam impacientes, e na frente do terreiro mudaram de moradia mais uma vez.

À noite a sericóia deixa o rastro do leito seco dos riachos. Canta às deshoras. O "joão-de-barro", previdente, construiu o seu ninho, bem arranjada casinha de barro com porta voltada para o poente, sinal de que, embora a chuva venha do nascente, os filhotes estarão resguardados da intempérie.

Os jumentos, tão associados à vida familiar do interiorano, andam suados em suas partes pudentes. A lua é surpreendida dentro de luminoso anel. E como nunca se viu antes, há mulheres prenhas e gatas pegando cria. Ovas de aruá, grudadas tão altas pelos paus e pedras, em lagoas e açudes, como se temessem a subida do nível das águas. Rãs cantam em lugar onde ficam os potes, ou escamoteadas em improvisadas bicas de carnaúba e flandres, ou simplesmente escondidas em folha de bananeira. Anuns, em bando alacre, pipilam na garrancheira. Baratas, saindo do mato, dão de voar para o interior das

casas. E mais de uma vez, passarinho identificado cantou dentro da noite.

Josa Magalhães anotou a respeito outros interessantes avisos: "Diz-se em que se matando um nambu cordoniz, entre setembro e novembro, e for verificado que ele se encontra cheio de ovos pequenos, o inverno costuma vir cedo, pois o nambu só desova quando o mato se mostra já crescido. Se pois nesta época já está adiantado na ovulação, é porque o inverno virá cedo. Muitas pessoas têm "referido a correlação de bons invernos com a abundância de ninhos de rolinha cabocla, pelo chão, de julho a dezembro." (...)"Teremos bom inverno para o ano?" – indagou a um sertanejo do vale do Jaguaribe, que respondeu: "Teremos, sim senhor." (...) "As rolinhas estão fazendo ninho, as rãs cantando pelo mato e se a gente quebra um pau seco, está cheio de formigas criando asa." E concluiu: "Tudo isto são boas experiências, meu patrão."

Outro informante, desta feita um vaqueiro, confiou ao estudioso de nossas tradições: "Doutor, a parição de animais fêmeas significa abundância, por isso é que eu digo que haverá inverno."

Na edificante "Carta Pastoral" sobre a seca de 1942, D. Antônio de Almeida Lustosa, Arcebispo de Fortaleza, anotou com muita precisão e estilo: "Tratando-se de adivinhar o tempo com pequena antecedência admitem-se muitos sinais de previsão. Geralmente o ocaso rubro indica o "amanhã" sem chuvas.

"É interessante recordar que Jesus Cristo aludiu a esse indício de bom tempo ao que parece. E verdade que ele refere o que diz o povo, mas parece apoiar a opinião popular. Eis o trecho de São Matheus, que trata do assunto (cap. 16; 1, 2, 3, 4):

> "Então vieram ter com ela os fariseus e saduceus a tentá-lo e rogaram-lhe que lhes mostrasse algum sinal do céu. Mas ele respondendo, disse: ao cair da tarde dizeis: Bom

> tempo fará, porque o céu está cor-de-rosa. E pela manhã: Hoje haverá tempestade porque o céu brilha tristemente. Sabeis portanto distinguir o aspecto do céu: e não podeis distinguir os sinais dos tempos?"

E no mesmo trecho, incisivo: "O que porém interessa ao nosso povo é conhecer se há inverno com notável antecedência. Grande esperança anima o cearense quando em sobressalto com a tardança do inverno ouve que "no Piauí caem chuvas."

E quando, afinal, chegam os molhados, dá-se o aguardado tempo de alegrias, sujeito a caprichoso e interessante vocabulário que define como se manifesta a natureza, principalmente, falam ou representam as chuvas. Há terminologia especial para explicar as chuvas. Miúda, se dura pouco. Pesada, quando se abate estrondeante sobre as casas, açoitada pelo vento: chuvisco, se mal cai para molhar a terra; criadeira, quando demora, embora leve; em corda d'água, se engrossa e afina alternadamente; molha-besta, se encharca os que se metem nela, imaginando-a chuvisco desimportante; meladora, a que enlameia; nevoenta, de muita umidade no ar; casamento de raposa, se de permeio abre o sol; neblina ou nebrina, se é pouca; mofina, de quase nenhuma consistência; de rama, de caju, da manga, precipitações circunstanciais ocorrentes de setembro a outubro, inclusive; de pancada ou de pedra, se transcorre impetuosa; de matar sapo afogado, quando parece não cessar mais; toró, chuva de encher açude e fazer correr rio.

Herdamos aos nossos avós portugueses uns tantos ditados que persistem na memória do povo, como este muito repetido: "Em abril, chuvas mil..." E mais maneiras de dizer, frases coloquiais, alusões, simples referência quais as que se seguem, próximas do nosso vocabulário diário e tomadas agora, por ilustração, ao livro de Augusto César Pires de Lima, "Estudos Etnográficos, Filológicos e Históricos: águas-novas ao invés de primeiras chuvas; aliviar,

no lugar de melhorar o tempo; carga d'água, por aguaceiro; esgarçar; por chuva que se esvai, e tantas outras.

Para apressar a vinda do inverno, quando as primeiras chuvas demoram, desenvolve-se uma série de irreverentes procedimentos supersticiosos, a começar por ser atada a uma corda um Santo Antônio (até mesmo da Igreja) e desse modo a imagem, de cabeça para baixo, descida do fundo de um poço. Por esse medonho castigo, esperam o santo fazer chover quanto antes. Igualmente por esses dias de incerteza, revivendo ancestral tradição portuguesa a imagem da padroeira do lugar, para propiciar o início da estação chuvosa, permanecia de "castigo" na residência da pessoa mais importante da comunidade.

Em cortejos processionais a queda de qualquer adereço de imagem transportada é mau augúrio. Em "Cassacos", romance de Cordeiro de Andrade, cujo cenário é a cidade de Sobral, vai narrado o tombo da coroa do Menino Deus, deslocada acidentalmente por um galho de árvore, não tendo valido os gritos dos que acompanhavam a procissão: "Com jeito" Abaixem o andor! Cuidado!"

O romancista põe todos os temores sertanejos na boca de D. Benvinda: "Coroa de Menino Deus cair, seca na certa. Tiro e queda."

Mas se chove, fica tudo bem, no melhor dos mundos possíveis como diria Candide (Voltaire). Porém se o inverno passa das medidas, a ponto de se transformar pelo exagero aqüífero em "seca verde", ou "seca d'água", na paradoxal conceituação do interiorano, necessário então praticar tudo para que cessem as chuvas, hora certa de se pôr no quintal da casa, dentro de bacia, um terço. Aplaca o chuveiro.

Ritual para tudo: para não chover muito, para parar de chover e para que o inverno chegue a tempo de molhar as plantas dos roçados já preparados pelo tisnado das coivaras depois da broca.

Getúlio César (in "Crendices do Nordeste") reproduz rogação religiosa proferida pelo homem do campo ao redor

dos aceiros dos roçados, para que não tardem as chuvas já prometidas por mil sinais lidos ao tempo:

> "Deus de bondade, proteja nossos filhos; não os deixeis desamparados; dai-nos conforto; dai-nos fortuna, dai-nos pão, dai-nos chuvas, que sem chuvas não alcançaremos o sustento. Todos os anjos e santos pedem chuva a Deus. Mãe de Deus, por vossas dores, não deixeis vossos filhos desamparados. Pai de felicidade, Pai de riqueza, e Pai dos homens, quem reza com fé vê o que Amém."

Há quem plante no seco, principalmente arroz. E plantar no seco significa enterrar a semente logo aos primeiros dias de janeiro, quando ainda os torreões, anunciadores de chuvas, se encastelam pelos céus. Mas a maioria aguarda que caia pelo menos a primeira chuva mais alongada, das que molham a terra alvoroçando as tanajuras.

A alegria é de todos por esses momentos. A natureza seguramente participa também das emoções. E que, quase a repente, pois não demora mais que uma semana, o verde então desvivido torna-se outra vez virente, enquanto vão surdir do chão milhares de plantinhas sem nome, que se agrupam ou se misturam em compactas manchas de verdes ressurrectos.

Soou então a hora do homem cultivar o chão, fazer a planta, atento a ensinamentos agrícolas de sua botânica popular. Assim, como esclarece Getúlio César, evita semear o feijão às segundas-feiras, que, o grão plantado nesse dia só dá folha; tanto o jerimum como a melancia nascem bem se semeados pelas horas da tarde. Quanto ao primeiro, o agricultor, ao ver as ramas do jerimunzeiro alastrarem-se, terá de repetir várias vezes: "Vai botar jerimum como pedra..." etc., etc.

Leonardo Mota, em "Violeiros do Norte", narra a refeição que fez no Hotel Clementino, de Iguatu-CE, acom-

panhado do major Raimundo Afonso, tendo este, a certa altura, vendo-o preferir macarrão e ervilhas, sentenciado: "Dr., o sr. fique ciente que o que dá valor ao homem é carne, feijão e farinha..." E depois, a ouvir Leonardo Mota confirmar a preferência por macarrão, não se conteve: "– Como lá isso! De comida estrangeira eu só como mesmo é doce de *latra*."

As comidas quer dos dias secos, quer dos dias molhados, dividem-se em inocentes (que não ofendem a saúde) e reimosas, i. é, com reima. Assim, os tais "humores melancólicos" revivem ainda por agora no dia-a-dia da dieta do sertanejo, a significar antigo conceito de reima, algo nocivo que existe nos alimentos, provocando nas pessoas inesperados distúrbios. A "reima" dá, principalmente, em quem se encontrando enfermo, come ata, murici, chupa manga. Capote e pato encabeçam a lista das aves mais doentias. De um modo geral, quase todas a carne de caça tem reima", atribuída ao fato de ter morrido o animal de morte matada, circunstância que torna o seu sangue "preto" e agitado. Outras carnes estão interditadas ao homem: carne de porco, preá, peba ou tabu. Quem convalesce tem de tomar sopa ou canja.

Para dar sustância: tutano, cabeça de peixe, mocotó, carne de rês descansada.

Na própria designação dos cães corre a idéia de vigor e mesmo coragem, tentando atenuar visível desnutrição chamam-nos de Leão, Tigre, Rompe-nuvem, Rompe-ferro, Tira-teima, Baleia, Sultão, Barão. E na realidade o que se vê é mísero cachorro tentando sobreviver de sobras, lembrando episódio colhido por Gustavo Barroso para "Terra de Sol". É o caso de sertanejo a explicar a vida dura que enfrenta:

> "Graças a Deus, há dias em que eu passo bem. A minha cachorrinha vai à mata, pega um preá e vem comê-lo no terreiro. Eu tomo o bichinho, cozinho-o e como-o.
> "E a cachorrinha?"

> "A cachorrinha rói os ossos ou vai atrás de outra coisa..."

Nos tempos molhados, de fartura, quando abundam e se generalizam os verdes, deve ser certa a apreciação de Paulo Frederico Maciel quanto ao teor de calorias da alimentação do sertanejo. Registra ele: "Essa área sociológica perfaz 670.000 km^2 e tem sua alimentação na base do milho. Entretanto não é pobre, fisiologicamente falando, como certas zonas de Romênia, Sul dos Estados Unidos e da Itália, em virtude da presença na alimentação, às vezes, da carne de cabrito e do leite, infelizmente, tomado menos em espécie que em pratos típicos. Comem-se bastante coalhadas e as imbuzadas. A fome, aí, é apenas epidêmica, como diz Josué de Castro, acontece com a seca: normalmente a alimentação chega a produzir, conforme Orlando Parahim, 2.285 calorias."

Mas quando se instala a seca, anunciada por sinais que o sertanejo não confunde – não chuviscar ao menos no dia de Santa Luzia; gata não pegar cria; fumaça subir, em pé, das chamadas chaminés de cozinhas; ausência de ofídios nas picadas abertas no mato; vento desembestado pelo final do ano; ausência de abelhas nos campos etc., etc. – o homem tem de se valer necessariamente dos poucos recursos de que dispõe em seu meio ambiente. Porém seu instinto de conservação desenvolve e aprimora a inteligência para o aproveitamento de tudo que, ao redor da paisagem, que definha, possa acudi-lo como nutriente. E aí que prevalece então a dieta exótica, selvagem, de raízes e frutos poucos apetecentes, e só ingeridos em circunstâncias dramáticas.

Escrevi antes, em livro de minha autoria ("A Viuvez do Verde"): "Mais desnutridos, sugados, caquéticos, são essas criaturas (flagelados) que resistem até abandonar suas paragens, a se valerem quanto podem de raízes silvestres – o que lhes sobrou do ecossistema consumido. Ora o juá, pequeno e adocicado fruto do juazeiro, ora feijão bravo, ou amêndoa da mutambeira, depois que se tornaram raros os

cocos dos catolés e a ameixeira do mato é escassa. Alguns, a desespero se contentam com raiz de macunã nem sempre preparada sob cuidados, que é árduo encontrar água para lavá-la nove vezes, como inspira a tradição."

A dieta selvagem, anotei ainda naquela obra, prevalece com raízes de maniçoba e de umbuzeiro; aproveita restos de quandu, macambira, xiquexique ou frutos do mata-fome. Manjerioba, uman, acodem – tudo sob manipulação afanosa, sem ao menos satisfazer parcialmente o organismo. Acrescente-se a essa lista as raízes do gordião, o pau-mocó, cuja fumaça, afirmam, cega; e croatá.

Luís da Câmara Cascudo em seu "História da Alimentação no Brasil" transcreve os versos do cearense Matias Carneiro, de Limoeiro, dando o "grau" dessa comida de circunstância:

"Da macambira a farinha
Do croatá o beiju
Da massa de coco o pão
Da mucunã o angu:
A melhor de todas quatro
É croatá comido cru."

Por oportuno, valha-me mais uma vez a necessária participação de Paulo Frederico Maciel, que explica: "Os aspectos da seca se multiplicam em biológicos, sociológicos, morais, embora possamos constatar para cada ângulo a influência do outro. Assim, o drama essencial é o da fome, que se traduz biologicamente nas carências e moléstias e, sociologicamente, nas migrações. O regime alimentar é feito das chamadas raízes brabas, farinha de macambira, palma etc., chegando o número de calorias a se reduzir a 740. As avitaminosas se caracterizam, surgindo até a "hemeralopia". As crianças param de crescer. Todos cheiram mal. O psiquismo amortece ao mesmo tempo que excita bruscamente o instinto da caça. E quando tudo isso se torna evidente, o homem migra à procura de melhora.

E quando, cabe-me dizer agora, acode o cantador; repórter e historiador, a dizer desses maus tempos, a registrar os terríveis momentos de provação porque passa o sertanejo. E como se dá na poesia popular de Nicandro e Nogueira, em desafio lido a livro de Rodrigues de Carvalho "Cancioneiro do Norte". Canta Nicandro:

"Oh meu Deus grande é o pecado
Deste povo que é teu.
Morto a fome como eu,
Sujo, nu e esfarrapado,
Em casa nem um roçado,
Não se vê nem se acha pão,
Nem mesmo o duro pão,
Raiz de pau ou semente...
Morre e se acaba gente...
"Foge o povo do sertão."

A que responde o cantador Nogueira:

"Com razão, pai, te aflagelas,
Não teres trajes decentes,
Que cubram a carne inocente
De tuas filhas donzelas...
Se escondendo entre as mais, vão,
As lágrimas dos olhos descendo,
A quem encontram dizendo:
"Foge o povo do sertão."

Nessa retirada estratégica, para não sucumbir; o sertanejo se ajusta a julgamento de sua própria miséria, sob expressiva e contundente paremiologia que lhe ressalta, de um lado, a pobreza, e, do outro, sua maneira de encarar a adversidade:

– Desgraça pouca é bobage;
– Sofrendo, que só fundo de pilão;
– Vivendo como carne de pescoço;

– Pobre aumenta o feijão, botando água para fazer caldo;
– Onde como um, comem três;
– Porteira abaixo, terra acabada;
– Atrás do pobre corre um bicho;
– A dor ensina a gemer;
– Saco vazio não se põe em pé;
– Cobra que não anda não engole caçote...

E mais frases, maneiras de dizer que revelam o drama dos que migram: "raspar a panela; obrar fino; viver na "gata miar"; vida de cachorro; estar peba, o mesmo que se encontrar sem dinheiro; andar com a casa nas costas, i. é., carregando a rede, tudo que possui. E outras mais de valimento universal, qual "fazer das tripas coração", da mesma forma que o dizem os mexicanos: "hacer de tripas corazon".

No entanto, a deserção de homem que sofre os implacáveis afeitos das grandes estiagens, não ocorre de imediato; há como um visgo que o prende à terra, submisso à paisagem mesmo desolada e dependente dos seus, no ponto que lhe resta, que a vida lhe deu de sobejo, primeiro vai tentar alistar-se em frente de serviço, implorar à caridade pública, valer-se da compreensão – nem sempre satisfatória – de velhos conhecidos ou amigos, e depois da dos estranhos, que nesse jogo para adiar a partida tudo vale.

A família aos poucos vai entendendo que já não pode viver unida. O homem se desgarra para enfrentar a dureza do trabalho na parede de barro vermelho, que lembra o almagre, de açude que agora represa apenas a luz do sol. E a mulher chulenta, andrajosa, carrega pela mão o filho enfermo, à procura de adjutório, como descreve Cordeiro de Andrade, em linguagem chicoteante:

"– Seu doutô, tenha pena deste inocente, que ele anda ruim de mais, quasi leso, pela luz de seus olhos.

A barriga da criança era uma inchação dolorosa quase a espoucar, como uma bexiga de boi, cheia de vento. A pele elastecida, gordurosa, de um verde embaçado de patacões arroxeados, inspirava náusea. Era ver-se um caso

de peritonite apodrecendo por dentro a gente viva. Soava como um bombo imprestável.

A mulher explicou, aflita, reparando no interesse com que o farmacêutico examinava o doente:

– Comeu raiz braba, doutô. Uns caldos de massa de capemba. Maniçoba, também, e entonce? A gente perdida nestes ocos do mundo de meu Deus, sem alimento direito, bebendo lamazinha por ali assim, quando a sede aperta, não pode escapulir destas doenças feias, não. Lá o quê!

Depois de muito agradecer ao farmacêutico, com uma ladainha de adjetivos, dando de marcha:

– Vamos, Manezin. Crie coragem, menino, a mezinha do doutô, abaixo de Nossa Senhora, espanta a doença. Ande meu caboquinho, que a gente ainda tem que marchar muito, na cidade. Já parece até um ano, este cristão! Avia, Manezin, avia!"

É ainda Cordeiro de Andrade, em seu romance "Cassacos" quem retrata o sofrimento do povo na explicação do retirante Zé Pedrosa:

"– Nos três oito, faltou até raiz braba pros cristãos. A gente comia couro assado, de malas velhas que se achavam nos caminhos. O céu, pretinho assim de urubu, fazendo nuvem como se tivesse botado luto em tenção dos retirantes que morriam de malvada... Uma tempão que era uma catinga só de carniça. O sol açoitava de riba, desesperado, queimando tudo, como se Nosso Senhor tivesse ficado mal com a gente. Peste de todo modo, chega fazia medo. Bexiga, lebre amarela, doença do ar, mal de derribar doente, izipra, o diabo. Um despropósito de nomes. E quanto mais se pregava nas portas, os papelinhos feitos em letras de livros, que os frades da santa missão davam a gente, aí era que a peste entrava, desadorada, de casa a dentro. Nem o "oh! Maria Concebida sem pecada" podia com a desesperada da malina. Não gosto de me alembrar desse tempo."

Esse pária haveria de se lembrar não apenas do tempo padrasto, o dos dias felizes já distantes e que voltam quando a fome permite a trégua...

O cantador Pedro Amorim, como está na "Antologia Ilustrada dos Cantadores", organizada por Francisco Linhares e Otacílio Bandeira, vai ao fundo do coração, registrando esta emoção:

"Recordo, perfeitamente,
Quando e minha idade nova,
O meu pai abria a cova,
E eu plantava a semente,
Eu atrás, ele na frente,
Por ter força e mais idade...
Olhando a fertilidade
Da vastidão da campina,
Aquela chuvinha fina
Me faz chorar de saudade"

Antônio Pereira, filho de S. José do Egito, é autor de expressiva sextilha, como a recolheram Linhares e Bandeira, definindo o sentimento que faz o nordestino mesmo que se vá para longe, cada vez mais perto de sua terra:

"Saudade é um parafuso,
Que, na rosca, quando cai,
Só entra se for torcendo,
Porque, batendo, não vai;
E, se enferrujar por dentro,
Pode quebrar, mas não sai...

Mas, apesar de todos os óbices, de sua existência contundida, posta à prova, em moldura de sucessivos reveses, aos quais o homem, por mais absurdo que pareça ajusta-se humilde sem o atrevimento dos insubmissos, prevalece a idéia de voltar a rever a terra malsinha, e começar tudo de novo, ao chover, e a natureza ressurgir às alegrias contagiantes dos verdes bem molhados.

Em cada um está sempre florescente a mesma indescartável idéia de reintegração à natureza, como nos versos do repentista Zé de Matos:

"Quando chover no sertão,
Já chove no Cariri:
Havendo muito feijão,
Na serra, muito piqui.
Quando a cana apenduá,
Quando o arroz fulorá,
Quando o milho der espigas,
Eu volto pra esta fartura
Para mexer rapadura
E mexer com as raparigas."

Bibliografia Consultada

ANDRADE, Cordeiro de. "Cassacos", Andersen Editores, Rio de Janeiro, 1943.

BARROSO, Gustavo. "Terra de Sol", Imprensa Universitária do Ceará, Fortaleza, 1962.

CAMPOS, Eduardo. "A Viuvez do Verde", Imprensa Oficial do Estado, Fortaleza, 1983.

CASCUDO, Luís da Câmara. "História da Alimentação", II Volume, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1968.

CÉSAR, Getúlio. "Crendices do Nordeste", Irmãos Pongetti, Rio de Janeiro, 1941.

HOMERO. "Ilíada", Editora Tecnoprint Ltda., Rio, s.d.

LIMA, Augusto César Pires. "Estudos Etnográficos, Filológicos, Históricos", Lisboa.

LINHARES, Francisco, BANDEIRA, Otacílio. "Antologia Ilustrada dos Cantadores".

LUSTOSA, D. Antônio de Almeida. "Carta Pastoral", Fortaleza, 1934.

MAIOR, Mário Souto. "Folclore e Alimentação", Instituto Nacional do Folclore, Rio, 1988.

MAGALHÃES, Josa. "Previsões Folclóricas das Secas e dos Invernos no Nordeste Brasileiro", Imp. Univ., do Ceará, Fortaleza, 1963.

MOTA, Leonardo. "Violeiros dos Norte", Imprensa Universitária do Ceará, Fortaleza.

SOUTHEY Robert. "História do Brasil", v. 5, 3. edição, Editora Obelisco Ltda., S. Paulo, 1965.

Medicina Popular, Escatológica e Extravagante

O homem simples do povo, principalmente o interiorano que acredita no poder purificador do fogo, na intervenção dos excretos, ou nos dons mágicos da saliva, consciente da contribuição dos ensalmos ou da ingestão de chás obtidos de substâncias as mais diversas (vegetais, animais e minerais), para recuperar a saúde abalada, sob apreciação superficial lembra o indivíduo primitivo que, para se resguardar das enfermidades nem ao menos identificadas – apela para os amplos recursos disponíveis na natureza, e, ao falharem esses, se empenha em sensibilizar os poderes amedrontantes de seu mundo, havidos por sobrenaturais e interditos a seu entendimento.

Todos esses procedimentos primários, contra os elementos hostis a seu bem-estar, ao longo dos anos legaram vestígios de práticas de irrefragável luta pela saúde, repontáveis em ações supersticiosas ou coincidentemente medicinais, vigentes ainda pelos nossos dias.

Nem se diga a possível desmerecimento do esforço dos primeiros habitantes da terra, ou a prejuízo de suas iniciativas de magia-médica, que a terapia primitiva não nos consagrou às vezes acertados ensinamentos. Para surpresa nossa, prosperam atualmente em práticas medicinais e em conhecimentos reveladores não só da considerável aptidão para a arte de curar, mas também de lúcida compreensão do funcionamento do corpo humano.

A esse propósito vale a pena referir o que nos relata Howard W Haggard sobre o tratamento da hidropsia, levado a efeito com beberagens obtidas de sapos fervidos, iniciativa modernamente explicada na exatidão de sua terapêutica, não pela maneira rudimentar como ministrada, mas pela quantidade de substância benéfica dada ao enfermo, a bufonina. A esponja queimada, conforme anti-

ga teoria médica, atenuava a inflamação do colo – nada mais que uma hipertrofia da tireódia, o bócio-, tratado pelos nossos dias com iodo, componente encontrado igualmente nas cinzas da esponja...

Não conhecemos os ensalmos e receitas de uso médico do homem do CroMagnon, mas de nosso conhecimento como, milênios antes de Cristo, aqueles que adoeciam buscavam se recuperar, prevalecendo por então os exconjuros, o exercício de magia, o uso de substâncias minerais e a utilização de ervas com presumíveis poderes medicinais, assim como a procura constante de melhor entendimento com os demônios, espíritos e deuses. O destino da criatura humana dependia de toda ordem de auspícios, até daqueles interpretados às vísceras de pessoas mortas para essa finalidade. Imperava, nos procedimentos médicos, empíricos, o uso de excretos, das gorduras de animais (e pessoas), do sangue, da urina etc., etc.

Os sonhos, desde tempos imemoriais, sempre importaram. Antes de Cristo, comum a freqüência ao templo de Epidauro, a permanência no ábaton, lugar destinados aos que desejavam receber, pelos sonhos, a mensagem dos deuses.

Os enfermos ali presentes – expõe Sânchez Guisande[2], aguardavam que Esculápio viesse em sonho dizer-lhes como proceder. E eram tratados com especial cuidado. Tomavam vinho e se submetiam a regime próprio. Mas o ambiente estava interditado aos gravemente enfermos, pois se ali morressem haveriam de contrariar a Esculápio.

G. Sânchez Guisande acrescenta à terapia escatalógica, citada antes, a utilização de placenta de mulher para sarar certas afecções cutâneas; o cérebro de gaivotas, no combate a paralisias; coração de condor, para aplacar distúrbios gastrointestinais.

Mesmo quando a medicina atingiu grau maior de progresso, valorizada por suas experiências ou decisões cien-

---

[1]"El Médico en la história", Editorial Sudamérica, Buenos Aires.
[2] "História de la medicina", Editorial Atlantida, Buenos Aires.

tíficas, inovações e atualizações, sob melhores conhecimentos de anatomia, passando por Hipócrates, Teofrasto, Erasistrato, Empédocles, Asclepíades, Solano de Efeso –, a quem se deve a fundação da ginecologia e da obstetrícia –, Discórides, Galeno, Avincena e tantos outros, muitos aqueles procedimentos empíricos prosperaram como importantes e usados por quem não dispunha de maiores conhecimentos.

Daí não de todo inusitado encontrar por hoje a prática de tratamento ou remédios que remontam a esses tempos tão recuados e dispersos pelo mundo em diferentes regiões, longes umas das outras, circunstância que induz a idéia de sua transmissão pelas pessoas, em face das migrações de superfície.

A própria botica repugnante revive em nossos dias com características observadas na antigüidade. E como se dá com o considerável uso de substâncias animais, ou destes, para a efetivação de múltiplos tratamentos médicos. Desse modo ocorre em Confolantain (França), onde se usa o pulmão da raposa como específico da asma; cataplasmas de caracóis vivos, na falta de ar; utilização de anfíbios anuros, qual a rã, que, cortada ao meio e aplicada sobre rim enfermo, elimina a infecção de quem padece.

Os bufonídeos respondem ainda por medicina prática universal, tal qual sucedia em eras bastante recuadas. Sapo aberto em cruz, e pela barriga, ia aproveitado em Tucuman[3] para aplicações sobre o colo afetado pelos que sofriam de bócio.

Na Argentina o sapo resolve ainda hoje a "dolor de muelas"; cura feridas produzidas por picadas de animais venenosos. E igualmente aconselhado para o combate ao câncer e lepra.

Lá, como no interior do Ceará, esse bufonídeo é do mesmo modo empregado para produzir malefícios. Na boca

[3] "El mito, la leyenda y el hombre", Felix Molina-Téliez, Editorial Claridade, Buenos Aires.

do animal, logo depois de a costurarem, vai enfiado um papelucho em que se escreve o nome da pessoa a ser ofendida.

A seguir é dado o sepultamento do animal, momento em que começa a sua ação maléfica, qual a de ir fazendo a vítima, cujo nome foi marcado na escrita, definhar até morrer.

No Ceará repete-se a encenação de bruxarias com mais requinte. Na boca do sapo não metem apenas o papel ou cartão com o nome da criatura passível do feitiço. Atocham-na com areia (de preferência do cemitério) da mais escura que houver e trespassam o corpo do sapo com afiados e longos alfinetes.

Em terapêutica comum – e em livro de nossa autoria, "Medicina Popular do Nordeste" – registramos a validade medicinal do sapo aplicado sobre parte do corpo humano afetado de reumatismo. No procedimento, o animal não deve estar vivo e acura se realiza por contacto (transferência), saindo a enfermidade para ir fixar-se no corpo do batráquio.

Para combater os "malditos", uns certos tumores de mau aspecto, causadores de lesões fétidas no organismo humano, deflagrados pelo Bacillus antracis (não é poupado o homem nem os animais), conhecidos por carbúnculo cumpria-se terapia assentada em ministrar meizinha obtida da pele de sapos. Desta forma "O Sol", jornal editado em Fortaleza no século passado, descreve:

> "Apanha-se um sapo dos grandes (sendo no mês de maio, melhor), tira-se a pelle, guarde-se; e aparecendo simptomas de carbúnculo, corte-se de dita pelle quanto cubra o tumor, e ponhase de molho em vinagre forte, até ficar bem flexível, e aplicão-se com atilho, de modo que não vá para outra parte. Conserve-se por 12 horas, umidecendo-se com o mesmo vinagre em que esteve a pelle do tumor de molho. Passadas 24 horas, aplica-se uma rodela do tamanho do tumor e preparada da mesma forma. Logo que

> dê mostras de querer o carbúnculo destacar-se da carne, com um ferro ou outro instrumento se ajuda a despegar, e se faz nova applicação. Estando destacada em toda a circunferência, appliquese a herva chamada dasneira, pisada com unto sem sal, e não havendo esta despegado de todo o carbúnculo, cura-se a ferida com um unguento próprio."

Jean Rostand, em artigo para o "Marianne" (Paris, 1939), citado por Félix MolinaTellez, confirma: na antigüidade o pó de sapo, assim como a baba, curavam a hidropsia, acertava o funcionamento dos rins e aliviava as dores de garganta. Informa ainda: no Extremo Oriente não existe uma só drogaria em que não se esteja à venda o Ch-na-Su, espécie de torta redonda, cujo preparado mantido em segredo, sabe-se, é constituído em grande parte de veneno de sapo.

Jean acrescenta a noticia de que os primeiros estudos sobre a composição de veneno do batráquio foram efetuados por César Phisálix e pelo químico Gabriel Bertand, do Instituto Pasteur, em 1902, existindo atualmente dados precisos relativos às qualidades curativas da pasta amarela que se elabora das pulseiras dorsais do sapo e das glândulas denominadas parótidas, assentadas na cabeça.

Escreve Félix Molina-Téllez: "Um dos fatos mais importantes destacados na substância de que nos ocupamos é a presença da adrenalina e da bufona, "que se diferencia da adrenalina, porém exibe idênticas propriedades, dois corpos de natureza complexa: a bufaguina e a bufotoxina" (in o. cit., p. 201).

Diante do que ora se elucida, colhe-se a idéia de que mesmo no receituário popular, de características repugnantes, são encontráveis não de raro efeitos curativos, e desse modo positivos.

Como sabiam disso os antigos, como descobriram em substâncias animais, as mais disparatadas, condições terapêuticas, não se tem como explicar cabalmente.

E chega o momento em que o repertório de ensinamentos médicos, a nível de sabedoria popular, se robustece através de publicações assinadas por médicos graduados, como é o caso, a exemplo, do formulário médicos do dr. Chernoviz, recomendando o uso da pasta de caracóis (hélix pomatia, L) para contusões; o xarope dos ditos para o alivio de infecções do aparelho respiratório. O já citado Chernoviz, pelo último quartel do século passado, creditava resultados terapêuticos à substância extraída das partes genitais do castor, dando-a por antespasmódica, aconselhada nas febres adnâmicas e outros males[4].

Não é de admirar, portanto, ainda hoje, no Ceará, sejam utilizados os anfíbios anuros, bufonideos ou ranídeos, no tratamento de afecções de garganta, ao combate às feridas consideradas brabas, e contra a erisipela, sobre a qual se mandava aplicar um sapo morto, aberto ao meio.

Nessa ordem de remédios do botica repugnante, ainda usados entre nós, vale lembrar o uso medicinal da banha de cobra cascavel para desinflamar as glândulas do pescoço; excretos de lagartixa, de alívio às crises de garganta; urina de criança ou de rapazinho (de moça não serve) para acautelar as oftalmias; fezes de papagaio, em dor de ouvido, assim como urina de bode. O excremento seco de vaca é aproveitado no preparo de chá para eliminar resfriados. E em limpeza de cútis, nada como massagens com carne de lagartixa. Para acabar a nuvem da vista (belide)nada melhor que a aplicação da pele da moela da juriti. Para hordéolo, excreto de veado. E urina, ingerida em jejum, afrouxa o catarro, alivia o peito...

A esse rol, dentre tantos outros, aduza-se o chá de excretos de cão, chamado "jasmim de cachorro", que alivia o sarampo. E chá de barata, medicamento amiúde indicado para aplacar a cólica intestinal.

Os araucanos, dos pampas argentinos são igualmente aprendidos nessa medicina extravagante. Adotam a ba-

[4] Eduardo Campos, "Cantador, Musa e Viola", Editora Americano, Rio, 1973.

nha de cobra nos estados reumáticos, o excreto de cachorro também nas turbações de digestão, assim como o sangue de veado (e mais raspas de seus chifres) para a cura da epilepsia. E aproveitam a mosca, o fundo desta esmagado contra o olho enfermo das pessoas, em casos de enfermidade. (Félix Molina-Téllez, idem, ibidem).

A notícia de flagelado cearense, vítima da seca (1983), flagrado a se alimentar de carne de calangro, foi destaque nos jornais do País e até no Ceará, onde peculiaridades do folclore alimentar da região justificam.

Charles Darwin, repetindo o que leu a Humboldt, em "Viagens de um Naturalista ao Redor do Mundo", anotou: "na América do Sul intertropical, todos os lagartos que ocupam as regiões secas são considerados como delicadas iguanas.

Em nossa área geográfica, além de alimento eventual o calangro é refeição medicinal, assim como canja de galinha dada a enfermos, principalmente a mulheres pós-parto, aconselhada para que sofre de dor de garganta. A carne do lagarto, levada ao fogo, com água e farinha, por algum tempo, é ministrada ainda quente ao paciente, que deve ingerir também o caído.

Na proximidade do assunto convém mencionar que a própria galinha nem sempre foi de aceitação pacifica na dieta dos doentes.

No século passado, proibiu-se comer galinha. É o que diz oficio mandado circular no Brasil, por ordem do Marquês de Pombal, e publicado no jornal "Constituição", de Fortaleza, do dia 24 de abril de 1874:

"O Marquês de Pombal, do Concelho de Estado, inspetor Geral do Real Herário, e no lugar tenente de el-Rei Senhor, faço saber à Junta de Administração da Real Fazenda da Capitania do Rio de Janeiro que, havendo-se assentado em conferência médica e de cirurgiões, no Hospital Militar desta Corte, na conformidade do que já se achava determinado no Hospital Real desta cidade, a respeito do alimento que se deve administrar ao enfermo, depois de se ter conhecido por sérias reflexões e multiplicados experi-

mentos, e pela prática de todas as nações civilizadas, que o uso das galinhas para aquele efeito era uma preocupação chímérica, insubsistente e até contraditória dos princípios, em que se fundava, pois que confessando-se que os enfermos e fabricantes deviam sustentar-se com mantimentos tenaes e de digestão fácil, se lhes ministravam na substância a galinha, fomento da mesma febre, foi el-Rei, meu Senhor, servido ordenar que, em conformidade do que felizmente se está praticando em todos os hospitais reais, e militares deste Rei, se remetesse a (ilegível) Junta da Fazenda a cópia inclusa, assignada por Luiz José de Brito, contracto Geral."

Mas voltando ao receituário repugnante em que o sapo é o centro de suas aplicações, impõe-se-me registrar que von Martius[5] creditou ao indígena brasileiro também o uso de "carne de um sapo preto muito asqueiroso (Pipe cururu Spix, Ranaet, 22), torrado num espeto e pulverisado", como instrumento de defesa contra a feitiçaria, e para "aliviar o trabalho do parto.

Em livro nosso, referido antes, foi transcrita inusitada terapia para quem padece de panarício, ensinamento publicado no jornal "O Sol".

O doente, para sarar, devia meter "o dedo na guella de uma rã viva, e deixá-lo estar até que este animal, que tem virtude de puchar (sic) a si o humor, fique inchado. Se inchar promptamente é prova de que o humor é abundante.

Nesse caso é hora de então se repetir a operação com mais rãs; a atração causa logo entorpecimento sensível no braço e conhece-se pronto que se vai tirando a causa do mal."

Mário de Andrade[6] a tecer considerações sobre a medicina dos excretos, esclarece: "... os excretos, pelo principio de contacto ou de "participação", mantém sempre um "resto de vida", um elemento vital que primordialmente está em relação com a pessoa mesma que o expeliu. Mas se age

[5]"Natureza, Doenças, Medicina e Remédios dos índios Brasileiros", Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1937.

sobre esta pessoa agindo sobre o excretos dela, também estes podem agir por si mesmos, por guardarem as mesmas qualidades possuidas pela pessoa que os expeliu."

Acrescenta adiante o escritor: "Esta ilação me parece importantíssima porque dela se vai derivar com clareza (é lógica de primitivo) o principio medicinal dos excretos. Estes mantém um "resto de vida", este elemento vital foi expedido normalmente por um indivíduo são: necessariamente os excretos, como elementos vitais, são princípios de vida; e vindos da saúde normal, são princípios de saúde."

Não poderíamos deixar de repassar aos que me acompanham as conclusões de Mário de Andrade a respeito da excretoterapia, que, não obstante alongadas, exprimem, em sua maioria, conceitos passíveis de aceitação.

"1º: os excretos têm de fato um ou outro valor prático que justifica o empirismo da medicina excretícia. 2º: por outro lado existe incontestável, como fenômeno patológico universal e permanente, uma escatofilia deplorável, uma atração humana pelos excretos, principalmente provada pela coprolalia. Estes dois fenômenos permitem, em grandissima parte, a permanência e generalização da medicina excreticia, mesmo nas camadas populares das nações civilizadas. 3º: nas bases mais primárias do homem psicológico, nós vemos os excretos concebidos misticamente como portadores dum fluido vitalizador; 4: mas por serem os excretos naturalmente abjetos ao homem, funde-se a essa noção de força vitalisadora, outra noção mais prática, mais facilmente perceptível de serem eles um exorcismo capaz de afugentar os malefícios místicos, causadores das doenças; 5º: finalmente do mesmo sentimento de abjeção que causam os excretos, se fixa a noção e que eles são purgatoriais, sacrifícios que a gente faz para obter o beneficio da cura.

Mas é na fitoterapia que a medicina popular alcança o melhor desempenho. A geobotânica do ecúmeno em que

[6]"Namoros com a Medicina", Edição da Livraria Globo, 1939.

nos inserimos, o Nordeste, tem extraordinária disponibilidade de recursos para o uso médico das comunidades pobres precariamente servidas pela medicina erudita.

Nesse mundo, mais do que em qualquer outra parte, presumimos, esplende em importância a natureza, o que nos faz lembrados de Paracelso (Felipe Aureolo Teofrasto Bombasto de Hohenhein). Nascido no século IV, legou-nos o ensinamento de que a "medicina se funda sobre a Natureza; a Natureza é a Medicina, e somente naquela devem buscá-la os homens. Natureza é mestra do médico, já que ela é mais antiga do que ele, e ela existe dentro e fora do homem."

Em linguagem desataviada, mas objetiva, a botica do mato é a farmacopéia do fundo do quintal, que, ministrada por mestres raizeiros ou curandeiros, acode o sertanejo de imediato em seus momentos de luta pelo restabelecimento da saúde, gente desassistida pelo mundo oficial da medicina, e que nos levou a estas palavras escritas em "Folclore do Nordeste":

"A verdade é que dominando o hinterland desta vasta região (o Nordeste) grandes extensões de gleba não possuem médicos, enquanto a medicina popular, anônima, possui feição caracterizadora, palavras suas, e um rico receituário que se conhece, sob cujas graças se abrigam os pobres, geralmente gente sofrida e esquecida das providências governamentais.

Saneando as falhas do atendimento médico, tão evidentes, prosperam os meizinhos, que acabam estando em cada um dos moradores do sertão, que, pelo exato e de acordo com o provérbio: de médico e louco cada qual tem um pouco.

Como ocorreu com o receituário escatológico, em que se acabou compreendendo terem muitos remédios extravagantes substâncias que curam – e vários exemplos que foram nomeados atrás – as meizinhas tomadas ao reino vegetal também demonstram quanto exatas são em sua ação curativa.

Às vezes a excelência do tratamento, estimulando o uso pela preferência de raízes, folhas ou sementes de um ou outro vegetal, acabava funcionando como injúria irresgatável ao meio ambiente, pelos prejuízos infligidos, a ponto de resultar, infelizmente como sucedeu no Ceará, praticamente o desaparecimento da espécie botânica utilizada.

Desse modo se deu com o jaborandi – rutácea cujas qualidades químicas, aproveitadas posteriormente em laboratórios, acabariam decretando sua destruição pela demanda excessiva.

Em pesquisa feita sobre o problema, inserta em outro livro de nossa autoria – "Procedimentos do Ecúmeno Rural e Urbano do Ceará Provincial"[7], anotamos ter o prof. Dias da Rocha recomendado o uso do jaborandi como sudorífico enérgico, sialagogo e diurético, indicando-o ainda no combate de "resfriados, febres, suspensão da transpiração, bronquite, nefrite e diabetes."

No entanto vale dizer: o dr. Urias A. da Silveira, em 1889, é quem com mais precisão informa a leigos a presença de importante alcalóide no jaborandi, a pilocarpina, aconselhado para "inflamações agudas e sub-agudas dos olhos, dos glaucomas, ambliopias, deslocamento de retina e da íris."

Conhecido e melhor estimado o uso da pilocarpina, o jaborandi foi de tal modo procurado para comércio, que, por pouco, não se extinguiu na região. Só num semestre de 1894, o Estado do Ceará exportou para o exterior mais de 12 toneladas de folhas da acreditada rutácea medicinal.

Por esses anos "devia o Estado, salvo melhor avaliação, produzir de 20 a 25 toneladas de folhas de jaborandi. Dessa produção, retinha pouca quantidade para uso da terapia popular: 360 quilos, assinalados no ano antes referido.

Pasme o leitor: em 1885 a produção de folhas do jaborandi, colhida para a exportação, foi da ordem de 19.069 quilos, expressando o valor de 3:667$600, renden-

[7]Secretaria de Cultura e Desporto, Fortaleza, 1982.

do mais do que o caroço de algodão, do qual resultaria o faturamento de 3:298$000.

Getúlio César estudioso nordestino, sobre curiosidades da preferência do homem do povo, na aplicação da medicina caseira, em abertura de livro que escreveu[8], externou este pensamento: "O vegetal nos apanha no momento em que nascemos e nos conduz pela vida à fora, até nos abrigar quanto partimos para a nossa última morada. Cura os nossos males em suas raízes, cascas, folhas, frutas e resinas, e nos dá a alegria, e nos faz nos aproximar de Deus, quando admiramos a sua beleza selvagem e nobre."

Nos estudos que empreendeu, Getúlio César mencionou os indivíduos botânicos que mais se credenciaram no exercício médico do sertanejo: Algodão seda, Angélica, Aroeira, Aveloz, Barbamitão, Bucheira, Catingueira, Muçambê, Copaiba, Trapiá e outros, revelando que a aroeira tem cardol, substância de efeito vesicante: a gameleira, dolearina, cuja fórmula química é C_{22}-H_{29}-0_2. Essa, de mistura com ferro, é vendida como específico do amarelão, opilão etc." Refere também os efeitos positivos da jurubeba, acatadissima pelos sertões, por favorecer os estímulos do fígado. Já o cumaru, por exemplo, nos consagra a cumarina; a babosa, a enodina; e assim por diante.

Júlio de Peravicini Torres, cuidando da farmacoterapia de plantas usadas no País, quer sob a forma de decocto, extrato, fluido, vinho, tintura, infusão etc. escreve: "Dás varias plantas medicinais de nossa flora, algumas podem servir de sucedâneos àquelas importadas, evitando-se com isso gasto supérfluos de divisas". Adiante: "Entre alguns elementos básicos de plantas brasileiras podem-se citar: atropina, cafeína, canarina, cocacina, curare, curcumina, digitalina, estricuina, Antônio Moniz de Souza Oliveira, em 1824, sob o titulo "Descobertas Curiosas"[9], estão listadas pelo menos duas centenas de vegetais e substâncias ani-

[8] "Curiosidades de nossa Flora", Recife, 1956.

[9] Prefeitura da Cidade do Recife, 1981.

mais (e minerais) em uso pelos sertões baianos, naqueles idos, como o assa-peixe, angélica, barbamitão, cabacinha, cana de macaco, cabeça de frade, cedro, fedegoso, enxerto de passarinho etc., etc.[10]

A providencial reserva de plantas para a ação de surpreendente fitoterapia, veio se acumulando no decorrer de anos... e séculos, transmitidos os conhecimentos por via oral e só raramente escritos por curiosos, gente apercebida do valor de nossa flora... E tudo sob regras, que a experiência de cada um fundamenta para os pósteros. Desse modo, aprendido o ritual para a colheita e o preparo de meizinhas. Algumas plantas só podem ser arrancadas à terra, pelos dias de verão, principalmente se delas vão ser apropriadas as raízes. Assim tratadas as partes medicinais do corongo ou pratudo, do papo-de-peru, jarrinha, angélica, baraúna do rio, cipó pratudo, carrapicho (krameria tormentosa) – que o Ceará chegou a exportar também para o extenor –, acontecendo ao contrário com as flores, por exemplo, da catingueira, que devem ser apanhadas nos meses iniciais do inverno (estação das águas), e por igual as do jucazeiro, aproveitadas só de abril a maio; as de quinaquina, de fevereiro até abril.

Outros indivíduos vegetais são colhidos a extinguir-se o inverno, qual a macela, enquanto as resinas – também utilizadas na medicina popular – precisam aguardar o começo do verão, quando podem ser obtidas à larga, e nesse caso estão as exsudações dos jatobás, aroeiras, bálsamos, imburanas de cheiro, imburanas de espinho, camará de flecha, almacegas etc., etc.

Essas informações decorrem de pesquisas levadas a efeito pelo dr. Freire Alemão Sobrinho, e inseridas no livro de Thomaz Pompeu de Souza Brasil (Filho), "O Ceará no começo do século XX", publicado em Fortaleza em 1909. O botânico Freire Alemão, à sua vez, dá excelente contribuição sobre a localização de plantas medicinais no solo

[10] Idem, ibidem.

cearense, assinalando própria de vazantes a vegetação estival" que surge "dos leitos arenosos dos rios e bordas de lagos, que dissecam-se, conservando alguma umidade, e constituem-na as alastradoras ipoméas, os aphanosthephus, os vitex, glinos, angelônias, euphorbias, rhabdias stmodis, cryptocalix, heliophytum etc., etc. A planta medicinal mais comum e mais procurada nestes sítios é a glandulífera melosa-macela, amargo-aromática e muito melhor sucedânea das macelas exóticas do que a achyrocline flácida etc., etc., que é empregada no Rio de Janeiro e nas Alagoas; além desta, da juripeba (ou jurubeba), do fedegoso etc., deve-se fazer menção especial de uma planta característica das vazantes, a jaramataia, o vilex de Gardnet; que a modo de sua congênere – a taruman – usa-se como resolutiva."

Registrou Freire Alemão a prática de banhos medicinais na terapia popular, ora como escopo da produção de uma ação interna e geral (palavras textuais do autor), como quando se prescrevem banhos de pipi, de guararrem, do alecrim, vindo em uso também os banhos dos câmaras e tinguacibas, estes como estimulantes: os de angélico, milone, pereiro, canudo amargoso, como tônicos; os de capeba, sucupira, nabatenô, como adstringentes, os de coiarmas e camapús como leniets etc., ora visando unicamente a uma ação tópica, como a que se espera da paraíba, nas dermatoses, e mesmo na afecção acarifera, do guaratimbo nos mesmos casos, do cipó de mico ou cipó de macaco, como inseticidas todos."

O cuidado higiênico do corpo remonta, no Brasil, ao silvícolas. Os guaranis se desinfetavam, conforme estudo do dr. Moisés Santiago Bertoni[11] com o suco do jenipapo, sendo freqüente o emprego deste na pele como desinfetante de certas enfermidades, assim como o da Quássia, dentre outros, para impedir picada de mosquitos e outros insetos perturbadores...

[11]"La Higiene Guarani", Puerto Bertoni, Imprenta y Edicion, Paraguai, 1927.

Na ingestão da meizinha, no exercício da terapia popular, no Ceará, prevalecente as indicações mágicas de simpatia. Quando não, ocorrem procedimentos especiais executados para que o remédio logre efeito. A raiz do mandacaru de boi, para minorar os efeitos da mordida de cobra, tem de ser colhida do lado em que nascer o sol. Mulher que monta em tronco de umarizeira, estando grávida, perde a "barriga". E água para infusões, sendo serenada (por ter ficado ao relento, à noite toda), é a mais recomendada. Quem tomar purgante de gameleira branca, deverá cumprir resguardo, salvo se o ingerir com o corpo dentro d'água...

Desse comportamento nitidamente supersticioso, o homem do campo está a um passo das manifestações de seus impulsos místicos. Reponta nele o ser provido de solidões da caatinga, temente a Deus e a seus poderes, certo de que, para obter cura, terá de contar com a boa vontade divina.

Anotei antes em "Medicina Popular do Nordeste": "A formação religiosa do sertanejo, incompleta e falha, caldeada pela influência de fanáticos que se contam às dezenas na história sócio-religiosa do Nordeste, sua índole como que ardentemente preparada para se deixar vencer facilmente pelas superstições e crendices, teriam de resultar para ele num comportamento exageradamente místico em face de entidades divinas, que cria com estupefaciente facilidade, depositado sua fé em taumaturgos, em pseudo-enviados de Deus, lutando ainda sinceramente pelo Cristo-Rei, que para ele representa a figura do usurpado, encarnando-o como motivo de reação, ao mesmo tempo em que segue o fanático mais vulgar, acreditando em suas palavras, atento às profecias, a avisos sobrenaturais e pondo toda sua crença em orações as mais absurdas que surgiram e continuam surgindo não se sabe como."

Os malefícios, crê o nordestino, são produzidos pelos maus espíritos, forças sobrenaturais que precisam aplacadas quando falham os recursos materiais postos à disposição do homem. Era assim nos tempos antigos, em

Babilônia, por exemplo, onde as enfermidades e os males não se reputavam efeitos de causas puramente naturais, mas sim castigos por qualquer ofensa contra uma divindade ou obra de certos demônios maléficos." Atribuía-se aos feiticeiros, e especialmente às feiticeiras, poder considerável para atrair esses males sobre os homens. Julgava-se que podiam transtornar a natureza, mudar os destinos do mundo, influir nas decisões dos grandes deuses, desencadear um exército de gênios maus contra o homem. O encantamento, as poções mágicas, certas manipulações bizarras, ou, mais simplesmente, o "mau olhado", como relata José Huby, dizendo adiante: "A oração é um arranque da alma para os deuses.".

Arrima-se a terapia popular em ritual que, por mais simples seja, não prescinde de palavras cabalísticas, de ensalmos, da oração católica deturpada, e do pelo-sinal-da-cruz, prática de resguardo ao corpo por se banhar, ao alimento que se tem, para a refeição; aos chás, enfim a tudo.

Há orações que só realizam milagres – disse antes –, quanto proferidas cabalisticamente por curandeiros e rezadores, principalmente os últimos. Outras, ganham poderes simplesmente postas em papel e guardadas com fé.

Mas de modo indeclinável em todas o primado do interesse em salvar o corpo, e obter, quem as profere, o restabelecimento de uma ou mais funções orgânicas.

"As motivações de ordem biológica – analisa Frei Antônio Rolim[12] aparecem em alta escala. São absolutamente predominantes. Religiosidade voltada para a procura de bens materiais, para bens elementares básicos da vida. E isso tanto nas mulheres como nos homens."

Do universo dos romeiros que vão a Canindé, participar inclusive do novenário por ocasião da grande festa popular em louvor do santo, 86,1 por cento o fazem a pre-

[12] "Levantamento Sócio-Religioso da Arquidiocese de Fortaleza", SUDEC, Fortaleza, 1968.

tender "curas de doenças, operação bem sucedida, salvar-se de desastre ou de algum perigo", conforme exposição estatística organizada por Frei Antônio Rolim, sabendo-se, pelos dados que se seguem, que a felicidade da família é pretendida por 2,4% dos fiéis, enquanto 1,3% desejam reencontrar animais perdidos, ficando 1,7% postulando a salvação de suas criações..., e desejando chuva apenas 0,5%. O interesse enfim, pela salvação eterna – que parece não ser problema tão inquietante para os romeiros – situa-se em percentagem irrisória: 1,5%.

Fechando esse quadro inesperado de informações: 6,4 por cento não sabem a que vão em romaria, não tendo o que declarar.

Não é de admirar, portanto, o posicionamento da grei sertaneja no exercício de sua devoção, que "utiliza as práticas religiosas e mesmo sacramentos como remédios para males físicos", conforme comenta Frei Antônio Rolim. Daí a preferência do nordestino, de modo particular o cearense, pelas orações ou chamadas "rezas" de São Cipriano, "mar sagrado", do Soldado, de São Campelo, de São Roque, nas quais, de permeio, se tem as mais curiosas – e são muitas – para aplacar sangue, contra males físicos, cura da erisipela, do mau-olhado, da maleita etc., etc.

Contra o mau-olhado, a que tanto teme o sertanejo por considerar um estado de perniciosa ação de invejosos (de inimigos também), causando danos no corpo ou perda de animais de criação, perecimento de planta de estimação, acode uma das muitas orações recolhidas no Cariri e divulgadas no livrinho "Segredo da Natureza e Sabedoria Humana , espécie de breviário matuto:

> "Leva o que trouxeste! Deus te benza com a sua santíssima cruz. Deus me defenda dos maus olhos e maus-olhados e de todo o mal que me quiserem fazer, e tu, és o ferro e eu sou o aço, tu és o demônio e eu o embaraço."

Em orações dessa natureza, infalivelmente, há um confronto de poderes, ficando a pessoa, que está injuriada pelo mau-olhado, sempre na posição do "aço" e do "embaraço" contra as forças dos maus espíritos que são mais fracas diante da invocação divina.

Para os distúrbios da madre, que são manifestações de cólicas uterinas, tem curso pelos sertões a oração que define a maneira como o homem sertanejo usa seu espírito religioso.

"Madre! É tempo de teres o teu lugar. Madre! Alivia esta pobre mulher. São teus estes cinco padre-nossos com cinco ave-marias, em lembrança das cinco chagas de Nosso Senhor Jesus Cristo. Assim como o Senhor salvou-se, assim há de querer que D. Fulana (nome da enferma) se salve desta dor de madre. Madre, volta ao teu lugar!"

Madre é o útero, termo não apenas popular mas utilizado por anatomistas. Na verdade um simples piatismo, comum às histéricas. Diz-se, às vezes, que a madre está *desencaibrada,* isto é, fora do lugar. Dai mencionar-se na oração:

"Madre, volta ao seu lugar!"

Inúmeras as orações desse tipo. Ao infinito as palavras mágicas, textos de sentido desconexo, encontráveis quais mensagens rogativas pela saúde do corpo... mais do que pela salvação da alma.

Algumas, como vem ao caso lembrar, qual a oração para ventre caído de criança:

"Quando Deus andou no mundo
Três pés de árvores plantou:
Ventre e arca caída
Jesus Cristo levantou."

O céu, o paraíso das boas recompensas que o nordestino, e de modo especial o cearense, espera, não será

aquele descrito pelo profeta Mafoma[13]: "de rios de água incorruptível, de rios de mel clarificado", em que os contemplados "uns em frente dos outros, não experimentarão o ardor do sol nem o rigor do frio" –, e em volta de quem "circularão criados eternamente jovens com vasos e copos de vinho", tendo ainda "frutos, tâmaras, uvas, romãs, bananas à discrição, e, como esposas, raparigas de olhos de gazela, puras como pérolas nas conchas, virgens de olhar modesto e de seios palpitantes, de eterna juventude."

Não, o céu esperado não é esse paraíso de sensualidade árabe; é o dos que não sofrerão mais dor de dente, amarelão, fraqueza do peito, peira, puxado, rendidura, sufocação... Uns em frente aos outros como quer o profeta árabe, mas sem a mordomia de *criados eternamente jovens*, e à discrição, à farta, de verdade... a desejada comida de sustância que sempre lhes faltou em vida; e médicos, e médicos, e médicos...

[13] José Huby, "Christus – História da Religiões", Livraria Acadêmica Saraiva & Cia., Editores, III v., S. Paulo, 1941.

Dos Quipos à Influência das Medições Balísticas

Milênios antes de Cristo, as pessoas já sabiam medir e pesar, principalmente os habitantes do Oriente antigo. Na Suméria os seus carpinteiros dispunham de uma escala baseada no tamanho do dedo, representando um metro e sessenta e cinco centímetros. Na Babilônia, um côvado media exatamente 52,33 cm, e eqüivalia ao comprimento do antebraço, como ensinam Sedgwick e H. W. Tyler em sua "História da Ciência". Mas é com um americano muito descontraído, Jeanne Bendick (autor de "Pesos e Medidas"), que vamos ficar sabendo que muitas medidas antigas ainda hoje são usados, qual o dígito T a largura de um dedo – na Inglaterra. Para tomar o tamanho de um cavalo, por exemplo, vale a mão de 10 cm. Desta, derivaram-se posteriormente o palmo e a polegada.

Para a avaliação linear era usada a corda. E a corda, depois a corrente, passaram a servir ao homem nas mais diversas aplicações. Desse modo ia obtida a braça, admitido que uma pessoa de braços estendidos e segurando por exemplo uma corda esticada, marcaria precisamente 1,80 m. A corda passa a ter imprevisíveis finalidades. Cheia de nós, posta a flutuar no mar, desde 300 a.C., já facilitava a medição da distância em que ficavam, do litoral, os navios.

Na proximidade da referência, entre nós, a corda, ou ao uso de nós para contar ou medir, necessariamente vamos ter de falar sobre procedimentos, dessa natureza, inerentes ao Ceará de fundamentos interioranos.

Confesso que o problema de modo aparentemente irrelevante não me havia seduzido antes, não obstante por mim observado repetidas vezes. For esses dias o assunto me sensibiliza por tratar-se de uma forma curiosa de memorização aritmética empregada até mesmo pelas crianças em seu exercício lúdico. Não é talhando o cabo da

atiradeira (estilingue, baladeira...) que assinalam os passarinhos obtidos? E também não era desse modo, mas com significado macabro, que os cangaceiros sanguinários marcavam a coronha de suas armas, para guardar o total de homens executados?

Considerado esse problema de medição, sob os mais diversos ângulos, ver-se-á que o interiorano sempre se destacou pelo modo aparentemente improvisado de memorizar suas medições e contagens, senão vejamos... Em medição linear utiliza gravetinhos adrede preparados e que, ao longo das passadas de quem instrumentaliza a medição, vão sendo transferidos de uma para outra mão, cada graveto ou pauzinho representando unidade que define o percurso a cada 25,50 ou 100 passadas. Em outras ocasiões, pedrinhas ou pequenos seixos rolados substituem os gravetos já referidos.

Na Serra da Aratanha – e aí vamos deparar uma técnica mais aperfeiçoada a nos lembrar, como adiante se verá, procedimento de povos antigos, no caso os incas – a anotação de covas, para o plantio de bananeiras, é processada por meio de uma embira. A cada cova aberta é dado um nó na fibra ora aludida, que, na proporção em que tem o seu espaço utilizado, logo vai emendada outra, às vezes formando um feixe de embiras medidoras.

Que tem isso de especial? – poderá indagar o leitor. É que, não obstante praticar técnica mais simples, o serrano de Pacatuba, sem o saber, estabelece um processo de contagem muito assemelhado aos dos incas, o *Khipu*, assim escrito em *quichua*, e ainda hoje aplicado pelos peruanos.

Oscar Nunez del Prado, autor de longo e erudito estudo sobre quipos modernos, dá-nos um apanhado histórico da sua existência através dos tempos. Conta, citando de modo particular a Leland Locke, pesquisador dessa matéria, que os chineses usavam cordões com nós para várias providências administrativas. Os samoanos amarravam um número de nós em um pedaço de corda, com o objetivo de anotar e recordar as coisas.

Para Garcilaso Inca de la Veja o "kipu" era método bastante empregado pelo Império Inca em sua contabilidade, servindo portanto de lançamento escritural.

Curioso ainda – vale aduzir – o que pesquisou Oscar Nunes del Prado: a propósito, diz, "convém lembrar que os missionários Jesuítas usavam igualmente os "kipus" para efetivar o ensinamento do catolicismo. Os nós nas cordas marcavam inclusive as confissões indígenas.

Narra o Padre Calanche: "Vi uma porção deles (quipos) no quais uma índia guardava, contados, todas as confissões que fizera."

A colheita de batatas, quando essas estão ensacadas, é aplicada a contagem geral de colheita com o quipo, que, mais aperfeiçoado do que a embira usada pelos serranos de Pacatuba, no Ceará, tem a capacidade de alcançar adições consideráveis.

Aqui está, em espanhol, a descrição de um quipo de "runturuntu": É constituído de uma só corda "doblada en cuatro. Los miliares vão anotados em manejo formado por los cuatro hilos; las centenas em los hilos sueltos y las decenas en uno de los hilos libres."

Há outros quipos, também simples, mas que podem ter capacidade de armazenar muitas informações. Um destes, com quatro linhas, pode representar na primeira a casa do milhar; na segunda, a centena; na terceira, a casa decimal, e na quarta pena, a última, unidade. Fazendo-se um nó na primeira perna, dois nós na segunda perna, três nós na terceira perna e quatro na última, tem-se um total de 1.234, um resultado mnemotécnico.

O mais interessante de tudo é que prejudicando a existência e proliferação dos quipos há um mundo de superstições e até de maus augúrios que agem sobre os que deles se utilizam, fato que transparece desde o tempo da dominação dos espanhóis, que os consideravam instrumentos em que os nativos guardavam as recordações de suas práticas e cerimônias a ídolos, tendo sido queimados milhares de exemplares.

A informação é ainda daquele autor peruano já mencionado, e que acrescenta: os espanhóis, não obstante tudo que fizeram para obstar o uso do "Kipu", acabaram utilizando-o também, principalmente em Paucartambo.

Quem a mais interesse desejar inteirar-se de informações mais positivas a respeito desse assunto, deverá conhecer o trabalho denominado "El "Khipu" Moderno", assinado por Oscar Nunez dei Prado e que se acha publicado na Revista Peruana de Cultura (ano 1, vol. II, maio/dez. de 1950, Cuzco).

Vale aduzir: os quipos que guardam dados acima de mil, geralmente têm cada perna ou linha de uma cor. Em Pacatuba o bisonho quipo do lugar é uma embira que eventualmente pode juntar-se a uma outra, ou a outras, para efeito de uma contagem final, sem, no entanto, ter o aperfeiçoamento das cordas de medir dos peruanos.

Mas tanto o de Pacatuba como o de Peru são manipulados sob a mesma intenção de contagem aritmética.

A mais vagar um dia será possível pelo menos, a nível de curiosidade, determinar que a maioria das medidas está ligada diretamente a observações de circunstância repetidas e aceitas como padrão indiscutível, conquanto não oficializado. Muitas dessas práticas de avaliação de peso ou tamanho, ou distância entre um ponto e outro, em sua forma embrionária prevalecem utilizadas pelas comunidades interioranas não obstante vigorarem legalmente os padrões do Sistema Métrico Decimal.

Desse modo ainda por hoje se efetiva a compra de uma xícara ou colher de café em pó, um "mercado" de fumo etc. Fala-se pelos sertões, costumeiramente, em roçado de duas, três, ou mais tarefas, em cova de sete palmos, ou cercas de tantas braças. Para expressar a que distância alguém se encontra no lugar que deseja alcançar, vigora a "légua de beiço inusitada expressão popular que geralmente não corresponde à realidade aferida.

Estudiosas, mãe e filha (Fazenda de Moraes Sarmento Macruz), dão conta de que no município de Luciara, em

Mato Grosso, a curva é considerada unidade de distância, para medição. Por lá diz-se comumente: "Daqui, na Sevap (nome de fazenda), são 63 curvas", o que "eqüivale, aproximadamente a três horas de carro, ou sejam, 120 km."

Dario, narra Heródoto, ao chegar às margens do Íster, com sua tropa guerreira, advertido pelo filho de Erxandro, aquiesceu em que se conservasse de pé a ponte ali existente, por precaução tática. Mas mandou Cóes (filho de Erxandro) fazer 60 nós numa correia, e, desatando-a, dia a dia, para noção do tempo que demoraria na campanha bélica.

Os romanos também contavam o tempo com procedimento assemelhado, enfiando pregos numa parede. Mas para a venda de gêneros, utilizavam já medidas de capacidade, como a ânfora (que valia pouco mais de 24 litros), relato de Mário Curtis Ciordani, citando o historiador Pollotino.

Odisseu, o divino, e Diomedes (está contado na "Ilíada" (v. 350), no campo de batalha certa vez aguardaram que incáuto estranho se aproximasse deles... até o espaço que "duas mulas costumam arar sem se deter." E quando o indivíduo ficou "à distância de tiro de lança, ou mais perto", ambos tiveram a confirmação de que se tratava mesmo de um contrário.

Os israelitas, ao mesmo de Jesus, particularizavam o ponto em que alguém (ou coisa) se situava com a medida da "distância de um tiro de arco". Mas já empregavam o estádio (que valia 183 metros) para dimensionar o espaço percorrido em jornada. A vara de medir, dos tempos bíblicos, tinha 2,5 metros. As balanças naturalmente já estavam em uso e eram indispensáveis para pesagem. Os pesos (conta Henri Daniel-Rops) eram pedras na forma de leões, patos, sapos." Pelo menos, muitos desses foram encontrados, atribuídos aos judeus.

Já os nossos avós continentais eram bastante simplórios na prática de medições e pesagens. Os guaranis, no tocante ao primeiro item (está mencionado por Robert Southey. In "História do Brasil". v. 5. p. 350), tinham linguagem numérica infelizmente muito pobre. "Se estes ín-

dios (os guaranis possuem algarismos simples – o que não é certo – não vão além de dois: para exprimir três, dizem dois e um...” (...) “Em lugar de perguntarem quantos cavalos se trouxeram para casa dirão: “Que espaço ocupava a tropa? e a resposta seria: esta praça, daquelas árvores até o rio.”

Mas pelos anos do primeiro século de nossa civilização, por influência do uso de medições na Europa, notadamente em Portugal, já experimentávamos algum avanço. Afonso A. de Freitas, em seu livro “Tradições e Reminiscências Paulistanas”, na páginas 193, conta curiosa informação de um ato de posse no ano de 1588:

> “...roga (Gaspar Nunes) a vossas mercês, onde ele suplicante faça sua casa e as demarcações são estas por onde Domingo Teixeira demarca, partindo com o caminho que vai para Piquira, que pode ser um *tiro de espingarda*... (grifamos).”

Em 1640, nessa nossa parte do mundo, a mensuração ainda se fazia de modo precariamente empírico. João Nieuhof nascido na Westfalia, vindo ao Brasil naquele ano, de viagem pela Campanha das Índias Ocidentais, configurava as distâncias da mesma maneira, isto é, pelo alcance do tiro de armas de fogo. Em seus livros, “Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil”, (p. 46), menciona: ‘Acerca de um tiro de mosquete em direção ao norte, levanta-se sobre recife de areia “um pequeno forte com quatro bastiões, chamado Forte do Burin, e daí para o Norte, a uma distância de mais um tiro de mosquete, havia um reduto...”

Em romance bastante tedioso, “Vinte Horas de Liteira”, do mestre Camilo Castelo Branco, vai contando que a *tiro de espingarda* (grifamos) estava Maria Clara ao peitoril de uma janela aberta no muro”. A criatura “suava de aflita”, surpreendida, àquele momento, a “colher da trepadeira”, que formava o dossel da janela, umas flores...

Que distância seria essa – a tiro de espingarda – modo de referir naturalmente ancestral? O referencial de distâncias bem-sucedidas para o tiro de arma de fogo, praticado com pólvora comum – como persevera elucidado nos manuais de balística – demora de trinta a quarenta metros. O chamado "tiro de javali" praticado com arma de alma estriada, é convencionado em cinqüenta metros de alcance. Portanto, não custa imaginar que a contemplada Maria Clara, da novela portuguesa, devia de estar; aos olhos de seu admirador indiscreto, o Belchior – que a olhava e via –, a pelo menos cinqüenta metros longe dele.

A identificação de espaço entre um ponto e outro será historicamente, ao que me parece, vinculado ao uso de armas mesmo quando, em período mais recuado, não prevaleciam as armas de fogo como padrão. Nesse caso, a exemplo, pode-se ver narrado na "Ilíada" (Canto X, v. 350):

> "Ouvindo barulho (o guerreiro) deteve-se por presumir que do campo troiano um dos fiéis companheiros, vinha chamá-lo da parte de Heitor, para os seus ir de volta.
> Mas, quando os teve à *distância de tiro de lança* ou mais perto, reconheceu que era gente inimiga."

Quando Jean Baptista Debret chegou ao Brasil, o que ocorreu a 25 de março de 1816, a bordo do "Caepó", um barco de três mastros, de cinco em cinco minutos, lembrando "à população a morte recente da Rainha de Portugal, inumada no Rio de Janeiro", disparava os canhões.

O viajante ilustre observou então o que se segue, a nosso interesse: "Ancoramos a duas distâncias de *tiro de fuzil* (grifamos) no rochedo cônico chamado Pão de Açúcar", informação que se anima imaginar o espaço assim considerado em pelo menos cem metros.

Recorde-se: não falta aos memorialistas antigos, das grandes façanhas náuticas do século XVI, como ao correto

Gaspar Correia, por exemplo, em "Lendas das Índias", a determinação de distâncias com nítida conotação militar. Desse modo mencionado em episódio vivido por João Nova, em 1501. "Os zambucos surgiram perto, quase a tiro de pedra... "Que queria significar? Que os ditos nativos se achavam por volta de pelo menos trinta metros das naus... (Gaspar Correia, vol. 1, 1975, p. 215).

Mas quem acode, em "Peregrinação", com maior cópia de dimensionamentos sob valimento de expressões bélicas, é Fernão Mendes Pinto, navegador e aventureiro, que experimentou mil e uma vicissitudes a meados dos 1500.

Contado por ele que Aché, sentindo-se vencido em batalha, retirou-se com os seus descansados" & muito feridos" para "hum cabeço", "ora de hum tiro de espera...

Em suas narrativas curiosas e espetaculares, assinalado adiante que Antônio de Faria "se fez à vela" até ficar "a tiro de espingarda..." Em outra passagem, assinala Fernão Mendes Pinto a localização de "hua terrecena ou casa grande "a obra de "hú tiro de besta..."

Há muitos outros exemplos de referenciais desse tipo nas memórias de Fernão Mendes Pinto: a "hum tiro de berço"; tiro de falcão" etc., etc. (in Fernão Mendes Pinto, 1984, pp. 44, 128, 155 e 167).

Era vezo das pessoas, mesmo letradas, reduzirem a cálculo de distância a frase que, de trânsito comum, obtivera foros de algo indiscutível, satisfatório, aceito por todo mundo. Vale mencionar que Richard Burton, uma das mais curiosas personalidades que visitaram o Brasil, bastante aprendido em dimensionar as coisas, tinha o vezo de utilizar valores antigos de mensuração.

Engraçado esse Burton. No tocante à descrição de minas, em viagem que empreendeu pelo interior de Minas Gerais, sabia dizer em pés, com relativa precisão, a espessura e ajustamento em que se encontrava o veio principal da extração do ouro; o tamanho de árvores, como a ubá, "com a forma de uma seta", que, ali nas Minas, "alcançava de 14 a 15 pés de altura."

Mas acolhia o tiro como elucidativo conveniente, como se vê nesta parte de sua narrativa em "Viagens aos planaltos do Brasil", tomo II, p. 315:

> "Riram-se desdenhosamente quando souberam que eu era inglês. Se isso for verdade "perguntaram", como se explica que você não conheça o Nicolau, seu patrício, que vive a um *tiro de espingarda* daqui"?

A demarcação das terras, de Brás Cubas, também aproveitou a designação "bélica" para o situamento de limites. Gaspar Nunes rogava às suas mercês, que mandavam na época (1588) pequena terra em Guerepe, onde pudesse fazer sua casa, demarcada "com o caminho que vai para Piquiri, que pode ser a um tiro de espingarda."

Mas seria essa medição algo em torno de cinqüenta metros de afastamento? Poder-se-á imaginá-la capaz de expressar cem metros?

Para Serpa Pinto, corredor de mundos bárbaros, autor do livro "Como eu Atravessei a África", admite o alcance das flechas em torno de cinqüenta a sessenta metros. A precisão do tiro de espingarda, no entanto, disparado pelos bienos, uns pretos africanos, alcançavam cem metros.

Cabe ao leitor eleger a medição exata, a de cinqüenta ou cem metros, partindo do desempenho dos bons atiradores negros. A meu ver, no entanto, a idéia básica desse tipo de medição deve ficar realmente em cinqüenta metros, o chamado TIRO AO JAVALI.

Bibliografia Consultada

BENEDICK, Jeanne. “Pesos e Medidas”.

BURTON, Richard. “Viagens aos Planaltos do Brasil”, tomo II, Brasiliana, vol. 375, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1983.

CORREIA, Gaspar. “Lendas da Índia”. introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Lelo & Irmão, Porto, 1975.

NIEUHOF, João. “Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil”, Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 1981.

PINTO, Fernão Mendes. “Peregrinação”, Introdução de Aníbal Pinto de Castro, Lelo & Irmão, Porto, 1984.

PINTO, Serpa. “Como eu Atravessei a África”, vol. 1, Publicações Europa-América, Portugal, s. d.

SEDGWICK, W T TYLER, H. W “História de Ciência”.

“TRADICION” (Revista Peruana de Cultura), ano 1, vol. II, maio.dez., Cuzco, 1950.

CALDEIRÃO: SUBSÍDIOS À REDEFINIÇÃO DE SUA HISTÓRIA

A história nutre-se de fatos, de situações que, sob as mais variadas feições, marcam a presença da atividade do homem em seu campo de ação. Mas a compreensão do que acontece, e nesse caso melhor será dizer do que aconteceu, como vem lembrar Paul Veyne, deve ter legitimada sua veracidade.

Dele, isto é, do autor de "Como se escreve a história"(Univ. de Brasília, DF, 1998), outro conceito de que me acudo para arrimar meu pensamento: "A história é, em essência, *conhecimento por meio de documentos*. (grifei).

No episódio do Caldeirão, sítio organizado por operosa comunidade constituída de penitentes e que acaba sendo sufocado por enérgica ação policial, o forte das observações dos que dele se têm ocupado não tem sido a presença de documentação hábil..

Ao contrário, ajunte-se: a ausência de fontes confiáveis vem sendo um vezo a agudizar o significado daqueles deploráveis fatos ocorridos em 1936 e 1937 no Cariri, fatos, sem dúvida, que se iniciam no próprio ambiente da propriedade – detalhe que o leitor não deve esquecer –, e vão alcançar inesperado desdobramento com numerosas perdas de vidas humanas em locais mais afastados, algo mensurável pelo menos em boa dezena de quilômetros.

Desse modo, e nessas circunstâncias, dão-se confrontos da policia com os penitentes em área de conflito que se vai estender até mais de cem quilômetros, sucessos que transbordam da moldura do ecúmeno cearense em direção ao território de estados próximos, quais Pernambuco e Bahia.

Aproveitando a proximidade do assunto, convém esclarecido: os que ao longo dos últimos anos têm se ocupado em relatar o episódio do Caldeirão, acabam por incidir em referências exageradas, procedimento que vigora levianamente a caracterizar progressiva deformação dos acontecimentos registrados na região, de que resultam numerosos mortos em crescente e exagerada estatística.

Senão vejamos: o Tenente Alfredo Dias, corajoso militar que participou ativamente da luta travada com os penitentes (não na área ocupada pelo Caldeirão, mas na chamada Mata dos Cavalos, o que ocorre em 1937), ao final da refrega pôde contar estendidos no chão, sacrificados, "oitenta cadáveres", gente que sucumbiu no combate corpo a corpo, em que predominou o uso da baioneta calada. Número de mortos bastante elevado, convém admitido, em se considerando que a tropa em ação era constituída de apenas 45 soldados.

A outra parte da milícia, também integrada por igual número de soldados, depreende-se ter ido pelejar mais distante, na Serra de Ouricuri, abatendo ali, como confusamente relatado, o improvável saldo de mais 400 penitentes mortos. A não ser que para esse combate, de resultado tão inesperado, além dos soldados do contingente originário do Ceará, tenha acudido ali, a reforçar a operação, tropa extra fornecida – pode-se especular – pelo governo pernambucano.

Essa referência não se encaixa bem na narração dos fatos, pois divergem todos os autores de textos a respeito da localização dos confrontos, havendo menção recente (v. em livro das professoras Vilma Maciel e Célia Magalhães, citado adiante) nomeando o lugar "Pau de Colher", na Bahia, como cenário da luta com a morte de 400 pessoas, o que pode ser tomado como a mesma arrolada de acréscimo ao total de vítimas ligadas à tragédia do Caldeirão.

Em virtude dessas referências, que desconcertam o leitor mais curioso e exigente, tomei a iniciativa de tentar organizar a estatística dos mortos, como repassado pelas mais diversas publicações e comentaristas que escreveram a respeito.

A começar por declarações atribuídas ao então Ten. Cel. Cordeiro Neto, o balanço final de vitimas começa a ter soma diferente (200) daquela originariamente apresentado pelo Tenente Alfredo Dias, 80.

Já na longa e bom escrita reportagem assinada pelo jornalista Tarcisio Holanda (In "Jornal do Brasil", 1º de fevereiro de 1981), já se alude a 400 mortos.

Assim, em breve recapitulação, partindo de 80 mortos em combate, tem-se por diante 200, depois 400, quantidade que infelizmente tende a subir, a se conhecer a informação prestada ao repórter Tarcísio Holanda pelo farmacêutico José Geraldo da Cruz, de Juazeiro do Norte. Já ai, em seu dizer, o total de vitimas ascende a 700!

E quanto não bastasse, ainda no mesmo local, isto é, na matéria escrita pelo jornalista cearense para o "Jornal do Brasil", como antes mencionado, peremptório vem firmar o escritor Jáder de Carvalho: "...ali (na área dos combates) morreram cerca de 1.000 pessoas".

Mais recentemente as professoras Vilma Maciel e Celina Magalhães ('Nordeste Místico, Império da Fé", Casa de José de Alencar, UFC, Fortaleza), voltam a insistir (e não aludem em que se arrimam) no registro da morte "de 700 a 1.000 camponeses".

A identificação de penitentes como camponeses é uma nova conotação semântica e política, sinal de que em futuro próximo não estaremos longe de ver penitentes confundidos com os "sem terra".

No caso da estatística dos sucumbidos nos episódios já relatados o mais grave é que o exagero desse tipo de informação não se firma em nenhum documento confiável, parecendo de tudo que se mencionou a respeito, mais aceitável, a já referida declaração prestada pelo Tenente Alfredo Dias. Na maior parte dos registros os fatos são aumentados de modo desordenado e leviano.

Nesse breve e modesto trabalho move-me tão-só a intenção de chamar a atenção para a freqüência desses

exageros tantas vezes repetidos por quantos, não por má fé, posso admitir, mas por desinformação, acabam concorrendo para comprometer o papel do historiador, o de recontar os fatos legitimados em documentos.

Em rigor, por outro lado, discutível a qualificação de "Chacina do Caldeirão", pois naquele sítio os penitentes em verdade sofreram inúmeros vexames, agressões, tiveram as casas de moradia incendiadas, perderam as economias, a tranqüilidade, mas não foram chacinados.

Rememorando os fatos atinentes ao Caldeirão, o historiador Lutigarde de Oliveira Cavalcanti Barros, por sinal muito mal informado, escreve que em 1937 o "Caldeirão é atacado pelo oficial José Bezerra". E acrescenta: "Diante da ferocidade do ataque de surpresa, o povo do Caldeirão reage travando-se combate a 10 de maio, morrendo José Bezerra", etc., etc (In "História do Ceará", organizada por Simone de Souza, Fundação Demócrito Rocha – UFC, Fortaleza, 4ª edição, 1995, Fortaleza, p. 285).

O trabalho ora referido, pelo menos nesse trecho, está eivado de equívocos. Primeiro o oficial não atacou, foi emboscada. Segundo o grave incidente não aconteceu em Caldeirão e sim nas "imediações da serra do Araripe", no lugar Mata dos Cavalos. A história é amplamente argúida e repetida na reportagem em que me arrimo, melhor texto jornalístico já escrito a respeito.

Antes de mim o sociólogo e professor Diatahy Bezerra de Menezes – como registrou o repórter Tarcisio Holanda – confessava que depois de cinco anos de pesquisa (sobre o Caldeirão) sentia-se "desolado" em razão de os sobreviventes não saberem 'transmitir com fidelidade informações sobre os fatos "em face dos poucos conhecimentos de que são dotados"

Verdade. Os que se manifestam sobre as ocorrências do Caldeirão e das que dele decorreram – e nem sempre bem esclarecidas – desdobradas por diante, são confusos e quase sempre exagerados.

Assim, me parece válida a tentativa de contribuir para que deixem de circular tão desencontradas versões a propósito dos fatos de que me ocupo nesta oportunidade, alusões deturpadas não só quanto à destruição de vidas humanas mas pouco ou nada fiéis a detalhes e circunstâncias, como se cada informante, falando ou escrevendo, pretendesse estar sempre indiferente às impropriedades que comete.

Por esse tom de desencontros, por exemplo, vale contar que o sr. José Alves de Figueiredo narra ter sido obsequiado pelo beato José Lourenço com a mão de obra de 400 trabalhadores, gente que em dois dias efetuou a limpeza de área agricultável superior a mil hectares, missão hercúlea mesmo para tamanho grupo de pessoas, pois nesse mutirão gigante vai caber para cada homem, em apenas dezesseis horas, o trato de dois hectares.

Esse mesmo episódio, documentado antes na matéria escrita por Tarcisio Holanda, está repetida pelo mesmo José Alves de Figueiredo, mas já aí com a alteração do número de trabalhadores e área aprazada para o mutirão. Nessa segunda versão não são 400 mas 600 os homens cedidos para limpar e cultivar, e a área reduz-se a 32 tarefas...

Dessa feita a mão-de-obra é flagrantemente exagerada para acudir a tão insignificante área, a não ser, aceite-se o alvitre, que por lapso sr. José Alves de Figueiredo quisesse dizer 320 tarefas...e não 32..

Convém esclarecer: tarefa é medida agrária antiga mas significa, ainda hoje, no interior do Ceará, algo em torno de 3.025 m2. Admitidas, a grosso modo, três tarefas constituindo 1 (um) hectare, e a se aceitar tenham sido 320 e não 32 as tarefas cultivadas pelos penitentes, o campo de trabalho fica aproximadamente do tamanho de 106,66 hectares.

As declarações atribuídas a José Alves Figueiredo, na última versão do episódio, a anotou o escritor Abelardo Montenegro, relatando tê-la ouvida ao sr. Otacílio Anselmo e Silva, e agora aproveitada por mim para a seqüência dessa análise que me induz sinceramente pensar ~ fragilidade de outras referências de dimensionamento da atividade

Agrícola dos beatos, principalmente lembradas para nomear ou definir o total de cabeças de gado, de aves criadas em cativeiro, de porcos (em torno de 1.500!), e das tarefas de algodão não apenas plantadas mas colhidas, etc., etc., estatística não de raro divulgada para comprovação do esforço do trabalho comunitário no Caldeirão.

Ser-me-á grato saber que essas minhas linhas terão boa acolhida como subsídios a quem, com mais merecimento e disponibilidade de tempo, anime-se a prosperar a revisão de pelo menos os pontos que acabo de mencionar, e que perturbam a realidade do que aconteceu antes e depois no Caldeirão, trabalho a ser exercitado, espero, tendo como objetivo redefinir aqueles sucedidos, libertando a triste mas fascinante história de suas presumíveis distorções...

Quem se dispuser a redefinir a área dos sucessos de Caldeirão, terá de situar com mais adequação os pontos em que se verificaram, principalmente em 1937, a luta e perseguição aos penitentes remanescentes do núcleo que formou o arraial do beato José Lourenço.

Desse modo cuidará de fazer o levantamento topográfico da região, situando os sítios costumeiramente lembrados pelas testemunhas desses feitos: Mata dos Cavalos, Rasgão, Conceição, Cruzeiro, serra de Ouricuri e Pau de Colher.

A tarefa não será fácil em virtude de esses topônimos não figurarem nos mapas do Ceará, pelo menos, a exemplo, em dois de diferentes procedências, um editado pelo IBGE e outro pelo próprio Governo do Estado do Ceará, o primeiro, de 1969, e o segundo, de 1972, mas ambos caracterizados por boa apresentação cartográfica inclusive exibindo a projeção de curvas de níveis, demarcantes da altura dos acidentes orográficos.

As datas em que sucederam os aventos, como se sugere, não devem ser omitidas como freqüentemente ocorrem na maioria dos estudos, circunstância decorrente da insegurança, estou certo, dos que documentam com açodamento.

Tomo a liberdade de alinhar, data vênia, os indicadores que me parecem mais importantes sobre o binômio

penitentes-Caldeirão: A) Plaqueta escrita pelo então Tenente José Góes de Campos Barros, "A Ordem dos Penitentes", texto limpo e de apreciável nível, de apreciação sobre a comunidade do Caldeirão. B) Reportagem inserida na "Revista Policial", edição do dia 26 de maio de 1937, sob o titulo: "Os sangrentos e impressionantes acontecimentos de Conceição, ao sopé da serra do Araripe." C) O cap. IV do livro "História do Fanatismo Religioso no Ceará", de autoria de Abelardo Fernando Montenegro; D) Reportagem "A Chacina do Caldeirão", assinada por Tarcisio Holanda e inserta ~ "Jornal do Brasil", edição de 1 de fevereiro de 1981, não obstante a impropriedade do título; E) Reportagem publicada na 'Revista Policial", no número 26, mês de agosto de 1936 (e divulgada antes no jornal "Gazeta de Notícias"; de 11.07 do mesmo ano, sob o título "O Drama Vermelho", relatando "a descoberta dos planos moscovitas" no Ceará, "sistema de guerrilhas", com detalhes sobre a morte de dois comunistas no interior do Estado, integrantes da Comissão de Organização dos Campos, o que foi se verificar em luta armada contra a polícia.

O último tópico é importante pois sugere a expectativa de temor das autoridades policiais do governo à possibilidade de mais movimentos contestadores no interior do Estado, circunstância posta em dúvida pelos que ainda hoje dão por infundado esse receio que se vê sugerido pelo então Tenente (e hoje General) José Góes de Campos Barros, em "A Ordem dos Penitentes".

Em verdade é preciso olhar e ver a tragédia de Caldeirão com os olhos de ontem, o que quer dizer, procurando pelo menos absorver as razoes (justificáveis ou não) que influenciavam as decisões do poder constituído naquele momentoso instante, político e social, vivido pelo País.

Arda tarefa, sem dúvida, mas não impossível.

PACATUBA:
BREVE MEMÓRIA

Guarde-se-lhe o nome. Pedro Lolo, assim chamado, de patente capitão. Dava-se por bastante cansado da vida afanosa já vivida, com trinta e três anos de muitas lutas e canseiras – como foi dizer em petição ao Capitão-Tomaz Tomaz Cabral de Olival –, "só em servir a Sua Majestade, que Deus guarde".

Corria o ano de 1692.

Tomava-se a esses dias, declarou, da animação em povoar a Pacatuba, por onde sabia demoravam terras devolutas em hora de aproveitar.

Assim queria meter nelas, além de habitar e lavrar "plantas e lavouras", "gados com gente à sua custa pera aumentação da Capitania". "No mesmo lugar postulada gleba de 12 léguas de comprimento e doze de largo, e a tanto, afirmou, "tomando o Bom e deixando o Roim e toda as suas varges ematas que se fez aos mais Povoadores..."

Não era o primeiro a ambicionar as terras, principalmente o vale a se desenvolver humoso, extenso e fértil por diante da montanha. Antes o dito chão havia sido entregue a um cavalheiro de nome João Pinto Correa e a mais outras pessoas, suas amigas, todos vivendo distante dali, no Rio Grande do Norte, o que, dava para saber, em nada facilitava a intenção de ocupá-lo.

Talvez por essa circunstância, tudo ficou virgem como desde antes, e se nada havia sido feito (foi averiguar a autoridade), de acordo com as exigências de lei, que determinava : passados três anos, restava desfeito qualquer trato.

No caso que se relata, a concessão se fizera para trás nove anos, em 1683.

Não se diz tudo contando assim.

É que antes, pelo ano de 1685, grande porção de gleba reconhecidamente devoluta, em área contígua, como se depreende pela informação geográfica do documento, é concedida sesmarialmente a 13 pessoas que a suplicam, tocando às partes (mais a uns do que a outros), no conjunto, na medição, trezentas e vinte e cinco léguas em quadro, tudo a começar do "Rio Choró, pela ilharga que fica pela parte de serras que vão continuar até o Rio Suipé, que chamam atualmente O Gentio, Pacatuba e Maranguape..."

Mas tudo indica que a ocupação das terras de Pacatuba só vão começar mesmo em 1708, quando o "índio de Nação", como mencionado por então, alcunhado Algodão, depois de lastimar-se de que os "moradores brancos se foram apossando de todas as tais terras" e correndo com todos, os primitivos habitantes, propunha, para liquidar em tempo com as dúvidas e os vexames por que certamente passava, a marcação de "nova data" de três léguas de terra, com uma de largo correndo pela banda da lagoa do Jereraú, e nessa fazendo pião, com légua e meia pela serra (serrote aliás) do Ancori, e outra légua pela Serra da Pacatuba..."

Dessa curta história em que se esconde muitas arbitrariedades contra os primeiros habitantes do lugar, ia decorrer afinal a data e sesmaria de Thomé da Silva, com três léguas de terra da Serra da Pacatuba e no Jereraú, ato lavrado pelo Capitão-mor Gabriel da Silva do Lago, em 27 de novembro de 1708.

O interesse já não se direcionava apenas para os chãos baixos, de plantar e criar. Passa a ter importância a verdejante montanha, rica de nascentes, cujas águas não param de correr para formar o rio Cocó, modesto curso d'água, certamente, mas bastante aproveitado. E por onde ainda hoje desce a corrente a saltos, ora deslizando, ora

pulando sobre pedras, favorece o trânsito dos pitus em procura do mar, onde o teor salino dá-lhes o impulso necessário à reprodução genética.

A serra, ainda a vemos hoje, altaneira e bem cuidada – pois ao longo do tempo não sofreu os efeitos da civilização, tendo escapado da ocupação de lazer, o que se deu pelo começo do século XX, quando vigorou a moda da ereção de pequenos sítios (aconteceu na Serra de Maranguape), fazendo aí as terras menos desfrutadas para manejo agrícola.

A Aratanha, em Pacatuba, chegaria aos nossos dias com sua mesma fisionomia de ontem, a de antigos sobrados que vão diminuindo sob a erosão do tempo, e casario modesto em que vivem os seus moradores, guardiães da natureza perseverante com sua vestimenta secular..

Para explicar a trajetória da história de Pacatuba, Juvenal Galeno, em crônica mais conto que crônica, narra:

" Principio pela Aratanha, como mais velha".

E mais disse: "Até 1790 esta serra, – cujo nome talvez se originasse da abundância do camarão aratanha em seus rios, – pertenceu às terras devolutas, que se denominavam realengas, isto é, propriedade de El-rei nosso senhor".

E aí explica seu modo: o capitão-mor Antônio de Castro Viana, "passando o governo ao efetivo, requereu como recompensa de serviços uma sesmaria em dita serra; e sendo (o pleito) deferido, veio no mesmo ano apossar-se , o que efetuou fazendo casa e roçado no lugar hoje conhecido por Limão", onde agora aditamos nós, ainda se põe em pé pequena propriedade, encravado na Barra, perseverante com a mesma denominação.

Nesse contar aprende-se: o dito capitão-mor não se desentranhara das vantagens do poder, e por isso, ao morrer, acabou deixando enorme dívida de herança para quem desejava receber muito. A Fazenda real, a grande credora, logo seqüestrou todos os bens do falecido servidor, pondo sob sua guarda a casa na serra, plantios e até escravos, uns e outros alcançados pelas medidas fiscais e de cobrança.

Os bens, ora mencionados, foram a leilão sem que ninguém aparecesse para arrematar coisas e gente, aliás gente que eram também coisas, e nessa conta os escravos.

Diante disso prossegue Juvenal Galeno, o governador da província mandou chamar o "tenente de ordenanças Albano da Costa dos Anjos – e pediu-lhe encarecidamente se apresentasse para arrematar a Aratanha", o que de fato acabou acontecendo

A prosperidade do sítio sob o comando do tenente de ordenança foi de tal ordem que, anos adiante, já em 1823, precisava de caminho, até a Capital, para o escoamento da produção obtida.

Ele próprio mandou estabelecer a ligação com Fortaleza, o caminho novo que depois de muitos anos, já sem serventia, passou a se chamar "estrada velha", marco de dias prósperos da região e de escoamento da safra do café.

Escreve Juvenal Galeno: "Sonhava-se com a lavoura do café, que já se ensaiava no sul do império, e esse sonho especialmente "preocupava a todos, principalmente os de Pacatuba, pois Domingos da Costa acabara de ver no sítio Macaípe (Serra de Baturité), cafeeiros em plena floração", o que lhe deu vontade de inaugurar essa cultura em Pcatuba. Fez vir dali oito libras de sementes, com as quais, com tamanha persistência, conseguiu situar os primeiros pés de café no sítio Serrinha, na subida da serra.

Tencionando ir-se do Ceará para o Pará, o dito Domingos da Costa resolveu deixar para o irmão João os canteiros de café que fizera e os via crescerem prósperos dando as mudas apropriadas anos depois, em 1826, para o plantio no "Boaçu , bem em cima da serra", o que foi feito mais "como ensaio do que com a intenção firme de constituir um novo ramo de lavoura para si."

Em 1839 o Sítio Boa Vista, que se media logo aos primeiros metros de subida da montanha chegando até o Boaçu, já produzia café de qualidade, circunstância que pedia a presença dos donos no local da lavoura em casa ainda hoje conhecida como o "sobrado dos Galenos", resi-

dência da família Costa, local onde, anos depois, Gonçalves Dias ia ter a oportunidade de conhecer o jovem e promissor poeta Juvenal Galeno.

Mas o desenvolvimento da serra, tornando-se habitável e produtiva, passa por história a que não falta o terrível drama das longas estiagens...

O sol, de surpresa, em ano aziago enxugara as águas dos sertões, estimulando a descida de bandos flagelados em busca da capital. Essa gente desesperançada, mas trabalhadora, estacionando em Pacatuba, não demorou aproveitada em indispensável e valiosa mão de obra pela euforia dos que agricultavam a serra, confiantes na uberdade do solo.

Viviam-se os funestos dias de 1845. E quis o destino que muitos sertanejos ficassem morando para sempre na florescente vila, alavancando, como se diz por hoje, o progresso da lavoura nas faldas da montanha, onde começavam a crescer e a frutificar com ênfase pomares e cafeeiros.

Narra Juvenal Galeno: "E como tivesse exercido a caridade, acolhendo os desgraçados em seu seio, Deus compensou-o (o povoado) desde logo , com a mais rápida prosperidade."

Surgiram numerosas casas de tetos de palmeira pela serra; edificou-se a igreja (sem torre), no largo. E o comércio tomou corpo, cresceu, a prosperar.

Assim, Pacatuba virou sede de povoado.

Era 1848, na adminstração Fausto de Aguiar.

E em 1850, praticamente acontecera o milagre. Outra a cidade, mais aumentado o seu casario. "Imensas vantagens auferiam os lavradores d'Aratanha, nesse decênio, construindo os bonitos sobrados de seus sítios e algumas fortunas se criaram..."

Mesmo quando praga hostil acometeu, abatendo o grande impulso do plantio de café, a serra não se rendeu a esse imprevisto. E vieram então os dias em que o bom senso mandou abandonar a monocultura e adotar a cultura da cana, o aproveitamento da borracha das maniçobas, enquanto pelos planos, na parte baixa, prosperava o algodão.

Pacatuba alcançava, assim, merecido desenvolvimento.

Anotou Juvenal Galeno: "Cento e tantas casas de tijolo e cinco sobrados, afora os da montanha e casas de taipa dos arredores: – suas trinta lojas formando o quadro de seu animado mercado; – além das tabernas dispersas; – seus dois rios que deslizam à sombra de viçosos canaviais e coqueiros; – (...) a "Aratanha coberta de cafeeiros e pomares de variadas frutas, circulando graciosos edifícios; – ouvindo alegre o hino do trabalho no som de seis máquinas a vapor, que servem de motores à sua indústria ..."

Em 1859 Pacatuba, vem hora de proclamar, alcançava a maturidade. Em maio desse ano foi visitada pelo cientista Freire Alemão, ilustre integrante da Comissão Exploradora Científica.

Atendendo a convite de José Antônio da Costa e Silva e da esposa, Maria Teófilo, subiu a serra para visitar a propriedade do hospitaleiro casal.

Surpreso, ali deparou a intimidade da primeira casa da serra, inesperada vivenda assentada sobre rochas e que apesar de ignóbil entrada (como confessou depois, relembrando-a), na realidade era um lar bastante acolhedor.

Em bem arrumado compartimento o visitante contemplou janelas envidraçadas, cadeiras de palhinhas, outras tantas de balanço, e "bofetes com mangas, e jarras, castiçais de cristais...e um piano."

Por detrás da residência erguiam-se outros edifícios, dentre os quais uma casa, um armazém e alojamento destinado a escravos.

Desse ponto, a 250 metros aproximadamente de altitude acima do nível do mar, Freire Alemão entrou a percorrer o sítio, a ver mais em cima o açude construído entre elevações, no exato lugar onde se acha até os nossos dias, o Boaçu.

Na cercadura, encantaram-lhe a vista e ainda mais a curiosidade de pesquisador, os numerosos e belos ipês de flor amarela, uns tantos piroás altanados, e, num e noutro ponto, em porte vigoroso, altivas maçarandubas.

E também, foi vendo e anotando, abundantes, mais aqui ou mais adiante, jaqueiras pejadas de frutos, e abieiros, e pés de genipapo, e mais mamoeiros, e laranjeiras...

Anos depois, podemos precisar exatamente, pelo dia 9 de abril de 1866, grimpou igualmente a serra, em missão de estudos, o casal de sábios Luiz e Elizabeth Agassiz.

Animava o cientista famoso a idéia de descobrir na área visitada, na topografia acidentada da montanha, evidências do fenômeno glaciário...

Foi acolhido pelos pais de Juvenal Galeno, a demorar naquela casa branca da serra, bem tratado e bem servido; daí, em hora azada, acompanharia os seus hospedeiros a ver, como está descrito no livro "Viagens ao Brasil", o "pôr do sol, escalando um rochedo colossal (a "Pedra da Saudade") que estacou, não se sabe como, em sua descida pela vertente da montanha."

De pé na rocha assim posta, quase por milagre, qual dono daqueles ares e da imensidão que lhe ia à frente, revelada em visão curiosa, pôde o cientista divisar ao longe, muito ao longe, as dunas da praia, e, mais para um lado, o sertão colorido pelo poder regenerador da estação das águas...

A cidade chega a 1873 com um bem elaborado código de posturas outorgado à população.

Desse modo previsto como se deviam levantar prédios, cuidar de ruas e logradouros, às vezes com exigências que nos chamam a atenção pela veemência da cobrança, como se vai ler explicitado no art. 20:

> "Todos os moradores da vila e povoações são obrigados a varrer, no princípio de cada mês, as calçadas até o meio da rua, e os logistas e taverneiros do mercado público, semanalmente, nos dias de segunda-feira, os alpendres e frentes de seus estabelecimentos."

O sentido de preservação ambiental já se manifestava em muitos artigos e parágrafos desse código ora referi-

do, como se pode contemplar ao capítulo que manda cuidar da "salubridade das ruas e aguadas".

Aí vedado o corte ou queima de árvores à margem das aguadas, assim como obrigados os proprietários de terra a "desobstruir e limpar os rios e levadas em suas propriedades, sempre que para isso tenham aviso do fiscal."

O título 5, que disciplinava a "proteção à agricultura e indústria", não permitia aos munícipes "cortar e queimar árvores frutíferas ou sombrias à margem das estradas".

Sob a mesma salutar idéia, quem se animasse a situar roçados perto dos caminhos, deveria fazê-los afastados pelo menos dois metros , e obrigados os donos dos ditos roçados a plantar, em toda a extensão da terra a ser ocupada, de seis em seis metros, cajueiros...

O poeta Manoel Albano Amora, a tornar-se cidadão honorário de Pacatuba, perante os representantes do legislativo da cidade, disse em sua oração de agradecimento:

> *Pacatuba é um poema de beleza e civismo. A paisagem verdejante, com a montanha, onde vicejam os ipês-amarelos, e as suas fontes perenes de águas cristalinas, encanta a vista. A história invulgar, que lhe confere a dignidade de segundo município livre do antigo Império do Brasil, obtida no dia 2 de fevereiro de 1883, em sessão solene presidida pelo titular da localidade, o Barão de Aratanha, na presença do General Tibúrcio, herói da Pátria, e do conselheiro Liberato Barroso, estadista da monarquia, desperta admiração . Ao iniciar a sua vida pública, protegeu-a a deusa da liberdade, porque não foi erguido um pelourinho em lugar principal do povoado. Fulguram eternamente os primores e as glórias pacatubanas!*

Desse radioso dia testemunharia com exaltação cívica Gil Amora:

Rompeu, sereno e límpido, o dia 2 de fevereiro.

É mais suave hoje o aroma das florestas; é mais doce a frescura das serras.

Pacatuba veste-se de galas. No seu solo alcatifado de veludo não pisam mais escravos!

Um povo, no dizer de Lincoln, não pode ser metade livre e metade escravo; ou todo livre ou todo escravo.

Deixai zumbir as vespas importunas, os fariseus da idéia democrática, que jamais desaparecerá da memória do povo cearense a data gloriosa de 2 de fevereiro!

Pacatuba, vem hora de referir, fez-se vila a 8 de outubro de 1869, na administração do Governador Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, e elevou-se à condição de cidade, em 1889, conta Waldery Uchôa, anotando ainda que "canonicamente só foi constituída "(...) "aos 31 de janeiro de 1870, tendo sido o primeiro vigário o padre Bernardino de Oliveira Memória."

Pacatuba, cidade acolhedora, e de filhos que se projetaram nas letras, nas artes e na política do Ceará. Aqueles, de modo gracioso, em tom familiar mas poético, cantou-os (e os cantando louvou Pacatuba) o cronista João Jacques Ferreira Lopes:

A cidade não mudou. Nem mudará jamais.
E é bom que não mude.
O cemitério lá em cima,
florido de cruzes, epitáfios e cajus.

De um lado, o açude do Piripau,
cheio de piaus,
estremecendo todo, de cócegas líquidas,
ao beliscão barbeludo dos anzóis.

Tantos sítios! Tantas vivendas antigas!
Tantos Joões: Bernardo, Pinheiro, Galeno,
Medeiros, Augusto!
Tantos Manuéis: Novais, Albano, Acióli, Barreto,
Pinheiro Campos, Nepomuceno!

Tantos outros: Casemiro Leite,
Cazuzinha do Carmo,
Mundinho Cavalcante, pai do poeta,
Artur Benevides, pai de outro poeta!

As farmácias do Silvinha e do Chaguinha
vendiam, dentro da rima, muita meizinha

E a goiabada do Coelho,
que minha madrinha Guimarães fabricava?
E as bananas secas do Siqueira,
douradas de sol, porejando açúcar?

Lá está de pé ainda, rangendo as terças de aroeira,
Portas e vidraças para o poente,
o sobrado da Marianinha, cheio de assombrações.

A capela do Carmo recorda as novenas cantadas
em julho, o mês de férias escolares.

E a essas alturas, já não posso ver mais nada.
Essas lentes de contato,
essas lágrimas não dão para mim.”

Bibliografia Consultada

Agassiz, Luiz – Elizabeth Cary – "Viagem ao Brasil", Cia. Editora Nacional, pp 547 ss, Rio de Janeiro, 1938.

Alencar, Álvaro Gurgel de – "Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Estado do Ceará", pp. 29,30, Tipografia Minerva, Fortaleza, 1939.

Alemão, Freire – "Os Manuscritos do Botânico Freire Alemão", in "Anais da Biblioteca Nacional, Volume 1, pp. 258 ss, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1981.

Uchôa, Waldery – "Terra que nunca mudou de nome", in "Pacatuba, Antologia do Centenário", p. 69, Imprensa Oficial, Fortaleza, 1969.

Amora, Gil – "2 de Fevereiro", in "Pacatuba: Antologia do Centenário", p. 67, Imprensa Oficial, Fortaleza, 1969.

Amora, Manoel Albano – "A Alma Pacatubana", in "Pacatuba: Antologia do Centenário", p.89, Imprensa Oficial, Fortaleza, 1969.

Galeno, Juvenal – "Dia de Feira", in "Pacatuba: Antologia do Centenário", p. 122 ss, Imprensa Oficial, Fortaleza, 1969.

Jacques, João – "Poema do Centenário" in "Pacatuba: Antologia do Centenário", pp. 37,38, Imprensa Oficial, Fortaleza, 1969.

Data e sesmaria nº 3, in DATA DE SESMARIA, Tip. Eugênio Gadelha & Filho, Volume 1, p. 9, Fortaleza, 1920

_____. Data de Sesmaria nº 11, idem, idem.

_____. Data de Sesmaria nº 339" in DATA DE SESMARIA. Volume 5, pp 175 ss, Tipografia Gadelha, Fortaleza, 1925.

O PORTUGAL NOSSO DE CADA DIA*

Treze as velas, que embarcações eram assim mesmo nomeadas: nove naus, três caravelas e outro barco menor, conhecido por naveta, espécie de armazém de secos e molhados para os tantos – e não eram poucos – , que em auspicioso nove de março dos anos de 1500, arribando de Belém, tomavam o mar, a aventura, sob o comando de Pedro Àlvares Cabral.

Os historiadores não sabem ao certo quanta gente transportavam os treze barcos. E até hoje, em resignada incerteza, nomeiam como sendo de 1300 a 1500 as tantas criaturas que se fizeram ao mar.

Um homem não se carrega apenas a si mesmo.

Tem imbricado na própria conformação física o perfil de sua descendência genealógica assim como intermináveis ligações parentais que se vão perder em obscuras origens.

E mais conta: raízes de inarredável realidade ambiental na afetiva geografia de seu ecúmeno, e também insuperáveis ligações a um pródigo inventário de tradições.

Por isso o homem, seja quem ele for, não é um só mas muitos.

E no número dos 1300 ou 1500 daqueles embarcadiços da armada de Pedro Àlvares Cabral, a toda certeza as pessoas estavam pluralizadas, multidão de criaturas que, pensando estar no cais, a dar adeus a quem partia, de igual modo ia-se embarcada ou arrebatada pela alvacenta esteira de espuma deixada pelos barcos.

Na maioria, homens seguindo em gozo da aventura, e em maior porção, os da chamada "arraia-miúda". Portanto, nas embarcações em movimento, nas treze velas – como convém repetir –, os que, irresponsavelmente alacres, guardados por suas toucas ou gorros, e envolvidos em roupa de burel, apostavam no destino.

Por esses idos, conta saudosista cronista, inconsoladas raparigas portuguesas choravam os que viajavam, exibindo-se em suas vestes urbanas de "saia de encosta, saia de vergastadas, saia branquinha, ou escurinha..."

Trajos adornados de tons vermelhos, então na moda, mais que os verdes, da preferência de muitos.

Nobres, talvez um ou outro, e esses mesmos por razões pouco explicáveis.

Mas para quê? Nobres não se enternecem com as histórias do povo...

No mais o que havia de mais vivo e sofrido as muitas criaturas do dia-a-dia de vilas e cidades, e eram pomareiros, e eram carniceiros, e eram regateiros ou vendedores de feira.

E aumentando esse rol besteiros de conto, outros de câmara, e, de raro, os que sabiam porfiar a cavalo.

Gentes de todos os ofícios: bufarinheiros, fabricantes de adagas, ourives, tanoeiros, picheleiros e tosadores.

Sim, e degredados...

Nem todos apenados por crimes sérios, como se poderá maldar agora, mas por infrações que a lei cobrava com excesso de polícia.

Desse modo até uns por terem ateado fogo a pastos, e quando julgados, entre cumprir o castigo em degredo para África, melhor ir-se, como decidiam, para o imprevisto, a deparar a face oculta do destino.

Não poucos os penalizados por comportamento suspeitoso, flagrados em promover batismos de fogaça, ou surpreendidos ainda em encenação de fingidas bodas... Assim determinavam as Ordenações do Reino.

E no rol de tantos execrados algum possível cavalheiro que, por imprudência, fizera juntar às suas armas "alguma coisa que por direito não podia a elas acrescentar, ou delas tirar alguma coisa que por direito não devia tirar..."

Gente, voltamos a repetir como se o fizéssemos em refrão, de todos os credos e sonhos, dos tais que o memorialista Armando de Lucena recordando podia ver constituída na grei dos "espalhadores", desses que, em terra, chão que vai demorando distante, se atinham à faina diária de "esgalhar os ramos do freixo, do choupo e do carvalho; para guardar, sob imemorial sentimento agrário, a folhagem para o gado.

Povo, esse, cheio de experiências, a repetir seus ditos de crença, quais os bragançosos, orgulhosos de 'lendas, tradições, usanças, apodos, rifões, locuções proverbiais, cançonetas, anedotas..."

Iam todos assim, vária gente, nas treze velas, bem postos alguns em trajos dos tantos ofícios que fazem em qualquer tempo o homem suar e filhar, mas não amealhar.

E ninguém os parecia ver , tão excluídos eram, a remoer as alegrias dos jogos da "farinhota", as do último entrudo, e os dos alacres momentos sob o estrondo de 'espingardas caçadeiras" no ir e vir, de casa em casa, aos arruídos da "serração da velha", quando – e será possível esquecer? – em Ribatejo quem folgava tinha de cavar o chão, a sepultar velho e amedrontado galo...

Vão por aí, pela imensidão do ***mare nostrum*** **–**, e mais certo será dizer – vêm para cá, para o continente não vislumbrado até então, com a comemoração das festas juninas, com o generalizado fumegar das fogueiras de São João, e mais a sorte tirada pelas casadoiras, exercitada pela meia-noite, com a nervosa espera de resultado decifrado ao pé do sol, aurora dos simples e dos poetas

A influência árabe faz também esse longo percurso de homens com suas incertezas e sonhos até o inesperado dia da descoberta.

Está em muitas palavras que dizem – *alfange, adufa, aldraba, argola, açafate, almofada, sanefa, toldo, acepipe, arroba, alaúde, rabeca, tambor...* – também em nomeados biocos, que embora raros, podem ser vistos pelos conveses.

Postos em seus donos, tornam-nos embiocados, sombrios mas não malévolos, tristes e conformados à sua sina.

Tudo isso (intenções, sonhos, coisas e gentes) viaja, não apenas a esse instante histórico, mas por diante, para afinal vir pisar, instalar-se na nova terra.

Autêntico perfil etnológico de bravo povo, que tem sua história perdida nas brumas, aos tempos de suevos e godos, principalmente.

E mais navegam nas treze velas: voz e palavra.

Há nessa circunstância um quer que seja do nomadismo dos intérpretes da era medieval, criaturas que não percebem o que exprimem, mas dão notícias dos "refugos de arcaicas formas imaginárias, integradas no funcionamento de uma linguagem." – testemunha Paul Zumthor –, voz, repetimos, articulada palavra que se vai transmitir às novas gentes da terra por descobrir.

Palavra – novamente a opinião de Zumthor – articulada, dita, repassada através dos tempos por velhos, chefes, santos, e poetas. E no caso que nos diz respeito, pelos que navegavam

Assim, nesses tempos, e em todos os lugares, palavra ouvida em "lugares privilegiados: a corte, o quarto das damas, a praça da cidade, a borda dos poços, a encruzilhada da igreja."

E ao final dessa desafiadora viagem, que ora se relata – a culminar com o descobrimento do Brasil –, ao pé da floresta que nascia por diante de paradisíaca praia, estavam as outras gentes assim descritas por Pero Vaz de Caminha:

> "Pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos,

> e suas setas. Vinham todos rijamente em direção ao batel. E Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os depuseram. Mas não pôde deles haver fala...”

Mas só aí, por esse instante.

Por diante os que se animam a dialogar, não demoram a descobrir : melhor seria adequarem-se todos ao modo de falar dessa outra estranha gente contemplada.

Mas nada – acudo para esclarecer – haveria de transcorrer sem o sacrifícios dos dois lados. Para o tão desejado quão necessário entendimento “tiveram as vozes tupi de acomodar-se à prosódia da língua culta, assim como à prosódia da língua indígena se adaptaram os termos portugueses nela introduzidos nos primeiros tempos de colonização”–, – é como nos adverte de modo conveniente Clóvis Monteiro em capítulo dedicado a estudo do português da Europa e o português da América.

Metaforicamente dessa viagem, em que vimos transportados etnias e tradições, palavra e sentimentos populares, restou a presença lusitana em nossa maneira de falar e viver, quotidiano em que, de modo inesperado, pontuam os vocábulos arcaicos, ou se embutem gestos, maneirismos, provérbios e avaliações galhofeiras, cantigas brejeiras e canções de ninar, histórias misteriosas com assombrações em que personagens estranhos se sacodem ao chão, aos pedaços, caindo ora um pé, ora um braço; ou de almas ardilosas que sabem onde se enterram botijas... E se mais não bastasse, orações, a devoção a santos e santas; o compadrio de fogueiras, o pagamento de promessas, os ensalmos, as meizinhas que salvam...

Aquele Diogo Dias, que figura na carta de Pero Vaz Caminha, o pândego navegante que deu cambalhotas para alegrar os aborígines em 1500, ressuscita a todo momento entre nós, os de hoje, a jogar a manja, a tanger pandeiro e guizos, e a vibrar tambores, ou posto, convincente e solene, na figura do Capitão da “Nau Catarineta”:

"A nau catarineta, amigo
É d'El-Rei de Portugal;
Mas eu não sou quem sou .
Oh! Tolina!
Ou El-Rei te há-de dar..."

Cambalhota vira bundacanasca, mas também é pulo real; quem falece de congestão, continua morrendo de ramo; quem pisa em falso, a magoar o pé, tem trilhadura.

Abusão é superstição, e incomoda. Quem se queixa, se agrava, lembrar o saudoso Florival Seraine – exemplar dialetologista cearense – de quem pinço esses exemplos, e já agora, o vocábulo argel, a significar "mofino, malvado, infeliz, desgraçado."

E azo, que vem ser o mesmo que "ocasião, motivo". Assim como brenha significa lugar atrasado, distante, pouco desejável.

Andar em marcha de trote, com ou sem alimária, é choutar. E e por toda parte não faltam mais palavras de som antigo, quais defumador, desembestado, ficada, e tantas outras, e mais esta: madre (sinônimo de útero), que em estado de prolapso vai mencionada em frase de ciência médica popular: "madre desencaibrada", isto é, deslocada, desmetida, fora do lugar, desencaixada da "mãe do corpo", o próprio útero.

Entusiasmado com a troca de idéias, diante da animação dos debates que acabara de presenciar em reunião ordinária do Congresso de Poesia do Ceará, em 1942, um poeta sertanejo, idoso, não se conteve e declarou em altas vozes:

– Gente, estou verdadeiramente embasbacado!

A última palavra soou de modo tão inusitado para a maioria e ficou flutuando por segundos, no espaço, emoldurada em chascante gargalhada.

Poucos sabiam que ali, na figura de congressista, bem podia estar D. Duarte saído das páginas do "Leal Conselheiro", a se proclamar realmente estupefato, realmente embasbacado...

Dom Duarte inspira-nos rica coleção de verbos e adjetivos, e inscreve também em nosso coração um sentimento que parece ter sido inventado pelos que ficavam em terra vendo a partida de parentes e amigos para o desconhecido... Sentimento que antes de se chamar saudade, foi suidade, soidade....

Afonso Botelho, com bastante lucidez apreende essa circunstância nas palavras em prefação a recente edição do "Leal Conselheiro":

> "O acesso da instituição duartina ao princípio que ilumina as palavras permite extrair essa riqueza de conteúdo que preenche o sentido metafísico de cada uma delas, cabendo ao vocábulo **saudade,** não só a idéia intemporal do sentimento como as várias metamorfoses conceptuais,que ele sofre".

Pois bem, ao longo do tempo não só aprendemos a nos remoer em saudade – saudade de tudo e por tudo, pelo amor ausente, pelo sertão distante, pelo dias de alegria já vividos, a própria vida escoada...

Não só assim aprendidos mas discípulos de palavras duartinas, as inúmeras que ainda hoje transitam em nossa fala comum: nojo, sanha, sobejo, feiúra, tresnoitar, dispois, derribado, folgança, sujidade...

E de especial o vocábulo 'speriencia", desse modo falado, o E aí aparentemente mudo. Em decorrência, nos dias atuais, ouvimos ainda os próprios anunciadores do rádio e da televisão aconselhando "spermentem" os seus ouvintes esse ou aquele produto comercial...

O exemplo não é insólito, pois está sugerido em curiosos versos recolhidos por J. Leite Vasconcelos, em Portugal, em 1878, como recenseou Luís da Câmara em livro clássico de pesquisa: "Dante Alighieri e a tradição Popular No Brasil:":

"Dizem que me queres bem,
Inda o heide *sprimentar*; (grifamos)
Na noite de São João
Junco verde hei-de cortar".

Não de raro os vocábulos são caprichosos.

Em seu percurso, na voz do povo, como que se metamorfoseiam, despem-se às vezes de seu próprio "querer dizer" original, para tomar significado debochante ou vulgar, irreverente ou pícaro, conquanto não se desvirtuem por inteiro.

A esse raciocínio acabo de ler a J. A. Pombinho Júnior, em livro a que deu o título de "Cantigas Populares Alentejanas", explicação da frase : "Dar o cabaço", como se vai ver:

"Dar o cabaço", recusar a mão da noiva a quem o pediu."(...) "Levar o cabaço", receber a recusa de um pedido de casamento.

Pelos nossos lados, isto é, em nosso ensolarado território cearense – e nos desculpem a sem-cerimônia –, diz-se "tirar o cabaço" ou "quebrar o cabaço" para explicar que homem tomou a honra a uma mulher virgem, cobrindo-a pela primeira vez, por engodo.

Já o verbo encarnar, que exprime em Portugal o sentido de tornar alguma coisa vermelha, corada, cheia dessa cor, no Nordeste identifica, como deparamos em pesquisa sobre as irmandades religiosas do Ceará provincial, a restauração de imagens de igreja.

Daí, antigamente mais comum e já agora mais raro, dizer-se: "encarnar" ou "reencarnar" o santo

Nessa ordem de exposição, indague-se: e "ir zunindo", que afirmação pretende?

O alentejano, por exemplo, exasperado por alguém que o incomoda em casa, afugenta-o pela porta da rua, conforme se ver nos versos recolhidos em Reguengo:

"Já te podes ir embora
Já te podes **ir zunindo** (grifamos)
Se tu não gostas de mim,
Pra que me andas perseguindo? "

Pelos sertões nordestinos "ir zunindo" é correr veloz, em disparada, em decorrência de algum motivo especial.

"As formas documentadas na literatura do século XV" – lembra Mário Marroquim – "tornaram-se vulgares no século seguinte, quando o gênio aventuroso do português os sacudiu até as nossas praias". Daí "quizerom, matarom, pedirom, poderom, transformarem-se em quizero, mataro, pediro, podero, na língua popular."

Em busca de mais coincidências com a nossa maneira de nos expressarmos, vale trasladar aqui os provérbios ou simples maneiras de dizer que nos propõe Castro Lopes – "Origens de Anexins, Prolóquios..."

Dessa forma também comuns aos dois países estas forms de falar: *timtim por timtim, ficar a ver navios, papos (palpos) de aranha, com todos os efes e erres, cor de burro quando foge, tirar o cavalo da chuva, ouvir cantar o galo sem saber onde, ver o passarinho verde etc., etc. E verbos quais: precurar, prantar, trocer, em lugar de procurar, plantar e torcer.*

O português falado por nós, quer na cidade quer nos campos, ao longo do tempo tem guardado formas arcaicas de procedimentos semânticos.

Não admira, portanto tenha Paul Zumthor, em seu estudo sobre a "literatura" na Idade Média, atentado para essa peculiaridade:

> "No século XV"– expõe – "o dístico de dezesseis sílabas, unidade básica do *Romancero,* é tratado (por razões musicais) como um verso único, de modo que o dístico à moda nova é, de fato, um quarteto: a *quadra* ou *verso* dos cantadores do sertão brasileiro de nossos dias ainda!"

A propósito, em outra obra de grande importância para o folclore do Brasil, " Vaqueiros e Cantadores", Luis da Câmara Cascudo consignou: "Os mais antigos versos sertanejos eram as "quadras". Dizíam-nos "verso de quatro". Subentendia-se "pés" que para o sertanejo não é a acentuação métrica mas a linha. Essa acepção – continua o pensamento do folclorista – ainda é portuguesa, como escrevia (em 1660) frei Lucas de Santa Catarina."

Assim claramente percebível na poesia popular a aritmética medieval da contagem de "pés". E no mais, sem que às vezes estejam bastante claras, as influências ancestrais vão se perder em suas remotas origens portuguesas.

E nesse contexto, até que ponto estará imune a nossa língua a essas determinantes semânticas?

Gustavo Barroso, o mais prolífico dos escritores cearenses em todos os tempos – publicou mais de 120 obras –, há pelo menos meio século, estomagado por declaração prestada a jornais pela escritora portuguesa Branca de Conta Colaço, desabafou enfático em capítulo do livro "As Colunas do Templo ":

> "Ninguém deterá deste lado do Atlântico a marcha fatal da língua que herdamos de Portugal para a sua absoluta independência."

Descontem-se da sentença o exagero e o azedume. Certo: cumpridos quinhentos anos do descobrimento a esta parte, alcançamos feição própria de falar.

Do mesmo modo que ingleses diferem dos americanos do norte mas coexistem com o mesmo idioma, de igual modo falam Brasil e Portugal idêntica linguagem ainda que com tons diferentes:

> "Quando o português falado no Brasil" – diz Clóvis Monteiro – "vai em desacordo com o que em Portugal impera, é que o espírito da língua está operando no sentido de criar novas moda-

> lidades de expressão, em que se revela aquela consciência obscura a que se subordinam os fenômenos linguísticos".

Em verdade, somos um povo que continua devendo muito, ainda hoje, aos que vieram nas treze velas – não aos 1.300 ou 1500 entes da imprecisa aritmética desses feitos – mas a toda gente lusitana, às mais gentes que vieram vindo, por diante, sempre a vir, e, não obstante voltando, jamais deixaram de ficar.

Acodem razões quando o Sr. Jorge Couto. a respeito de tudo que na realidade aconteceu, confessa:

> "Os cruzamentos étnicos de Portugueses com ameríndios e negros, bem como assim as diversas variantes possíveis, contribuíram para criar uma sociedade fortemente miscigenada do ponto de vista biológico, na qual os intercâmbios linguísticos, religiosos, técnicos, botânicos e zoológicos, geraram uma cultura portadora de uma profunda originalidade."

Por isso prospera Portugal presente em nossa vida.

E a ele nos ligamos pelos mesmos sentimentos e a magia da mesma língua na qual, como sugere o poeta José Albano, o "mel com aroma se mistura",

"... língua em que o afeto santo influi e ensina
E derrama e prepara
A música mais rara – e mais divina."

Assim seja!...

---

* Palavras pronunciadas ao ensejo do encerramento do 6º Encontro de Intelectuais e Artistas da Diáspora – 5º Colóquio de Língua Portuguesa. Em 3.6.2000, na cidade de Fortaleza.

Bibliografia Consultada

COUTO, Jorge – "A Construção do Brasil", Ed. Cosmo, 1995

SOUZA, Frei João de – "Vestígios da Língua Arábica em Portugal", Edição de A. Farinha de Carvalho, Lisboa, s.d.

DUARTE, Dom – "Leal Conselheiro", Casa da Moeda, Lisboa, 1998.

MONTEIRO, Clóvis – "Português da Europa e Português da América", Livraria Acadêmica, 3ª edição, Rio, 1959.

CASCUDO, Luís da Câmara – "Dante Alighieri e a Tradição Popular no Brasil", Fundação José Augusto, 2ª ed. Natal, 1979. "Vaqueiros e Cantadores", Edição da Livraria do Globo. Porto Alegre,1939..

NEIVA, Arthur – "Estudos da Língua Nacional", Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1940.

MARQUES, A. H. de Oliveira – "A Soc. Medieval Portuguesa", Liv.Sá da Costa Edit, 2ª edição, Lisboa, 1971.

LUCENA, Armando de – "Arte Popular, Usos e Costumes Portigueses", vol. 3, Tip. Empresa Nac. de Publicidade, Lisboa, 1945.

ZUMTHOR, Paul – "A Letra e a Voz"– "A Literatura" medieval" – Cia de Letras, S. Paulo, 1993.

MICELI, Paulo – "O Ponto onde Estamos", Edit. Página Aberta", São Paulo, 1994.

LOPES, Castro – "Origens de Anexins, Prolóquios, 2ª edição, A Editora, Lisboa, 1909.

POMBINHO JÚNIOR, J.A – ."Cantigas Populares Alentejanas", Edições Maranus, Porto, 1936.

CANÇÕES POPULARES DO BRAZIL, J. Ribeiro dos Santos Editor, .Livraria Cruz Coutinho, Rio, 1933.

BARROSO, Gustavo – "As Colunas do Templo", Rio, s.d.

SOUTHEY, Robert – "História do Brasil", Primeiro Volume", Editora Obelisco Limitada, São Paulo, 1963.

MARROQUIM, Mário – "A Língua do Nordeste", Companhia. Editora Nacional, Brasiliana, 2ª edição, S. P., 1945.